



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS



PROFHISTÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

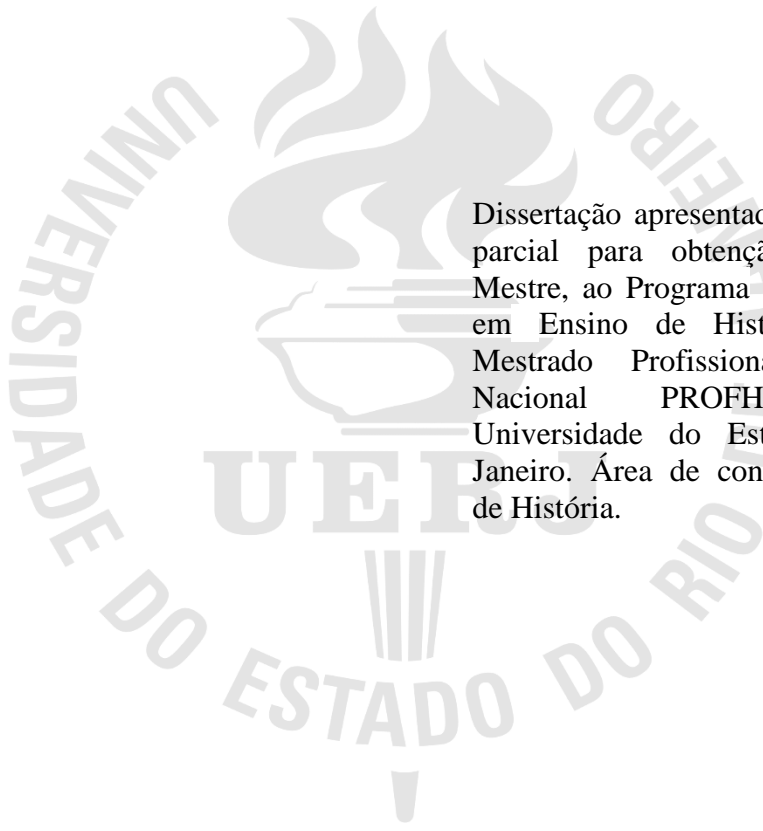
EDSON GUIMARÃES DE AZEREDO

*As muitas vidas e identidades de Carolina Maria de Jesus: o
uso do biográfico e do autobiográfico no ensino das relações
étnico raciais*



Edson Guimarães de Azeredo

As muitas vidas e identidades de Carolina Maria de Jesus: o uso do biográfico e do autobiográfico no ensino das relações étnico raciais



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ensino de História.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Márcia Gonçalves

São Gonçalo

2018

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

A993 TESE	<p>Azeredo, Edson Guimarães de. As muitas vidas e identidades de Carolina Maria de Jesus : o uso do biográfico e do autobiográfico no ensino das relações étnico raciais / Edson Guimarães de Azeredo. – 2018. 108f.</p> <p>Orientadora: Prof^a. Dra. Márcia Gonçalves. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.</p> <p>1. Educação – Métodos biográficos – Teses. 2. História – Estudo e ensino – Teses. 3. Relações étnicas – Teses. I. Gonçalves, Márcia. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU 93</p>
--------------	---

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Edson Guimarães de Azeredo

As muitas vidas e identidades de Carolina Maria de Jesus: o uso do biográfico e do autobiográfico no ensino das relações étnico raciais

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ensino de História.

Aprovada em 22 de novembro de 2018.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dra. Marcia de Almeida Gonçalves (Orientadora)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Prof^a. Dra. Sonia Wanderley
Faculdade de Formação de Professores - UERJ

Prof^a. Dra. Mônica Lima
Universidade Federal do Rio de Janeiro

São Gonçalo

2018

DEDICATÓRIA

A memória do meu pai Miguel Gonçalves Azeredo, por cada ação sua ter me tornado a pessoa que sou!

AGRADECIMENTOS

À Marcia de Almeida Gonçalves, pelas orientações e pela atenção em todos os momentos, proporcionando confiança e tranquilidade para acreditar em todas as potencialidades do trabalho. As professoras Mônica Lima e Sônia Wanderley que estiveram comigo desde a qualificação até a defesa, contribuindo com suas leituras críticas e sugestões valiosas. A todos os professores do ProfHist UERJ, que viveram conosco uma das piores fases da universidade, mas nunca nos abandonaram e continuaram na luta por uma educação pública e de qualidade. Em especial, agradeço as professoras Ana Maria Monteiro e Maria Manuela Alvarenga que desde a graduação sempre foram referências como professoras e inspiradoras de uma educação transformadora. Aos meus pais Miguel Gonçalves (*in memoriam*) e Maria da Gloria Guimaraes de Azeredo e minha irmã Elizabeth Guimarães de Azeredo por contribuírem para minha formação intelectual e humana. Ao meu companheiro de vida, de lutas e de caminhada Ricardo Monteiro, agradeço por cada momento de paciência e cumplicidade nessa caminhada, me encorajando a nunca desistir. Às amigas proporcionadas pelo ProfHist, que me garantiram sempre que o caminho seria longo, mas eu não estava sozinho.

À meus irmãos e irmãs de caminhada espiritual do terreiro de umbanda CEJA (Centro Espírita Justiça e Amor), dos alunos do sucursinho, à espiritualidade que me orienta e em especial à Paula Moita, que além de líder espiritual e amiga, é uma grande inspiração na luta por um mundo mais justo. Agradeço as professoras Elane Barreto e Vera Cristina, que me apresentaram Carolina Maria de Jesus e me ajudaram a trazê-la para os alunos, que também muito contribuíram para minha compreensão sobre uma educação transformadora.

Agradeço em especial a escritora negra, moradora de favela, mãe solteira de três filhos e catadora de lixo Carolina Maria de Jesus, que me proporcionou uma nova compreensão do ato de ensinar e de quanto somos capazes de superar nossas dificuldades e fazer a nossa vida e a dos outros melhor e mais feliz.

RESUMO

AZEREDO, Edson Guimarães de. *As muitas vidas e identidades de Carolina Maria de Jesus: o uso do biográfico e do autobiográfico no ensino das relações étnico raciais*. 2018. 113f. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2018.

A dissertação visa problematizar as diferentes possibilidades de ensinar História a partir de estudos biográficos e autobiográficos. Nesse exercício, utilizei as biografias de Carolina Maria de Jesus, como também seu livro mais famoso, o “Quarto de Despejo”, para refletir sobre o ensino das relações étnico raciais, no Brasil republicano. O objeto de estudo da dissertação surgiu a partir de uma experiência, em uma unidade escolar da rede pública de ensino, com o objetivo de aplicar a lei 10639/2003, que tornava obrigatório, o ensino de História da África e dos afro-brasileiros, nas escolas, do ensino básico. Para tanto, Carolina Maria de Jesus, foi escolhida por possibilitar o debate em torno da temática étnico racial, ou seja, através de sua trajetória possibilitava a discussão em torno da temática do racismo, como também o debate sobre outras identidades, tais como: mulher, negra, moradora de favela e escritora. Como resultado da dissertação foi produzido um recurso didático pedagógico, em formato de caderno de atividades, que visa instrumentalizar professores do ensino básico na aplicação da lei 10639/2003 utilizando o biográfico e o autobiográfico no ensino das relações étnico raciais e sociais.

Palavras-chave: Uso do biográfico. Ensino de história. Relações étnico-raciais.

ABSTRACT

AZEREDO, Edson Guimarães de. *The many lives and identities of Carolina Maria de Jesus: the use of the biographical and autobiographical in the teaching of ethnic racial relations*. 2018. 113 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA) - Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2018.

The dissertation aims to problematize the different possibilities of teaching History from biographical and autobiographical studies. In this exercise, I used the biographies of Carolina Maria de Jesus, as well as her most famous book, the "Eviction Room", to reflect on the teaching of ethnic racial relations in republican Brazil. The object of study of the dissertation arose from an experience in a school unit of the public school system, with the objective of applying law 10639/2003, which made compulsory, the teaching of History of Africa and Afro-Brazilians, in schools, of basic education. In order to do so, Carolina Maria de Jesus was chosen because it enabled the debate around the ethnic racial theme, that is, through her trajectory, allowed the discussion around the theme of racism, as well as the debate about other identities, such as: woman, a black woman, a favela resident and a writer. As a result of the dissertation, a pedagogical didactic resource was produced, in a format of activity book, which aims to equip primary school teachers in the application of law 10639/2003 using the biographical and autobiographical in the teaching of racial and social ethnic relations.

Keywords: Biographical use. History teaching. Ethnic- racial relations.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	8
1	A BIOGRAFIA DE CAROLINA MARIA DE JESUS COMO PROBLEMA E POSSIBILIDADE PEDAGÓGICA	18
1.1	Os usos do biográfico e o indivíduo na História	18
1.2	As vidas de Carolina Maria de Jesus e sua obra literária	24
2	NOVAS HISTÓRIAS, OUTRAS IDENTIDADES	38
2.1	A lei 10639/2003 e o currículo escolar: mudanças à vista?	38
2.2	Múltiplas identidades: o ensino das relações étnico raciais e sociais	50
3	PRÁTICAS E SABERES DOCENTES: PARA ENSINAR E APRENDER COM CAROLINA MARIA DE JESUS	58
3.1	Minhas práticas e meus saberes	58
3.2	A sala de aula: lugar de debate e produção de saberes	62
3.3	Uma proposta didático - pedagógica: caderno de atividades	68
4	CONCLUSÕES	72
	REFERÊNCIAS	74
	APÊNDICE - As muitas vidas e identidades de Carolina Maria de Jesus: o uso do biográfico no ensino das relações étnico-raciais na escola	80

INTRODUÇÃO

Não digam que fui rebotalho, que vivi à margem da vida. Digam que eu procurava trabalho, mas fui sempre preterida. Digam ao povo brasileiro que meu sonho era ser escritora, mas eu não tinha dinheiro para pagar uma editora. (JESUS, 1960, p. 35).

O ano era 1914, que segundo os biógrafos de Carolina Maria de Jesus, foi o ano do seu nascimento. Nossa Bitita, apelido que recebeu em criança e que serviu para nomear seu livro de memórias de caráter autobiográfico, nasceu em uma sociedade que vivia seus primeiros tempos sob um novo regime, a República, como também o do pós - abolição.

Carolina Maria de Jesus é o que se denomina atualmente de um personagem pós – abolição, ou seja ela é parte de uma população negra “invizibilizada” que teve seus antepassados nascidos sob à escravidão. Com o fim desta tornaram - se homens e mulheres livres, porém sem acesso aos direitos civis, políticos e sociais, prometidos pelo novo regime.

A dissertação pretende relacionar o gênero biográfico ao ensino das relações étnico raciais, no Brasil dos anos 50 e 60 e nos tempos atuais, como também à construção de identidades étnico raciais e sociais e suas novas abordagens curriculares, em especial no que se refere à lei 10639/2003.

É também objetivo dessa dissertação, caracterizar as práticas pedagógicas que viabilizem o aprendizado das relações étnico raciais e de pertencimento, na sala de aula, destacando outras práticas de sociabilidade tais como: o papel da mulher negra, favelada e catadora de lixo que torna se uma escritora reconhecida.

E por fim, mas não menos importante, objetiva-se, produzir um recurso didático pedagógico que instrumentalize os professores no ato de refletir e debater sobre o ensino das relações étnico raciais e de pertencimento nos alunos, a partir das biografias e da autobiografia, “O quarto de despejo”, de Carolina Maria de Jesus.

Nesse exercício analítico utilizarei a biografia de Carolina Maria de Jesus para repensar o ensino das relações étnico raciais, no Brasil, da década de 60, período de ascensão de Carolina Maria de Jesus, como escritora, e nos dias atuais.

Ainda pretendo articular às questões étnico raciais a outros aspectos das identidades de Carolina Maria de Jesus, como o fato de ser mulher negra, mãe solteira, moradora de favela e escritora, numa sociedade excludente, racista, hierarquizada e machista.

O objeto de estudo da dissertação surgiu a partir de uma experiência didático pedagógica na minha unidade escolar, o CIEP 365 Asa Branca, localizado em Nova Iguaçu, no qual trabalhei durante 17 anos.

Essa escola funcionava em três turnos, com o ensino regular do ciclo básico e também, no horário noturno, com as turmas de Ensino para Jovens e Adultos (EJA) atendendo o fundamental 2 e o ensino médio, com a faixa etária dos 18 aos 80 anos.

A partir de 2013, alguns professores, de diferentes áreas, mas principalmente História, Geografia e Língua portuguesa, com o objetivo de aplicar a lei 10639/2003, que tornava obrigatório, o ensino de História da África e dos afro-brasileiros nas escolas do ensino básico decidiram implementar um projeto que permitisse que esse debate estivesse presente ao longo do ano e de forma integrada.

Para tanto, optamos por desenvolver atividades, debates e reflexões, com alunos do Ensino de Jovens e adultos (EJA), do curso noturno, a partir das biografias de personagens “invisibilizados” pela História ao longo do tempo.

Estes personagens deveriam ter uma relação com a temática étnico racial, ou seja que suas biografias possibilitassem ampliar a discussão em torno da temática do racismo, como também que fizessem emergir as identidades afrodescendentes.

Dentre os muitos personagens escolhemos *Carolina Maria de Jesus (1914-1977)*, nascida, em 1914 na cidade de Sacramento, no interior de Minas Gerais e lá permaneceu até 1937, quando migrou para São Paulo em busca de novas oportunidades.

Carolina Maria de Jesus, desde seu nascimento enfrentou inúmeras dificuldades, pelo fato de ser mulher e negra, e ao chegar na São Paulo, do final da década de 1930 teve uma nova identidade acrescida, a de favelada.

De 1937 a 1949, nossa escritora passou por várias moradias e se deslocou por vários lugares, inclusive tendo uma passagem pelo Rio de Janeiro, na cidade de Nilópolis, na Baixada Fluminense, entre os anos de 1940 e 1942.

Essa informação, pouco conhecida, até mesmo por seus familiares e por outros biógrafos foi trazida pelo jornalista Tom Farias, que lançou a mais recente biografia da escritora.

É de todo factível supor – se que Carolina tenha chegado ao Rio no período de meados de 1940 e tenha permanecido parte do ano de 1942, mais ou menos. O que é interessante na reportagem publicada no jornal “A Noite”, do grupo Diários Associados, comandado por Assis Chateaubriand, é que vamos nos deparar com uma Carolina bastante falante, sem pudor, mas ao mesmo tempo ainda

“amargurada” com os percalços da sua vida. Ou seja, ao mesmo tempo, ela trabalha, sonha e sofre. (FARIAS, 2018, p. 113).

Carolina: uma biografia, escrita pelo Jornalista Tom Farias foi lançada nesse ano de 2018 e através de uma minuciosa e competente pesquisa em acervos distribuídos por jornais, revistas, material biográfico e autobiográfico, que resgata a trajetória da vida de Carolina Maria de Jesus, desde seu nascimento até sua morte.

Com um texto de narrativa jornalística, apresenta de maneira linear a vida da escritora, contribuindo com novas informações para a biografia da escritora. Entre outras coisas, recupera imagens do acervo fotográfico de Carolina e de acervos textuais.

Essa biografia não foi incluída nas que foram objeto de análise para a dissertação, nem para a construção do recurso didático pedagógico, por conta de sua publicação ser muito recente e não havendo tempo suficiente para uma correta análise desta.

Carolina Maria de Jesus, em 1949, consegue sua moradia própria ao construir seu barraco na favela do Canindé, em São Paulo, onde vai morar por 11 anos e se tornará seu laboratório para escrever o livro autobiográfico que a tornou conhecida, o “Quarto de Despejo”.

Do período de sua chegada à favela até a publicação do primeiro livro, em 1960, Carolina passou por vários subempregos, entre os quais a de catadora de lixo, que lhe garantiu acesso a livros e cadernos, nos quais escrevia seu diário.

A visita do jornalista Audálio Dantas, à favela do Canindé, em 1958 muda a vida de Carolina Maria de Jesus, pois o jornalista torna - se o mediador desta com o mercado editorial da época, participando da edição dos livros e publicizando a produção de Carolina, na imprensa.

Entre os livros mais conhecidos de Carolina Maria de Jesus destacamos, “Quarto de Despejo” (1960)¹, um relato autobiográfico, cujo período compreende os anos de 1955 – 1960 onde relata o cotidiano duro e sofrido, como moradora da favela do Canindé (SP), com um olhar aguçado sobre as questões do dia a dia e da luta por sua sobrevivência, de seus filhos e de outros moradores.

A nossa personagem, Carolina Maria de Jesus, desde seu falecimento, em 1977 até a década de 90 viveu um período de ostracismo, no qual sua obra ficou esquecida, embora com

¹ Quarto de Despejo – editado pela primeira vez em 1960 tornou se fenômeno editorial atingindo a vendagem de 10 mil exemplares, nos três primeiros dias de lançamento, na cidade de São Paulo. Outros noventa mil foram distribuídos nos primeiros 6 meses. Foi traduzido em 13 idiomas e publicado em mais de 40 países. Os números, portanto, são extraordinários, até mesmo para os padrões atuais, que não ultrapassam 3 mil exemplares. O livro foi reeditado em 1976 e 1998.

algumas reedições de trabalhos, mas muito restritas ao meio acadêmico². A obra de Carolina Maria de Jesus não fazia parte dos cânones literários nacionais, muito embora tivesse um reconhecimento no exterior, através de reedições de suas obras em outras línguas.

Desde a promulgação da lei 10639/2003, que tornou obrigatório o ensino de História da África e das culturas africanas e afro-brasileiras, no ensino básico, que o debate em torno de temas sobre as identidades afrodescendentes e a questão racial têm sido objeto de discussão e de produção, tanto do meio acadêmico, como nas escolas.

As questões étnico raciais ressurgem com um novo significado e sendo abordadas, a partir de novas propostas de implementação pedagógica dos temas destacados na lei. Assim, a História da África e da cultura afro-brasileira passam a ser pesquisadas, resignificadas e debatidas com a perspectiva de ganhar uma maior difusão, tanto nas escolas, como também nas universidades.

Para a professora de História da África, Monica Lima, a lei 10639 e a 11645 ampliaram o debate em torno da temática afro – indígena para além dos movimentos individuais de professores universitários e da escola básica e ganharam uma dimensão mais estrutural com a pesquisa, novas cadeiras de História da África nas universidades e uma maior troca entre a escola, os movimentos sociais e o meio acadêmico.

Mas, nada disso conseguirá se desenvolver na medida da necessidade e da demanda existente se não forem criados espaços de troca entre o mundo acadêmico universitário e o público externo: integrantes de movimentos sociais, professores que atuam na Educação Básica e pessoas interessadas em conhecer mais sobre a história da África e dos negros no Brasil. É um campo do conhecimento que teve sua inserção pautada pelos movimentos sociais deve a esses compartilhar suas reflexões e resultados, o que só terá a fortalecer sua existência. (LIMA, 2014, p. 04).

Carolina Maria de Jesus, como outros agentes históricos que representam essa resignificação das identidades étnico raciais têm sido redescobertos, por historiadores e críticos literários, a partir das novas abordagens que buscam sujeitos históricos que transgrediram às estruturas tradicionais e que contribuíram para o estabelecimento de outras identidades.

Diante, portanto, dessa nova dimensão colocada pela lei, torna – se importante pensar estratégias para o desenvolvimento dos temas, considerando a dificuldade em desconstruir uma abordagem baseada numa narrativa eurocêntrica, ou melhor, que reproduz uma

² Após sua morte em 1977, algumas obras foram editadas e outras relançadas, tais como: Quarto de Despejo (1998); Meu estranho Diário (1996); Diário de Bitita (1986); Sócrates Africano (1996); Minha vida (1996).

identidade monocultural, na qual persistam a invisibilidade de outras identidades e relações sociais e étnicas.

Portanto, a proposta de inserir o debate sobre o ensino das relações étnico raciais, preconiza uma abordagem mais plural e dinâmica de uma narrativa que durante décadas esteve fundamentada em uma única concepção de identidade, branca, ocidental, cristã e masculina, principalmente.

A luta para desconstruir essa ideia faz parte da mobilização dos movimentos negros, desde a década de 30, que culminou com a promulgação da lei, em 2003. Com a introdução do debate em torno das relações étnico raciais, outros grupos puderam discutir e tornar visível suas identidades, sendo elas afrodescendentes, indígenas, entre outras, que estavam excluídas e puderam emergir e fazer parte dessa nova ressignificação da nacionalidade.

A lei 10639 de 2003 e a 11645 de 2008 permitiram que houvesse uma intervenção no currículo, onde as lutas políticas acabam por se expressar, através da abordagem e dos conteúdos contemplados. Assim, a afirmação dessas novas identidades étnicas e raciais deixa de estar, tão somente no campo dos movimentos políticos e se transfere, também para o pedagógico, possibilitando a introdução dessas temáticas na sala de aula.

Essa proposta de estudo, baseado na biografia de Carolina Maria de Jesus, se justifica por sua relevância acadêmica e social, pois através, da biografia, poderemos fazer emergir novos atores, ressaltando seu protagonismo diante das dinâmicas sociais colocadas.

Como também, em especial, refletir sobre o potencial destes personagens para outras histórias a serem ensinadas, que não estejam norteadas, apenas por uma única narrativa. Dessa forma novos atores e sujeitos podem ser alçados a uma nova condição, na qual sejam capazes de narrar outras Histórias, em que suas identidades sejam construídas e valorizadas, a estimular reflexões e a empatia nos estudantes.

A proposta desse trabalho visa construir outras formas de reflexão e de abordagem para a análise das questões étnico raciais, contribuindo para a produção acadêmica no campo da história ensinada.

O objeto de estudo da dissertação utiliza o uso das biografias como recurso para a reflexão e o ensino da História, em nosso caso, a biografia de Carolina Maria de Jesus, que de sua condição de excluída social foi alçada a um lugar entre as escritoras brasileira, na década de 60.

A biografada se insere na dissertação como um personagem que nos possibilita repensar o ensino das relações étnico raciais e sociais, no Brasil, tanto em sua época, nos anos 50, como também nos dias atuais.

À luz desse novo valor para a escrita de biografias, o quadro teórico da pesquisa é formado por três recortes teóricos necessários para construir o objeto da pesquisa. O primeiro deles aborda alguns autores que trabalham com o uso do biográfico na História.

Um segundo recorte teórico vai refletir sobre o uso da biografia como registro possibilitador da análise de memórias individuais e sociais.

Estes autores trazem para a discussão do objeto, questões e abordagens essenciais, as quais destacam a memória como uma construção individual e social, que se produz a partir da interação destas. Possibilitam também, pensar a memória como algo a ser definido pelas questões do contemporâneo, visto que o lembrar e o esquecer fazem parte de um processo individual, mas também social.

Como o uso da biografia é base para o desenvolvimento da dissertação e a de Carolina Maria de Jesus pode ser inserida num contexto de reflexão sobre o ensino das relações étnico raciais, pensar sobre o currículo é uma possibilidade de examinar o ensino destas e a diferentes identidades que surgem a partir deste objeto.

A história ensinada tem superado nos últimos tempos a centralidade da História da nação, pela história plural e diversa constituída por narrativas de novos sujeitos e grupos da sociedade brasileira.

Para Carmem Gabriel, o ensino de história atualmente continua a ter como elemento condutor o ensino da História da nação, a qual deve ensinar e auxiliar na construção do cidadão nacional. Contudo, a História nacional, diferente de antes, deverá dar conta das tensões sociais e políticas, que geram memórias de diferentes grupos sociais e diferentes identidades (GABRIEL, 2014).

As novas formas de compreender a memória e a História acabam por construir uma nova compreensão das identidades, e que deverão estar inseridas no saber escolar. Este portanto, segundo Carmem Gabriel, passa a ser um desafio para os Historiadores e professores de História, pois o fim do monopólio da memória, por um grupo, foi substituído por uma pluralidade destas e geradoras de múltiplas identidades.

Essa pluralidade identitária pode ser observada a partir de uma intervenção no currículo, realizada nos últimos anos. A lei 10639/2003, resultado da luta de décadas dos movimentos sociais, ligados a questão racial, preconiza uma intervenção no currículo escolar que pretende desconstruir um modelo eurocêntrico, não só do ponto de vista do conteúdo, mas das abordagens e dos novos parâmetros a serem desenvolvidos.

Ao mesmo tempo, que a lei 10639 promove debate e uma intervenção político pedagógica tanto no currículo, como nas práticas escolares, ela deve estimular novas abordagens e não reproduzir os mesmos mecanismos de ensino aprendizagem.

Sobre isso, a professora Monica Lima em um texto para o material da “A Cor da Cultura”, produzido para instrumentalizar professores do ensino básico, na aplicação da lei 10639, nos alerta que:

Não podemos, a despeito da exigência da lei, sair repassando nas nossas salas de aula informações equivocadas, ou tratar o tema de uma maneira folclorizada e idealizada. Esse é um grande temor: repetir modelos para fazer com que esses conteúdos curriculares fiquem parecidos com os que já trabalhávamos ao tratarmos da História e das contribuições culturais comumente estudadas é um caminho fácil e perigosíssimo. São temas diferentes e sua abordagem necessariamente deve ser diferenciada. (...) Trata-se de um equilíbrio delicado entre o resgate de uma História que deverá servir para elevar o orgulho de pertencer a ela e a valorização de posturas estreitas que tendem a criar esquemas explicativos maniqueístas. (LIMA, 2006, p. 46).

As abordagens sobre a lei 10639 e suas conquistas, no campo político pedagógico, se converge para as propostas de pensar o ensino das relações étnico raciais e sociais, como forma de construir um currículo que esteja relacionado a outras formas identitárias.

A metodologia de pesquisa utilizada na dissertação se constituiu na leitura e análise de três biografias sobre a autora e o livro autobiográfico de maior sucesso de Carolina Maria de Jesus, o “Quarto de Despejo”.

As biografias produzidas sobre Carolina são muitas e estão disponíveis no mercado editorial e serão objeto de leitura e análise. Dentre elas pretendo utilizar as três mais conhecidas que são: CASTRO, Eliana de Moura; MACHADO, Marilía Novais da Mata. Muito bem, Carolina! (2007); SANTOS, Joel Rufino dos, 1941-. Carolina Maria de Jesus: uma escritora improvável. (2009); LEVINE, Robert M.; MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Cinderela negra: a saga de Carolina Maria de Jesus (1994).

O material produzido por Carolina está disponível em vários sites de bibliotecas e acervos digitais. Suas obras mais importantes são o: “Quarto de Despejo”³ (1960) e “Casa de Alvenaria” (1961). O primeiro e mais importante da obra da autora foi reeditado recentemente, inclusive ganhando espaço, tanto no vestibular da UNICAMP, como também em congressos e festivais de literatura, como na FLIP de Paraty, em 2017.

³ Reeditado em 1976, 1998 e 2014.

Ainda existe, um grande acervo audiovisual no youtube, com entrevistas, filmes retratando a vida de Carolina Maria de Jesus e documentários com jornalistas e parentes da autora.

Esse material será objeto de estudo, tanto para a dissertação, como também para o recurso didático pedagógico a ser elaborado para aplicação, em sala de aula pelos professores do ensino básico.

A dissertação está dividida em três capítulos: dois desses capítulos com característica dissertativa, com uma análise teórica das biografias e da obra “Quarto de Despejo” de Carolina Maria de Jesus. E uma outra parte propositiva, em que será desenvolvido uma proposta de material didático, a partir da biografia de Carolina Maria de Jesus, discutindo as relações étnico raciais na sociedade republicana brasileira, no período de 1955 a 1960 e na atualidade.

O texto dissertativo se inicia com a introdução, na qual faremos a apresentação do trabalho, as razões que nos levaram a escolher o tema, as justificativas e os objetivos. Logo no início, pretendo fazer um pequeno relato sobre minha prática em sala de aula, com a biografia de Carolina Maria de Jesus para alunos do EJA, na unidade escolar no CIEP Asa Branca, na cidade de Nova Iguaçu.

No capítulo 1, intitulado “A biografia de Carolina Maria de Jesus como problema e possibilidade pedagógica”, onde pretendo desenvolver a discussão sobre os usos do biográfico e a bibliografia atualizada sobre a temática. Além disso, algumas das biografias produzidas sobre Carolina e da sua obra propriamente dita, o “Quarto de Despejo”. Esse capítulo deverá constar de dois subtítulos, os quais vão delimitar as propostas mencionadas.

O debate em torno do uso do biográfico será desenvolvido, a partir da produção realizada por historiadores e sociólogos que discutem o uso do biográfico, como estratégia para pensar a sociedade. A biografia será abordada como uma forma de recuperar o indivíduo na História.

Na segunda parte do capítulo 1, as biografias escritas nos últimos anos, sobre Carolina Maria de Jesus serão objeto de análise e também, servirão para construir o aspecto mais factual da trajetória da escritora. Em meio a tantos escritos e biografias sobre a autora, escolhi as de maior reconhecimento público e acadêmica para selecionar três narrativas sobre Carolina Maria de Jesus.

As selecionadas foram: Eliana de Moura Castro e Marilía Novais da Mata Machado. **Muito bem, Carolina!** (2007); Joel Rufino dos Santos, 1941- **Carolina Maria de**

Jesus: uma escritora improvável. (2009); Robert M. Levine e José Carlos Sebe Bom Meihy. **Cinderela negra: a saga de Carolina Maria de Jesus.** (1994).

Ainda, nesse capítulo trataremos de uma das obras mais conhecidas e a que lançou Carolina, o “Quarto de Despejo”. O primeiro livro da autora baseado em diários escritos em cadernos foi lançado, em agosto de 1960, quando alcançou em uma semana uma vendagem de 10 mil exemplares, se constituindo em um grande sucesso de vendas, sendo reeditado em 13 idiomas.

Este livro, de características autobiográficas nos servirá para destacar sua própria narrativa, com relação as dinâmicas raciais e sociais da sociedade, a qual era observadora e ao mesmo tempo estava inserida. Esse material, ainda servirá para a elaboração do produto final, que consiste na elaboração de um caderno de atividades para os docentes aplicarem em sala de aula.

O capítulo dois, intitulado de “Novas histórias, outras identidades” pretende abordar na primeira parte uma reflexão, em torno da aplicação da lei 10639/2003, que torna obrigatório o ensino da História Africana e da cultura afro-brasileira, no ensino básico e suas consequências nas mudanças curriculares, de maneira efetiva.

Para o desenvolvimento desse capítulo pretendemos discutir a própria aplicação da lei e seus objetivos, como também a avaliação da aplicação desta, ao longo dos últimos anos, realizada por pedagogos e historiadores. Entre alguns destes pesquisadores, podemos destacar: Nilma Lino Gomes (2012) e Petronilha Beatriz Gonçalves Silva.

O segundo subtítulo compreende uma discussão central da dissertação, as novas identidades ou múltiplas identidades, cujo autor a ser destacado é Stuart Hall (2004), que aborda uma multiplicidade de adesões a diferentes identidades, dos indivíduos, desconstruindo a ideia de uma identidade coesa, homogênea e inflexível.

Enquanto na primeira parte do capítulo discutimos a intervenção da lei 10639, que possibilitou uma mudança curricular, nessa segunda parte poderemos refletir sobre a importância do ensino das relações étnico raciais, na construção de novas identidades.

No terceiro capítulo, denominado de “Práticas e saberes docentes: para ensinar e aprender com Carolina Maria de Jesus” pretendemos desenvolver o uso pedagógico da biografia de Carolina Maria de Jesus, em sala de aula, como prática que estimule a reflexão sobre as relações étnico raciais, ao longo dos últimos 50 anos, na sociedade brasileira republicana.

Para tanto, na primeira parte faremos um relato autobiográfico da experiência da prática pedagógica, na unidade escolar na qual trabalhava na ocasião que o projeto surgiu.

Ainda, nesse capítulo haverá uma reflexão em torno do saber escolar, relacionando – o ao caderno de atividades que será o instrumento didático pedagógico proposto.

Na segunda parte, faremos uma reflexão sobre a produção do saber escolar, para isso vamos utilizar abordagens de historiadoras que refletem sobre o ensino da História, como Carmem Teresa Gabriel (2017) e Ana Maria Monteiro (2014), Verena Alberti e Ilmar Rohllof.

Estes autores, de forma geral refletem sobre os saberes escolares, que compreendem alunos e professores, como também as consequências das novas intervenções curriculares na efetivação destes saberes.

Por fim, em uma terceira parte do capítulo apresentaremos o recurso didático pedagógico, através da abordagem de cada oficina e dos seus objetivos. O Caderno de Atividades formatado como material didático pedagógico para o professor compõe o anexo final dessa dissertação.

1 A BIOGRAFIA DE CAROLINA MARIA DE JESUS COMO PROBLEMA E POSSIBILIDADE PEDAGÓGICA

O palácio é a sala, a prefeitura a sala de jantar, os bairros são os jardins; a favela é o quarto de despejo, onde se joga aquilo que não presta – pessoas e lixo. Sou rebotalho. Estou no quarto de despejo, e o que está no quarto de despejo ou queima-se, ou joga-se no lixo. (JESUS, 1960).

1.1 Os usos do biográfico e o indivíduo na História

O trecho destacado acima é da obra autobiográfica que lançou Carolina Maria de Jesus ao sucesso editorial, o “Quarto de Despejo”. Esse livro, o primeiro conhecido pelo público, foi lançada em 1960 e retrata, em forma de diário, a vida da autora, de seus filhos e de outros moradores que viviam na favela do Canindé, no período de 1955 a 1960, em São Paulo.

A escrita de Carolina retrata uma realidade, com espaço e tempo bem demarcados, muito embora possamos, ainda que guardadas as devidas especificidades, relacionar às condições sociais descritas pela autora ao momento presente.

A obra de Carolina Maria de Jesus e os demais instrumentos biográficos produzidos sobre ela, podem nos permitir acessar tanto a sociedade na qual Carolina Maria de Jesus estava inserida e suas relações com a mesma, como também a sociedade atual e os contrastes sociais, ainda presentes.

O objeto de estudo da dissertação analisa o uso das biografias como recurso para a construção do conhecimento histórico, em nosso caso, a biografia de Carolina Maria de Jesus, que de sua condição de mulher, negra, excluída social, moradora de favela e com pouca instrução formal, foi alçada a um novo lugar social.

Esse novo lugar social foi conquistado através da publicação da primeira obra autobiográfica, o “Quarto de Despejo”, que se revelou um grande sucesso editorial daquele ano, tendo a primeira edição esgotada, em poucos dias.

Além da vendagem impressionante, aproximadamente 10 mil exemplares, em uma semana, este livro trazia o ineditismo de ser escrito por uma mulher que vinha de um território marginalizado, a favela, e portanto, para muitos desprovido de pessoas capazes de produzir, qualquer trabalho intelectual.

Esse reconhecimento de público e crítica foi noticiado, tanto na mídia nacional, na revista *O Cruzeiro*,⁴ como também na mídia internacional: *Life*, *Time*, *Le Monde*, em países como os Estados Unidos, França e Itália. Essa repercussão garantiu a essa obra a edição em 13 idiomas, nos anos seguintes. (LEVINE e MEIHY, 2015)

O momento da publicação da sua primeira obra, se insere como um capítulo à parte na vida da então catadora de papel e lixo. Carolina Maria de Jesus tem sua trajetória marcada por uma vida de grandes dificuldades financeiras, com poucos recursos para sustentar a si mesma e a seus três filhos.

Carolina Maria de Jesus, apesar de carregar em sua história pessoal a marca da desigualdade racial e social, tão característica de uma grande parcela da sociedade republicana brasileira, nunca se convenceu dessa realidade. O trabalho de catadora de lixo, além de possibilitar seu sustento e dos 3 filhos, também garantiu o acesso a cadernos e livros, dos mais diferentes assuntos, que eram descartados no lixo.

A trajetória dessa mulher negra e pobre, que se tornou, nos primeiros anos da década de 60, um grande sucesso editorial do país, não se restringe a sua condição social, mas a sua capacidade em transmitir, através da escrita autobiográfica, a sociedade em que estava inserida e como observava as diferentes dinâmicas sociais, do seu tempo.

Portanto, a biografia de Carolina Maria de Jesus, nos possibilita repensar as relações étnico - raciais e sociais no Brasil republicano, tanto em sua época, nos anos 50, período em que escreveu os diários, como também para pensar tais relações, nos dias atuais.

A biografia, como gênero, desfruta de grande sucesso editorial atualmente, sendo produzida em larga escala, voltando, há cerca de trinta anos, a ter um lugar entre os debates sobre a escrita da História.

As biografias produzidas por historiadores prezam por mobilizar o aparato da crítica documental e inserir seus biografados, nas tramas e enredos históricos, possibilitando abordar acontecimentos sob a perspectiva do protagonista central da narrativa biográfica.

⁴ Revista sediada no Rio de Janeiro, publicada de 1928 – 1981, fundada por Assis Chateaubriand, que em 1929 tinha uma tiragem de 50 mil exemplares. A revista pretendia ser de variedades, mas também assumiu um papel de relevância nos diferentes momentos políticos do país, ao longo de sua existência. Texto adaptado. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/cruzeiro-o>>. Acesso em: 16 set. 2018.

A escrita biográfica, no século XIX, tinha uma vocação pedagógica na formação do cidadão, isto é, o conhecimento do passado deveria auxiliar na construção dos parâmetros da nacionalidade, que no caso do Brasil estavam sendo disputados.

A construção desses parâmetros de nacionalidade eram o resultado de inúmeros projetos políticos, que acabavam por eleger personagens que apresentariam atributos capazes de educar os cidadãos, do recém-formado Estado brasileiro.

Embora não tenha sido o único lugar para pensar a nacionalidade, ao longo do século XIX, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o IHGB, inaugurado, em 1838, concentrou as inúmeras disputas políticas para empreender um perfil para a “Nação brasileira” (GUIMARÃES, 1988).

O IHGB, produziu ao longo do século XIX, inúmeros instrumentos que pretendiam fazer sínteses dos debates escritos e produzidos por seus associados e/ou estudiosos, do Brasil inteiro. Entre estes instrumentos, a Revista do IHGB se notabilizou por agrupar temas os mais diversos, inclusive pontuando estudos regionais, mas que tinham como objetivo final, a construção da nacionalidade brasileira.

As biografias, eram incluídas na revista como um recurso para imprimir as noções de nacionalidade, atribuindo à História uma função de “*mestra da vida*”, ou seja, sendo capaz de ensinar as gerações posteriores exemplos de conduta e adesão ao modelo de nacionalidade defendido, naquele momento (GUIMARÃES, 1988)

A historiadora Gloria Oliveira, ao pesquisar as várias biografias produzidas e publicadas na Revista do IHGB, entre 1839 e 1850, concluiu que, naquele momento, a produção historiográfica e as biografias estavam interligadas, ou seja ambas atendiam aos mesmo objetivos pedagógicos sobre o passado (OLIVEIRA, 2007).

A autora confirma isso, quando afirma em seu texto que a vocação pedagógica do conhecimento do passado aparece, portanto, como o argumento que confere legitimidade e força persuasiva às primeiras proposições acerca da escrita da nossa história, entre elas a da produção de biografias. (OLIVEIRA, 2007, p. 18).

O modelo de escrita biográfica produzida pelo IHGB, no período estudado pela autora, contempla a produção inicial das biografias. No entanto, as disputas políticas, em torno do tema da nacionalidade, principalmente, na segunda metade do século XIX, ampliaram o debate, por conta de uma realidade mais complexa a ser enfrentada, pois o projeto nacional deveria dar conta de uma sociedade marcada pelo trabalho escravo e a presença das sociedades indígenas. (GUIMARAES, 1988)

A historiadora Marcia Gonçalves, em seu estudo sobre a biografia moderna, discutiu a nova abordagem das biografias, a partir das décadas de 20 a 40, do século XX, historicizando o caminho percorrido pela biografia, tal qual reconhecemos hoje.

A biografia clássica, produzida até então, como as citadas no IHGB, tinham como objetivo a ênfase na “heroicização” do personagem, ou seja, não pretendia confrontá-lo com as situações de seu tempo, mas colocá-lo como um indivíduo a ser destacado, por conta de suas nobres qualidades. (GONÇALVES, 2011).

Essa “nova” biografia relacionava-se, também, a uma nova fase das ciências sociais, das letras e da própria História, que não se contentavam apenas, em enumerar fatos e datas, mas que retomavam o indivíduo numa centralidade, nas narrativas e imprimindo um diálogo com a sociedade na qual estava inserido.

Portanto, para a autora Márcia Gonçalves, a biografia moderna aponta para uma narrativa que pretendia observar o biografado, como um personagem a ser construído, considerando suas relações com o mundo e ao mesmo tempo com a possibilidade, de a partir dele, verificar outras dimensões da sociedade.

Na abordagem do autor Benito Bisso, o historiador deverá apreender na biografia, os elementos explícitos e implícitos no texto, buscando identificar o contexto, os interesses, o lugar social que foi escrito para compreender as tensões entre o indivíduo e a sociedade na qual está inserido. (BISSO, 1997).

Sendo assim, o indivíduo não está isolado, mas interagindo com a sociedade que faz parte, de maneira a construir sua própria identidade. E isto, deve ser analisado em todos os aspectos da sua biografia, ou seja, o biografado deve ser identificado em todas as suas perspectivas, não cabendo uma abordagem única, mas destacando suas várias identidades e ações no mundo.

Para o autor, durante muito tempo se repeliu a ideia de pensar o indivíduo na História, opondo este à sociedade. Atualmente a compreensão se dá em outra forma de abordagem, na qual busca-se a tensão entre a sociedade e o indivíduo, onde não se anulam, mas se complementam.

A ideia portanto, do indivíduo como centralidade da narrativa histórica é ressaltada também pela historiadora Mary Del Priori ao abordar as biografias e a constituição dessas nos últimos anos. Desde a imortalização de símbolos e tradições, até a nova abordagem, as biografias, atualmente, não pressupõem um indivíduo isolado, mas inserido numa dinâmica social. (DEL PRIORI, 2009)

Segundo a autora, após um período em que as explicações por meio das estruturas determinavam as abordagens sobre o processo histórico, principalmente nos anos 70 e 80, os indivíduos e suas paixões são resgatados e alçados a um patamar de centralidade nas análises.

Nessa nova abordagem, o indivíduo passa a ser visto como um “ator crítico”, o qual não será um mero agente passivo diante dos acontecimentos e muito menos refém das estruturas, que determinariam necessariamente sua conduta, mas agindo como um sujeito que está inserido na sociedade, vivendo suas tensões e conflitos.

A própria autora, ao desenvolver a ideia do indivíduo como ator crítico expõem dois aspectos dessa abordagem.

Um explícito, pela iniciativa voluntária do observador que propõem uma análise da sociedade na qual o personagem estava inserido. O outro implícito, avaliado no percurso do personagem que ilustra por sua vez as tensões, conflitos e contradições de um tempo, todos essenciais para a compreensão do período. (DEL PRIORI, 2009, p. 11).

A despeito das variações que regem, em tempos e espaços a escrita biográfica, interessa-nos valorizar a problematização das relações entre indivíduo/sociedade, com o objetivo de produzir conhecimentos históricos associados à análise dos processos de construção de identidades.

As biografias e o uso destas pela historiografia geraram um debate, a partir dos anos 70, quando o indivíduo e a narrativa voltam como conceitos e questões ao centro do debate da epistemologia e da teoria da História.

O biografado passa a ser observado como um ser social que está em diálogo com o mundo, criando uma rede de dependências, em constante adaptação. (DE SOUZA, 2007).

A historiadora Adriana Barreto de Souza, credita à biografia atual uma abordagem que não pretende associar o comportamento de um ator social a regras e normas gerais, mas a uma posição particular, do indivíduo no interior de uma rede social. O sujeito histórico faz parte da rede social e de seus condicionamentos, porém não está limitado a estes, podendo criar suas próprias reflexões e ações.

O autor Pierre Bourdieu, em seu texto a “Ilusão biográfica”, reafirma o indivíduo como um sujeito social, que não está vinculado de forma fixa a uma situação de normatização, a qual impediria sua autonomia diante das dinâmicas sociais. Segundo, o próprio autor,

Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um “sujeito” cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurda quanto tentar explicar a razão de um trajeto de metrô sem levar em conta a

estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações. (BOURDIEU, 2006, p. 189).

Alexandre de Sá Avellar dialoga com Pierre Bourdieu, ao reafirmar que o desenvolvimento das biografias, nas últimas décadas, observa o indivíduo e sua centralidade nessa narrativa, não mais com uma perspectiva linear, ou numa única representação e identidade.

Para o autor, os indivíduos não devem ser observados como sujeitos enquadrados em esquema fechados, ou marcos teóricos pré-definidos, a narrativa biográfica, a qual a História busca, pretende observar ou fazer dos indivíduos sujeitos sociais que estejam em meio a uma pluralidade de identidades, referências e localidades. (AVELLAR, 2010)

Estes autores, enfatizam o uso do biográfico como o resgate do indivíduo na História, não mais como agentes passivos das situações ou então imune às influências das dinâmicas sociais, mas sujeitos ativos, atuantes na sociedade e, também, como quem sofre as influências desta, criando permanentemente a construção de novas memórias, narrativas e identidades.

Um segundo recorte teórico pretende refletir sobre o uso da biografia como registro de memórias individuais e coletivas. Esse aspecto é discutido e trabalhado por Gilberto Velho, quando se refere ao conceito do indivíduo, como elemento não mais constituído, mas constituidor da sociedade (VELHO, 2003).

Para o autor, a memória desse indivíduo ganha grande importância, pois será de grande valor para analisar a sociedade, na qual está inserido, uma vez que a memória é resultado da interação desse indivíduo com a sociedade, reorganizando permanentemente as identidades sociais.

Michael Pollack e Joel Candau, autores que também abordam a memória como um fenômeno constituído social e individualmente, destacam em seus estudos abordagens que se complementam, com relação à dinâmica dessa construção das memórias.

Michael Pollack analisa a memória como um fenômeno que sofre interferências das questões do presente, ou seja a memória, não reproduz um passado isento, mas como uma construção social, a memória está condicionada a questões de ordem temporal e espacial.

Para o autor, a memória é constituída por diferentes camadas temporais e espaciais, em que o indivíduo ou a sociedade não necessariamente viveram uma determinada situação, mas revelam na memória elementos que ganharam um valor constituidor desta e de suas identidades. (POLLACK, 1992)

Joel Candau defende que as memórias são permanentemente atualizadoras do passado, discordando da ideia que esta seria uma reconstrução fiel a ele. Essa ideia da atualização do

passado é explicada pelo autor quando sustenta que ao contrário das memórias potentes e unificadoras, relacionadas as identidades hegemônicas, que pretendiam repetir um modelo de identidade, vivemos atualmente, o tempo das identidades plurais, fragmentadas e móveis. (CANDAUI, 2014)

Para o autor, a memória social é constituída pela interação do indivíduo com a sociedade na qual está inserido. Deste movimento, surge a memória individual e a social, possibilitando pensar a sociedade, através da biografia, visto que das memórias deste indivíduo emergem as diferentes camadas de memórias individuais e sociais.

1.2 As vidas de Carolina Maria de Jesus e sua obra literária

Tem pessoas aqui na favela que diz que eu quero ser muita coisa porque não bebo pinga. Eu sou sozinha. Tenho três filhos. Se eu viciar no álcool os meus filhos não irá respeitar-me. Escrevendo isto estou cometendo uma tolice. Eu não tenho que dar satisfações a ninguém. Para concluir, eu não bebo porque não gosto, e acabou-se. Eu prefiro empregar o meu dinheiro em livros do que no álcool. Se você achar que estou agindo acertadamente, peço te para dizer: - Muito bem, Carolina! (JESUS, 1960).

Naqueles idos de 1914, na recente república brasileira, a estrutura sociopolítica e econômica, ainda era muito próxima ao regime que tinha sido substituído. A nação, que em novembro de 1889, substituiu um regime monárquico pelo republicano, mantinha características de um passado escravista, revelado na desigualdade racial e social, como também a concentração fundiária e de riquezas.

Com uma população de aproximadamente 18 milhões de habitantes⁵, em 1914, a maior parte da população brasileira estava no campo, ou seja fora dos centros urbanos, das principais capitais do sudeste, como Rio de Janeiro, São Paulo e Minas gerais. Mesmo em outras regiões do país, como o sul e o nordeste, nas cidades mais centrais, um grande contingente vivia em áreas rurais.

Carolina Maria de Jesus, nasceu em Sacramento, numa data provável, 14 de março de 1914, pois o registro cartorial ainda era uma prática com um custo elevado e sem grande significado para a maior parte da população, uma vez que o registro de batismo, ainda era a principal referência para demarcar o nascimento.

⁵ Disponível em: <brasil500anos.ibge.gov.br/estatisticas-do-povoamento/evolucao-da-populacao-brasileira.html>. Acesso em: 16 set. 2018.

A cidade de Sacramento, localizada no triângulo mineiro, fundada em 1820, tornou-se, na segunda metade do século XIX, um importante centro de produção de plantio de café. Sua produção era escoada através de uma ponte, que estava localizada a cerca de 30 km da cidade, o que facilitava a viagem da cidade a São Paulo, caminho esse percorrido por Carolina muitas vezes. (CASTRO e MACHADO, 2007).

A cidade de Sacramento, em 1914, não ultrapassava dos 16 mil habitantes, 4.000 somente, na área urbana. Os mais pobres viviam em regiões periféricas, onde as casas eram pobres e insalubres, construídas em terrenos que pertenceram a Igreja Católica, posteriormente arrestados pelo poder público local.

A maior parte da população era constituída por descendentes de escravos e indígenas, cujo registro foi feito pelo viajante Auguste de Saint – Hilaire, em 1820, ao dizer em seus diários de viagem, que nessa região havia a existência de dois tipos de população local: “a *dos mestiços de índios e quilombolas, segundo ele grosseiros, apáticos e rudes, e a migração recente de mineiros, inteligentes, polidos, ativos e hospitaleiros*”. (CASTRO e MACHADO, 2007)

Em Sacramento, a formação escolar da maioria era quase inexistente, uma vez que não existia uma exigência no oferecimento, por parte do poder público, de instrução para a população. Essa não era uma realidade somente deste município, a República não ofereceu, de imediato, a instrução pública para a maioria, sendo esse um debate que ocorrerá, de maneira mais intensa, a partir dos anos 20, do século XX.

Portanto, em Sacramento, as hierarquias sociais e raciais estavam bem demarcadas, enquanto os filhos dos grupos mais abastados saíam para estudar, nos grandes centros ou no exterior, à população pobre restava o trabalho nas fazendas dos coronéis, chefes políticos da região, ou então, nos trabalhos domésticos, nas casas das famílias de maior posse.

Em 1937, Carolina Maria de Jesus decide migrar para a cidade de São Paulo, depois de viver por mais de vinte anos em Sacramento. As razões para a migração são muitas, mas as dificuldades em conseguir trabalho, uma saúde instável e por fim, e não menos determinante, uma grande insatisfação com sua própria vida fizeram com que decidisse tomar o rumo de uma cidade que era desejada e temida, mas que para Carolina poderia significar um recomeço. (CASTRO e MACHADO, 2007)

Bitita, apelido que Carolina Maria de Jesus recebeu quando criança e que deu nome a um de seus livros, morre em 1977, em quase anonimato, pois seus livros editados posteriormente, no Brasil, não tinham alcançado o mesmo sucesso, de vendagem de “Quarto

de Despejo”, de 1960. Sua trajetória dos últimos anos de vida tinham sido de esquecimento e isolamento em seu sítio, em Parelheiros, ao sul da cidade de São Paulo.

Entre seu nascimento e sua morte, encontra-se o período ao qual pretendemos pesquisar, de forma mais objetiva, de maneira que possamos construir um conhecimento histórico que possa ser utilizado nas práticas didáticas em sala de aula, com o objetivo de associa – los à reflexão sobre as relações étnico - raciais na sociedade republicana brasileira.

A trajetória de vida de Carolina Maria de Jesus foi objeto de pesquisa nas últimas décadas, e originou vários relatos biográficos que pretenderam organizar sínteses sobre a escritora, como também, o resgate de material produzido pela autora, que não havia sido publicado.

Sua obra é extensa e consiste em publicações que ocorreram antes e depois de sua morte. O primeiro lançamento foi o livro autobiográfico, o “Quarto de Despejo” (1960), que tornou Carolina uma das escritoras de maior vendagem, nos anos 1960, no Brasil e com grande repercussão internacional, sendo traduzida para 13 idiomas, nos anos decorrentes.

Existe ainda um material inédito deixado por Carolina de Jesus, em 58 cadernos que somam 5 000 páginas de textos: com sete romances, 60 textos curtos e 100 poemas, além de quatro peças de teatro e de 12 letras para marchas de Carnaval, que estão sendo organizados pela professora Raffaella Andrea Fernandez, da Universidade Estadual de Campinas.

Esse material da escritora encontra-se custodiado por diversas instituições, dentre elas: a Biblioteca Nacional (RJ) o Instituto Moreira Salles (RJ), o Museu Afro Brasil (SP), Arquivo Público Municipal de Sacramento e Acervo de Escritores Mineiros (UFMG). (LEVINE e MEIHY, 2015)

As demais publicações da escritora foram o também autobiográfico, Casa de Alvenaria (1961); Pedações de Fome (1963) e Provérbios (1963). Estas obras foram publicadas com a escritora ainda viva, mas não obtiveram o mesmo sucesso de vendagem e repercussão, sendo algumas publicadas com recursos da própria autora.

As publicações póstumas foram: Diário de Bitita (1982); Meu Estranho Diário (1996); Antologia Pessoal (1996) e Onde estás felicidade? (2014). Ainda foram publicados na biografia da autora, escrita e editada por José Carlos Sebe Bom Meihy e Robert M. Levine, cuja primeira edição é de 1994, dois textos inéditos de Carolina: “Sócrates Africano” e “Minha vida”.⁶

⁶ Em 2014, como resultado do Projeto Vida por Escrito - Organização, classificação e preparação do inventário do arquivo de Carolina Maria de Jesus, recebeu o Prêmio Funarte de Arte Negra, foi lançado o Portal

As biografias produzidas sobre Carolina Maria de Jesus estão disponíveis no mercado editorial e serão objeto de leitura e análise, nesse trabalho. E ainda nos servirão de referência para o conhecimento da trajetória da escritora e das relações estabelecidas com a sociedade de seu tempo.

Escolhemos três biografias para utilizar como material de análise e pesquisa. A primeira delas foi escrita pelas autoras: CASTRO, Eliana de Moura; MACHADO, Marília Novais da Mata. Muito bem, Carolina!, cuja primeira edição foi em 2007; a segunda é a de, SANTOS, Joel Rufino dos, Carolina Maria de Jesus: uma escritora improvável, com a primeira edição em 2009; e a terceira escrita por, LEVINE, Robert M.; MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Cinderela negra: a saga de Carolina Maria de Jesus, com a primeira edição de 1994.

Os autores dessas biografias mencionadas, apesar de se proporem a constituir um relato sobre a vida da mesma personagem, utilizam metodologias diferentes para abordar a trajetória desta e a sociedade na qual estava inserida, dando destaque, em alguns relatos, a aspectos diferentes da vida de nossa escritora.

A biografia escrita por Eliana Castro, formada na área de psicanálise e Marília Machado, oriunda da psicologia social, tem como principal objetivo criar uma narrativa linear estabelecendo através dos capítulos a trajetória de vida de Carolina Maria de Jesus, destacando desde sua infância, até a sua redescoberta, após sua morte, nos anos 80.

As autoras, organizam a biografia em nove capítulos, traçando uma trajetória que segue a cronologia da vida da escritora, desde seus primeiros momentos, em Sacramento, passando por seu sucesso, com o lançamento de “Quarto de Despejo”.

A biografia ainda recupera o momento que a escritora é redescoberta, em 1982, com o lançamento do “Diário de Bitita”, livro em que Carolina relata sua infância, o qual tinha sido um grande sucesso na França, e agora seria lançado em português, pela editora Nova Fronteira.

A narrativa das autoras apresenta os fatos vividos por Carolina Maria de Jesus, descritos de forma minuciosa, oriundas de uma pesquisa documental e bibliográfica. A biografia segue uma linha narrativa em que prioriza a estrutura linear, amparada na apresentação do personagem, em suas mais diferentes situações e vivências.

A biografia, além de se notabilizar por revelar uma Carolina Maria de Jesus, em todas as suas esferas, a pública e a privada, também deve ser reconhecida por sua capacidade em resgatar, tanto o material bibliográfico, como também as obras da autora.

As autores ainda identificam algumas das fontes iconográficas e audiovisuais, como também, informações sobre entrevistas, da própria autora e daqueles que tiveram alguma relação com ela.

Eliana Castro e Marília Machado optaram por apresentar aos leitores brasileiros uma Carolina, para muitos, ainda desconhecida, mas que até hoje, tem um espaço garantido, tanto em universidades europeias, como norte americanas, sendo objeto de estudo nestes locais.

Esse reconhecimento externo é relatado pelas autoras ao mencionar na conclusão da biografia uma carta enviada por alunas, do ensino médio, de uma pequena cidade do Kansas, nos Estados Unidos. Nessa carta, as alunas relatam que tiveram acesso a obra da escritora e ficaram fascinadas, por isso enviaram um e-mail agradecendo a um contato da editora, por proporcionar-las conhecer: “*Essa mulher Carolina Maria de Jesus foi sensacional*”; “*que pessoa forte e inteligente*”. (CASTRO e MACHADO, 2007, p. 67)

A segunda biografia foi escrita pelo historiador e crítico literário, Joel Rufino dos Santos, que faleceu em 2017 e que construiu sua trajetória política e acadêmica priorizando o estudo das populações afrodescendentes, no Brasil, que lhe garantiram um reconhecimento como especialista em cultura afro-brasileira.

A biografia escrita pelo autor parte de uma premissa metodológica diferente da biografia das autoras mencionadas anteriormente. O autor, opta por uma temporalidade menos linear, buscando uma abordagem que ressalta a concomitância e a comparação entre o contexto sociopolítico do Brasil e a história de vida de Carolina Maria de Jesus.

Portanto, seu viés condutor é a vida de Carolina Maria de Jesus relacionada a alguns eventos e a outros personagens da História do Brasil, com um recorte temporal, que vai desde o nascimento de Carolina Maria de Jesus, em 1914 até sua morte, em 1977.

Essa opção metodológica é defendida pelo autor, quando afirma que:

Não é, como disse, uma biografia relato detalhado de uma vida, tampouco um quadro histórico do tempo em que nossa heroína viveu. Utilizei a metodologia dita de caso: um acontecimento comovente no qual abrimos janelas sobre outros acontecimentos. Por meio de Carolina podemos avistar melhor acontecimentos, ou séries de acontecimentos, tão distantes entre si como: a qualidade literária, o populismo, a origem das favelas, o racismo, o golpe de 1964, o êxodo rural. (SANTOS, 2009, p. 22).

Essa abordagem, em muitos aspectos, situa a biografada, em segundo plano, ao enfatizar eventos da História contemporânea do país, mas por outro lado, inova ao relacionar a vida da escritora aos acontecimentos políticos, econômicos e culturais, de cada fase da sociedade republicana brasileira mais recente.

Sua narrativa ainda compara os escritos de Carolina Maria de Jesus ao de outros escritores, músicos, poetas e artistas contemporâneos a ela, se notabilizando por extrair dessa comparação uma síntese para várias questões, pertinentes para a compreensão da sociedade brasileira do século XX.

A terceira biografia, escrita pelos professores, José Carlos Sebe Bom Meihy, historiador da USP, e Robert M. Levine, brasilianista e cientista social, cuja primeira edição é de 1994, tinha por objetivo resgatar a história de Carolina Maria de Jesus, principalmente para o público brasileiro.

Desde a morte da escritora, em 1977, sua trajetória estava invisibilizada em terras brasileiras, com poucos lançamentos e repercussão limitada, mas, ainda continuava em destaque no exterior, principalmente nos Estados Unidos.

O esquecimento da obra da autora, no Brasil, despertou nesses autores o interesse em resgatar sua trajetória, dando origem a uma biografia/coletânea, isto é, a trajetória de Carolina Maria de Jesus apresentada, através de artigos de diferentes autores, sem atribuir uma temporalidade linear.

A biografia foi organizada em cinco partes, distribuídas da seguinte forma: desde textos analíticos dos autores da biografia, a depoimentos de dois dos filhos vivos de Carolina Maria de Jesus, Vera e José Carlos, do jornalista Audálio Dantas, quem descobriu a escritora e a lançou, e ainda, relatos de outras pessoas que conviveram com a escritora.

Nessa coletânea biográfica, ainda foram incluídos dois textos inéditos de Carolina: *Minha Vida e o Sócrates Africano*. O primeiro texto, intitulado “Minha vida” é o relato de Carolina sobre seu período de infância e pré-adolescente, descrevendo suas experiências na escola, ou seja, sobre os dois anos que recebeu a instrução formal, no colégio espírita Alan Kardec.

O texto autobiográfico também retrata a socialização de Carolina nos espaços de trabalho, onde convive com as hierarquias sociais, entre ricos e pobres, e as raciais, entre pretos e brancos. Isso fica evidente, em vários momentos do texto, quando a própria escritora retrata as inúmeras vezes que os trabalhadores pretos não recebiam pela atividade executada⁷.

⁷ JESUS, Carolina Maria de. “*Minha vida*”, In: LEVINE, Robert M.; MEHY, José Carlos Bom. *Cinderela negra: a saga de Carolina Maria de Jesus*. Sacramento, MG: ertolluci, 2015, 2. ed. p. 210.

A questão racial, aparece ao longo de toda a narrativa, como elemento explicativo das diferenças estéticas, das hierarquias sociais e raciais.

Neste trecho do texto “Minha Vida”, Carolina descreve uma situação vivenciada entre ela e a esposa do dono da fazenda, em que ela, sua mãe, seus irmãos e tios estavam trabalhando,

[...] mas, a d. Maria Cândida disse me: quando eu for a Uberaba eu trago um vestido novo para você, vou comprar um remédio para você ficar branca, arranjar outro remédio para o seu cabelo ficar corrido. Depois, vou arranjar um doutor para afilar o seu nariz. (LEVINE; MEIHY, 2015, p. 208).

Apesar, do relato expressar o racismo presente nas relações sociais, Carolina questiona estas naturalizações em que o mundo estava dividido, entre brancos e pretos. Ao longo da narrativa ironiza afirmações de sua mãe sobre aceitar as condições dadas, como naturais e imutáveis.

O segundo texto, que recebeu o nome de “*Sócrates Africano*”, é um relato da escritora sobre sua adolescência, no período em que seu avô estava doente e prestes a falecer.

O título do texto relaciona-se a uma comparação do filósofo grego e sua reconhecida oratória, com seu avô, que apesar do analfabeto, era considerado por muitos da região, inclusive os brancos, segundo Carolina, como um homem de grande capacidade retórica e oratória.⁸

Carolina, ao longo do texto, narra várias situações, nas quais a questão racial, novamente, é a chave central da narrativa. A descrição sobre as ações de seu avô, na comunidade de Sacramento e a importância dada a ele, por homens brancos, sempre em destaque, imprimem no texto uma abordagem comum aos escritos de Carolina, em que o recorte racial aparece como elemento analítico das situações em que escreve.

O texto foi publicado após sua morte, em 1994, mas se notabiliza por destacar tanto a questão racial como também as consequências desse preconceito para os pretos. Para a autora, a exclusão destes da instrução pública, foi provocada pelo racismo, embora combatido, segundo Carolina, por Rui Barbosa, na república.

Enquanto português predominou no Brasil, o negro foi tolhido. As escolas não aceitavam os pretos. Mas o Rui Barbosa dizia que eles agindo assim implantariam o preconceito racial no Brasil. Que um país com preconceito, é um país de raças medíocres.⁹

⁸ JESUS, Carolina Maria de Jesus. “Sócrates Africano”. p. 221.

⁹ JESUS, Carolina Maria de Jesus. p. 223.

Para Carolina Maria de Jesus, o codinome dado a seu avô, revela a valorização da saber tradicional transmitido por ele, mas não anula as hierarquias raciais e sociais, presentes na sociedade de Sacramento.

Da proposta da coletânea/biográfica, ainda resultou a recuperação da obra da escritora, através da microfilmagem dos manuscritos de Carolina Maria de Jesus para a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, que estão disponíveis para a pesquisa. (LEVINE e MEIHY, 2015)

A trajetória de Carolina foi marcada desde a infância por exclusões e dificuldades oriundas de sua origem social, sua família sempre morou na área mais pobre de Sacramento. A questão racial também era uma marca que carregava consigo, pois demarcava as hierarquias sociais, na sociedade brasileira, e de maneira mais próxima a sua realidade, em Sacramento.

Carolina, neta de ex-escravos, beneficiados pela lei do Ventre Livre, teve sua infância e adolescência marcadas pelas dificuldades oriundas, tanto de sua origem social como também racial, o que na maioria das vezes se completam.

Em sua narrativa, fica claro a imposição em trabalhar desde cedo, em casas de famílias abastadas, da região de Sacramento, como também a existência de uma condição permanentemente acentuada de que deveria saber qual era o seu lugar na sociedade.

A questão racial esteve presente desde cedo na vida de Carolina Maria de Jesus, tanto em sua família, como também nos espaços públicos. Além, de carregar o estigma de ser filha bastarda, ainda convivia com a discriminação racial na própria família.

Sua tia avó, Ana Marcelina, mulata clara, não gostava de negros, embora Otaviano, seu filho, fosse retinto. Desejava para os filhos casamentos com pessoas de pele clara, talvez como um modo de ascensão social. Não permitiu que sua filha Mariinha se unisse ao homem que amava, por ser negro. Mariinha casou-se com um branco que era alcoólatra; tiveram dois filhos e Mariinha morreu cedo e infeliz. Carolina e o irmão não podiam entrar na casa da tia Ana, por serem escuros. (CASTRO; MACHADO, 2007. p. 70).

O texto nos permite observar as permanências da sociedade escravista, através das hierarquias sociais presentes, tanto entre brancos, que faziam questão em manter as estruturas de dominação, como entre os negros que estabeleciam uma forma própria de hierarquia para se defender do racismo.

Em uma sociedade, que mesmo não havendo mais a escravidão de forma oficial, ainda mantinha relações sociais e raciais, que reproduziam a sociedade escravista. Portanto, fugir

dos estigmas da cor, era uma forma de ascender socialmente dentro dessa sociedade hierarquizada.

Nos espaços públicos, Carolina também relatava as interdições que eram naturalizadas nas dinâmicas sociais. Quando relata a arbitrariedade policial com a população negra, em Sacramento, ou também, a proibição dos negros de frequentarem o centro da cidade, em dias úteis, pois deveriam estar trabalhando nas fazendas. (CASTRO e MACHADO, 2007)

A Igreja era um refúgio para os negros, pois era considerado solo sagrado pelas forças policiais, no entanto, a mesma interdição e hierarquia que existia na sociedade era reproduzida no interior dos cultos católicos, pois aos negros era permitido frequentar somente a missa das seis da manhã. (CASTRO e MACHADO, 2007)

A despeito de todas essas interdições, que tinham origem nas hierarquias raciais e sociais, Carolina constituía sua personalidade que para alguns impetuosa e arrogante, para outros insensível aos preconceitos enfrentados pelos negros na sociedade brasileira.

Tais avaliações sobre a personalidade da escritora decorrem de seu posicionamento em suas obras, embora seja superficial definir Carolina Maria de Jesus, a partir de dicotomias maniqueístas que a relacionem a lugares positivos ou negativos, do ponto de vista de sua concepção sobre a sociedade.

Contudo, apesar de crescer convivendo com essas dificuldades e impedimentos, que a faziam desacreditar sobre qualquer possibilidade de mobilidade social, a escritora conseguiu por dois anos estudar, aprendeu a ler, escrever e contar.

Sua formação escolar foi incipiente, pois não havia espaços públicos nos quais as crianças receberiam instrução para sua faixa etária. A educação, neste momento, década de 1930, estava num processo de transformação, com a Revolução de 30, algumas reformas foram realizadas, principalmente a criação do Ministério da Educação, que se propunha a criar uma política nacional de educação.

Contudo, essa política, em 1930, não tinha como objetivo ampliar ou universalizar a instrução pública para todos, ação essa iniciada, no período da ditadura civil-militar, com a implantação do primeiro e segundo graus, com sua lógica tecnicista, mas ainda, restritiva para uma grande parcela da população. Com a redemocratização, no final década de 1980, ocorre o início da universalização da educação, inclusive com as reformas municipais e estaduais de seus programas educacionais. (GADOTTI,1997)

Diante dessa situação, a formação básica de Carolina foi patrocinada por uma senhora de posses de Sacramento, d. Maria Leite, que a matriculou no Colégio Alan Kardec, do grupo

espírita Esperança e Caridade (SANTOS, 2009), onde recebeu princípios de origem kardecista e as primeiras letras.

Essa formação, mesmo que frágil, do ponto de vista da educação formal, lhe garantiu a possibilidade de se tornar uma ávida leitora no futuro, de livros de assuntos os mais diversos. Além dessa formação, Carolina destacava a participação de seu avô materno, Benedito José da Silva, filho de escravos, que já nascera livre em decorrência da lei do Ventre Livre, depois de 1871. (CASTRO e MACHADO, 2007)

Seu Benedito pertencia a etnia cabinda, era analfabeto do conhecimento formal, mas transmitia uma grande sabedoria ancestral e da cultura oral. Por várias vezes, reunia pessoas, inclusive Carolina, para contar causos, oriundos de tradição oral, garantindo um outro aspecto na formação da futura escritora.

O orgulho de Carolina Maria de Jesus por seu avô fica claro em seu texto, “*Sócrates Africano*”, incluído na biografia “Cinderela Negra”, de Levine e Meihy. Aqui, deixo a própria falar:

Os homens ricos iam visita-lo, e ficavam horas e horas ouvindo-o. E saíam dizendo: foi uma pena não educar este homem. Se ele soubesse ler, ele seria o homem. Que preto inteligente. Se este homem soubesse ler poderia ser o nosso Sócrates Africano. (LEVINE; MEIHY, 2015, p. 221).

Nesse relato de Carolina fica claro o orgulho da futura escritora por verificar que, apesar da exclusão e interdições aos negros, marcados pela hierarquia racial e social, seu avô era bem considerado e alçado a uma categoria de sábio, mesmo pelos brancos.

Por outro lado, a figura e a transmissão, de um conhecimento informal, realizada pelo avô teria consequências para o interesse de Carolina Maria de Jesus para com as letras e os escritos.

A infância e à adolescência de Carolina Maria de Jesus foram marcadas pela repetição dessas condições de exclusão social e racial. A vida adulta, portanto, traria para Carolina Maria de Jesus a necessidade de fazer novas escolhas.

Sacramento ficava cada vez mais limitadora para Carolina, entre idas e vindas para cidades próximas para trabalhar em casas de família, sua saúde cada vez mais a impedia de permanecer em serviços que necessitassem de disposição física. Entre seus familiares, inclusive para sua mãe, tornava-se, um estorvo, pois não garantia seu próprio sustento.

Em 1937, decide aderir aos planos de migrar e abandonar a cidade que nasceu e viveu por mais de 20 anos e parte em direção a uma São Paulo que vivia em um período político

conturbado, em plena instalação do Estado Novo, no qual Getúlio Vargas assumia como ditador.

Nessa cidade, Carolina vai ser empregada doméstica, depois catadora de lixo, engravidar dos três filhos: José, João e Vera e ainda namorar, passar fome e ser excluída, por sua origem social e racial. Contudo, será o lugar, em que vai se constituir como escritora, pois diante de uma vida em que as expectativas eram limitadas, a escrita se torna sua ferramenta de denúncia e de tentativa de compreensão da vida e do mundo que a cercava.

Após um período inicial de dez anos, vivendo em vários locais, a favela do Canindé entra na vida da escritora. Em 1948, data em que Carolina constrói seu barraco de madeira, aproximadamente 50.000 pessoas moravam em favelas, na cidade de São Paulo, ocorrendo um crescimento, nos anos posteriores, principalmente na década de 1970, chegando a 72.000 pessoas, 1,1 por cento da população municipal ¹⁰.

O significado do substantivo favela é demarcado no tempo e no espaço, mas neste período relaciona-se a uma situação precária de moradia e qualidade de vida, sem a influência do tráfico de drogas e de armas, notada a partir dos anos 80 do século XX.

A favela do Canindé foi construída na administração do governador Ademar de Barros (1901–1969) que, para “limpar” o centro da cidade, ordenou retirar moradores de rua e de cortiços e coloca-los, em qualquer lugar. (SANTOS, 2009)

A configuração social e étnica dessa favela, formada às margens do rio Tietê, em 1950, era de migrantes de vários estados - cearenses, baianos, alagoanos, paulistas, mineiros - e também, os imigrantes - italianos, polacos, alemães e turcos.

A favela era um lugar social no qual grupos das camadas mais pobres da sociedade buscavam para morar, uma vez que os acessos às moradias tinham um custo alto e não existia um programa de habitação pública.

Ao longo do tempo, o termo favela, tornou - se um adjetivo, que passou a servir para identificar e qualificar um local e as pessoas que ali viviam de maneira pejorativa.

A favela do Canindé que desapareceu ainda na década de 60 foi o laboratório para Carolina Maria de Jesus, pois seu cotidiano e de seus vizinhos serviram como material para escrever os diários, que tornaram se o livro autobiográfico, “Quarto de Despejo”, que relata um período da vida da escritora, de 1955 a 1960, ano do lançamento.

¹⁰ TASCHNER, Suzana Pasternak. Favelas em São Paulo: censos, consensos e contra - sentidos. In: Cadernos Metrópole. 2001 - revistas.pucsp.br

Os anos que Carolina Maria de Jesus viveu na favela do Canindé, até o lançamento do livro em 1960, foi de luta por sobrevivência, mas também de observação da realidade que vivia e estava ao seu redor.

Carolina não deve ser repudiada e nem exaltada por suas definições sociais, mas observada como um agente social que teve sua concepção construída por essa mesma sociedade, na qual viveu e à qual observou. Seus escritos a definem como alguém que, ao mesmo o tempo que repudiava a favela e os favelados, também denunciava as condições as quais aquelas pessoas estavam expostas.

Em sua primeira obra autobiográfica, o “Quarto de Despejo”, observamos todos os conflitos e incoerências da escritora, porém a obra representou pela primeira vez a escrita de uma favelada, que contava, em forma de diário, o cotidiano da favela.

Quarto de despejo desfez estereótipos que temos – já nem tanto hoje – dos favelados que são unidos, que não têm preconceitos raciais, que são solidários, talentosos sambistas, cordiais e infelizes. Carolina nos apresenta outra favela no Canindé, os favelados são desunidos, preconceituosos, egoístas, medíocres, nem sempre apreciam batuques, são agressivos e felizes. (SANTOS, 2009. p. 143).

Portanto, “Quarto de Despejo”, publicado em 1960, ao mesmo tempo que fazia uma série de denúncias a respeito das condições de vida dos favelados, também trazia incômodos. Para os agentes públicos, por terem expostos sua incompetência para resolver as questões da favela, como também para uma parte da esquerda, que se incomodava com a forma que Carolina se colocava em relação aos favelados. (SANTOS, 2009)

O encontro de Carolina Maria de Jesus com o Jornalista Audálio Dantas, em abril de 1958, na favela do Canindé, deu origem a uma parceria, que de forma alguma seria tranquila, mas que ocasionou o lançamento, em agosto de 1960, da obra “Quarto de Despejo”.

Essa obra, narra um período de cinco anos, de 1955 a 1960, na vida de Carolina, na favela do Canindé. Ela tornou-se, na época, uma das escritoras mais vendidas do Brasil, dez mil exemplares em uma semana e em um ano se equiparou em vendas de Jorge Amado, 100 mil exemplares.

A obra é construída como um diário, descrevendo dia após dia, a vida de Carolina e de sua família e dos moradores que a circundavam. O diário, começa em 13.07 de 1955 e é finalizado em 01 de janeiro de 1960, meses antes da publicação da primeira edição.

O livro é publicado em agosto de 1960, alcançando grande sucesso. A narrativa traz os elementos do cotidiano de Carolina, como a busca pela sobrevivência, na maioria das vezes catando lixo, a fome vivida por ela e seus filhos, as dificuldades enfrentadas por morar na

favela, sua indignação diante da violência doméstica, da vida que os pobres levavam e ainda, sua instabilidade com seus vizinhos, por conta de discordar das atitudes destes.

2 de maio de 1958

Eu não sou indolente. Há tempo que eu pretendia fazer o meu diário. Mas eu pensava que não tinha valor e achei que era perder tempo. Eu fiz uma reforma em mim. Quero tratar as pessoas que eu conheço com mais atenção. Quero enviar um sorriso amável as crianças e aos operários. (JESUS, 1960, p. 28).

A repercussão editorial foi enorme, o que garantiu para Carolina Maria de Jesus um grande prestígio na mídia da época, como também uma mudança nas suas condições de vida, pois conseguiu recursos para a sua sobrevivência e de seus filhos e realizou o sonho de sair da favela.

Nas palavras do jornalista Audálio Dantas, o primeiro livro autobiográfico de Carolina Maria de Jesus relatava uma situação de profunda miséria,

Ela escrevia o diário porquê. bem, ai eu me permito fazer uma consideração a respeito. Primeiro, era o desejo de falar, de denunciar uma situação de miséria em que ela própria vivia. Segundo, era busca de glória, que era aliás, um traço da sua personalidade que nunca foi devidamente analisado, mas que eu conheci muito bem. (MEIHY; LEVINE, 2015.p. 120).

A vida de Carolina e de sua família mudou depois do lançamento do livro, saíram da favela e foram morar numa casa de alvenaria, tão sonhada por Carolina. No entanto, a vida pós a obra “Quarto de Despejo” não representou aquilo que Carolina sonhava, pois viver em uma sociedade, em que não identificava os códigos, lhe trazia vários incômodos.

A saída da favela produziu um novo diário, agora da vida pós favela, que resultou em outro livro autobiográfico, “Casa de Alvenaria”, lançado, em 1961, cujo relato descrevia um período mais curto, 1960 a 1961, no qual narrava sua vida, quando deixou a favela e foi morar no bairro de Santana, na capital paulista.

A estrutura narrativa é a mesma do livro anterior, seu relato segue o formato de diário, no qual seu olhar partirá de novas observações, não mais do cotidiano da favela, mas de um lugar, ao qual não reconhece de imediato, a casa de alvenaria.

Audálio Dantas, no prefácio desse segundo livro, ressalta algumas diferenças e semelhanças com o primeiro livro, visto que, para ele,

Casa de Alvenaria é o depoimento tão importante quanto o “Quarto de Despejo”, mesmo sem o tom dramático da miséria do favelado. Em certos aspectos, é um livro mais fascinante, porque nele há um pouco de alegria, há o deslumbramento da descoberta, há a felicidade do estômago satisfeito, há a perplexidade diante de

peças e coisas diferentes e uma amarga constatação: a miséria existe também na alvenaria, em formas as mais diversas. (JESUS, 1961, p. 143).

Como salientou o jornalista, esse segundo livro autobiográfico relatava uma Carolina feliz por alcançar seus desejos e, ao mesmo tempo, confusa diante de tantas novidades e preocupada com a quantidade de pessoas que recorriam a ela para solicitar dinheiro.

Sua vida deixou de ser de uma mulher que vivia na favela e dependia do lixo para conseguir seu sustento, e passou a ser de uma mulher que deixou o anonimato e passou a ser reconhecida como escritora.

Essa mudança, narrada no segundo livro, é abordada sob os aspectos da alegria pela conquista, mas também pelas dificuldades em reconhecer um mundo, no qual não era íntima de seus códigos de comportamento.

Depois de um período de reconhecimento, que possibilitou a escritora ter acesso a espaços, escritores notáveis da literatura, como Clarice Lispector e viagens ao exterior, com ao Chile e a Argentina, Carolina se reencontrou com uma sociedade que continuava marcada pelas hierarquias raciais e sociais, e que delimitava os espaços e quem deveria alcançar e permanecer no topo desta.

A década de 1960 para Carolina representou um carrossel de emoções e de adaptações, pois em um período de 10 anos, nossa escritora passou de anônima para uma celebridade editorial, comprou uma casa de alvenaria no bairro de Santana, região de classe média da cidade de São Paulo e com isso ficou sem recursos para sua sobrevivência e de seus filhos, retornando a sua condição anterior de catadora de papel.

Em 1967, passados apenas seis anos do estrondoso sucesso de seu diário, ela teve que se mudar para uma parte pobre da cidade de São Paulo. Voltou às bordas da miséria e foi fotografada pegando papel nas ruas, tendo a foto sido publicada em vários jornais no Brasil e no mundo. (LEVINE; MEIHY, 2015, p. 45).

A condição socioeconômica de Carolina Maria de Jesus não era mais anônima, mas era publicizada, se constituindo em mais uma razão para nossa autora se isolar daquele mundo que lhe garantiu a realização de um sonho, mas o mesmo tempo tornava suas fragilidades humanas e sociais públicas.

Dessa forma, durante a década de 70, a última de sua vida, Carolina se isolou numa casa na região do interior de São Paulo, em Parelheiros, onde escreveu o último capítulo de sua vida, em 1977.

Sua obra continuou a ser celebrada e editada, em vários países do mundo, como: Estados Unidos, França, Itália, entre outros. Mas, no Brasil, a obra da autora, passou por um período de ostracismo, que começou a ser superado, a partir dos anos 90, com a publicação da biografia, “Cinderela Negra” e a organização do seu acervo, espalhado por várias instituições.

Carolina Maria de Jesus, sua biografia e obra tornam – se referências, a partir da primeira década do século XXI, no Brasil, com a promulgação da lei 10639, em 2003, que motivou o resgate de personagens ligados a luta contra o preconceito racial e social e ao mesmo tempo, que fossem motivadores de um protagonismo negro, que viabilizasse uma educação antirracista.

2 NOVAS HISTÓRIAS, OUTRAS IDENTIDADES

Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circos. Eles respondia-me: - É pena você ser preta. Esquecendo eles que eu adoro a minha pele negra, e o meu cabelo rústico. Eu até acho o cabelo de negro mais iducado do que o cabelo do branco. Porque o cabelo de preto onde põe, fica. É obediente. E o cabelo de branco, é só dar um movimento na cabeça ele já sai do lugar. E indisciplinado. Se é que existe reencarnações, eu quero voltar sempre preta. (JESUS, 1960, p. 69).

2.1 A lei 10639/2003 e o currículo escolar: mudanças à vista?

Em 1960, ao publicar seu livro autobiográfico, “Quarto de Despejo”, Carolina Maria de Jesus escreve de maneira apropriada sobre o racismo presente nas relações sociais cotidianas, no contexto da favela, mas que poderia ser ampliado para analisar toda a sociedade brasileira do seu tempo.

Ao escrever seu livro mais famoso, a autora faz um exercício autobiográfico, reconhecido como “escrita de si”. Neste, além de relatar seu cotidiano na favela do Canindé, na cidade de São Paulo, ainda foi capaz de interpretar a sociedade, na qual estava inserida,

apresentando as condições sociopolíticas do país, como também das pessoas que estavam ao seu redor.

Essa condição de sujeito/autor e ao mesmo tempo intérprete do que é narrado, é defendido na abordagem realizada pela autora Isabel de Carvalho, quando define que,

A condição de um sujeito que narra sua vida coloca-o numa posição que é ao mesmo tempo de autor e de intérprete de si mesmo que é narrado. Esta disjunção subjetiva é a condição que torna a autocompreensão uma tarefa de interpretação e transforma o sujeito numa espécie de autor intérprete de si mesmo. (CARVALHO, 2003, p. 299).

Diante dessa possibilidade de ser autor e intérprete, Carolina Maria de Jesus constrói uma narrativa, que imprime um olhar sobre sua vida de mulher, negra e moradora da favela, inserida num contexto de desigualdade social e de exclusão de direitos civis, políticos e sociais.

Ao contrário das biografias produzidas sobre a autora, apresentadas no capítulo 1, que possibilitam a partir da interpretação de outros, a reconstituição de um personagem e daquilo que a cerca, a escrita de si, nos fornece a possibilidade da construção de uma *identidade narrativa*¹¹, onde o autor, como narrador, é sujeito e intérprete de sua própria história.

Sendo assim, ao relatar o racismo em seu texto de forma contundente, Carolina Maria de Jesus se coloca como autora, narradora das dificuldades vividas por ela e por todos os negros que viveram e se depararam com as mesmas situações.

O racismo, ao qual nossa autora se refere, estrutura e hierarquiza as relações sociais, excluindo dos direitos civis uma parcela significativa da sociedade brasileira, da qual os negros, em sua maioria fazem parte.

O trecho do texto apresentado no início do capítulo, embora não denuncie a rejeição aos negros e negras, com uma conotação de militância, imprime a este um caráter político ao desconstruir um discurso que pretendia naturalizar a ideia de inferiorização destes na sociedade brasileira.

A esse discurso de inferiorização, a autora contrapõe o da valorização da ancestralidade africana, tão presente nos discursos de afirmação e *empoderamento* das identidades afrodescendentes na atualidade. Em seu texto, portanto, reafirma a valorização das características físicas e estéticas, que sempre serviram, e ainda constituem um elemento de inferiorização desses sujeitos na sociedade brasileira.

¹¹ Conceito utilizado por Paul Ricoeur em sua obra: RICOEUR, P. O si-mesmo como um outro. Tradução de Lucy Moreira Cesar. Campinas: Papyrus, 1991.

A hierarquia social e racial, construída ao longo do processo de escravidão e mantida com a abolição, impõem ao negro uma condição na qual é associado ao trabalho manual, cabendo a ele os espaços subalternos, que o impede, salvo exceções, o de conquistar cargos e status associados aos brancos.

A inferiorização dos negros em nossa sociedade, não é uma ideia que se extinguiu com a abolição da escravidão, em 1888. Essa, foi estendida de maneira mais sistematizada e ressignificada com a instauração do regime republicano, principalmente, através da escola e de um currículo que privilegiava a transmissão da cultura europeia, como emblema de “civilidade”.

A ideia de civilidade seria um eufemismo para anular quaisquer elementos no processo socioeducativo, que tivesse alguma relação com a ancestralidade africana. As práticas sociais e pedagógicas deveriam estar permeadas de elementos de origem europeia, que garantiriam a propagada civilidade.

Jerry D´Ávila, em seu livro “Diploma de brancura”, revela um projeto político pedagógico de construção de um currículo, no qual os negros deveriam ser “civilizados”, ou seja, a eles deveria ser transmitido um conhecimento que lhes garantisse uma possibilidade de se ilustrar numa cultura que fornecesse um aprimoramento moral e social. (D´ÁVILA, 2006)

Nos primeiros anos do século XX, no Brasil republicano, o campo político, social e educacional sofria influências do debate acadêmico, em torno da eugenia¹². Apesar da disseminação dessas ideias no campo acadêmico, não existia uma linha única no que se refere aos eugenistas, uma vez que existiam concepções diferentes para a compreensão desta.

Para o autor Edward Telles, no livro em que analisa o racismo no Brasil, o eugenismo sofreu inúmeras influências entre as quais ele destaca que os

[...] eugenistas norte americanos que adotaram à risca a eugenia mendeliana, que seguia estritamente a herança genética e suas implicações raciais. Já a maioria dos eugenistas brasileiros seguiu a linha neo-lamarckiana que era a visão dominante entre os franceses, com os quais mantinham fortes ligações. Estes argumentavam que as deficiências genéticas poderiam ser superadas em uma única geração. (TELLES, 2003. p. 45)

¹² A eugenia se constituiu em um movimento que defendia a perfeição humana a partir da genética e que seria garantida através do cruzamento entre indivíduos puros e superiores, incentivando a “seleção da espécie”. Sobre esse tema ver: DIWAN, Pietra. Raça Pura. Uma História da Eugenia no Brasil e no Mundo. São Paulo: Contexto, 2007 e STEPAN, Nancy. A Hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

Segundo o autor, essa última linha teve uma vida curta nos debates acadêmicos, muito embora tenha influenciado de maneira importante os eugenistas brasileiros e sua interpretação da ideia de raça nas décadas seguintes.

Esse debate ultrapassou os limites acadêmicos e acabou por ser assumido como uma política republicana, na tentativa de promover o “embranquecimento” da população brasileira. Na verdade, um dos pontos que estava em debate era a construção do fenótipo do brasileiro, que não deveria se constituir de características de um passado que remetia à escravidão.

Para o autor Georger Andrews, em seu estudo sobre a democracia racial brasileira, a ideia do branqueamento, através da miscigenação era amplamente debatida entres os “*homens de ciência*”.

E entre eles havia os que tinham uma visão otimista e os que tinham uma visão pessimista em relação ao processo de branqueamento. Entre os otimistas se destacaram João Batista de Lacerda, Sylvio Romero e Oliveira Vianna. Já entre os pessimistas se destacaram Raimundo Nina Rodrigues. (ANDREWS, 1997, p. 69).

O autor ainda afirma em seu estudo que a adoção da eugenia não era unânime entre os autores brasileiros, pois havia os que não defendiam a superioridade da raça branca sobre as outras. Entre eles estavam Alberto Torres (1865 – 1917) e Manoel Bonfim (1867 – 1932), considerados pelo autor Sérgio Costa, como “os precursores de um pensamento antirracista no Brasil” (COSTA, 2006).

Para Georger Andrews, estes estudiosos defendiam “a viabilidade do projeto nacionalista brasileiro, ao mesmo tempo em que tentavam articular uma linha de argumentos que confrontassem um certo olhar colonial sobre o Brasil” (ANDREWS, 1997).

Portanto, para este grupo de autores, a miscigenação não seria uma ferramenta de anulação de uma raça sobre a outra, muito menos considerar a presença dos negros como uma herança maldita do passado colonial, mas um elemento essencial para o projeto de nação em construção.

Sérgio Costa, em seu estudo sobre teoria social e antirracismo, explica que os autores não vinculados à eugenia defendiam que o,

[...] desenvolvimento tecnológico e material superior dos países europeus não decorre da supremacia biológica inata de seus povos, nem tampouco de qualquer superioridade cultural imanente. Ao contrário, é produto de circunstâncias históricas particulares e de injunções sociais específicas. (COSTA, 2006, p. 188).

O embate de ideias racistas e não racistas, nas primeiras décadas do século XX, no Brasil, estava em pleno vigor. As ideias racistas não ficaram confinadas aos meios acadêmicos, tendo sido divulgadas por jornalistas, através da imprensa, incorporadas nos discursos médicos e debatidos por políticos, que, aliás, as adotaram na elaboração e implementação de programas governamentais (D'ÁVILA, 2006).

Entre esses programas que tinham um cunho racista estava a implementação de uma política de imigração europeia, a qual deveria empreender uma miscigenação, que ao longo do tempo criaria um novo fenótipo para o padrão de brasileiros, conforme defendido por alguns eugenistas.

Durante 30 anos, de 1890 a 1920 foram trazidos para o Brasil, na maioria das vezes com recursos do tesouro público, 3,99 milhões de imigrantes europeus aproximadamente. Um número equivalente ao de africanos (4 milhões) que foram trazidos para o Brasil, ao longo de três séculos (PEREIRA, 2013).

Essa política de branqueamento, dirigida e organizada pelo poder executivo, tinha respaldo na própria constituição de 1891, a qual estabelecia “a proibição de imigração africana e asiática para o país” (ANDREWS, 1997), determinando que os governos federal e estaduais estimulassem a vinda de imigrantes europeus.

Portanto, a construção de uma ideia de nação e de uma identidade nacional permeava o debate em torno do passado escravista e dessa parcela da população negra, que aos olhos dos racistas não deveria fazer parte da síntese que viesse a perfilar o povo brasileiro, visto que significava o atraso e impedia o avanço do país.

Dessas prerrogativas de cunho racista originaram algumas propostas pedagógicas curriculares que pretendiam atribuir um grau de inferioridade à ancestralidade africana e aos elementos culturais produzidos pelos descendentes de africanos escravizados em terras brasileiras.

Para a parcela de educadores adeptos das ideias racistas, entre os anos de 1917 e 1945, o objetivo do processo educativo deveria ser

O de “aperfeiçoar a raça” – criar uma “raça brasileira”, saudável, culturalmente europeia, em boa forma física e nacionalista. As elites brasileiras da primeira metade do século XX tendiam a acreditar que os pobres e não brancos eram, em sua maioria, degenerados. Definindo esse estado de degeneração em termos médicos, científicos e científicos–sociais, eles chamaram para si próprios o poder de remediá-lo e assumiram para si a questão da educação pública. (D'ÁVILA, 2006, p. 21).

A miscigenação, segundo os preceitos científicos racistas, do início do século XX, teria produzido uma sociedade com “defeitos” que precisavam ser eliminados, pois só assim se garantiriam as chances para a nação ser desenvolvida socialmente.

O processo educativo ou a instrução surge como uma ferramenta para eliminar o passado atrasado e transformar os cidadãos republicanos, em “novos homens”. Contudo, nos primeiros anos da República, o sistema educacional ainda não era uma preocupação do poder público central e nem dos estados, estando relegado a organizações privadas ou de caráter incipiente em algumas cidades, com a participação do poder público local.

A República, em seus primeiros anos encontrava – se num processo de organização e constituição de qual modelo de nação deveria ser implementado e implantado, e o sistema educacional fazia parte deste processo, visto que seria uma ferramenta eficiente na difusão de ideias republicanas.

O ensino público, até os anos 30 do século XX, não tinha dimensões nacionais, sua organização curricular e de infraestrutura era de responsabilidade das estruturas estaduais, que em sua maioria não atendiam às demandas da população.

Com o fim da escravidão e o início da República, a população de ex escravos e libertos não foi absorvida como cidadãos republicanos, a instrução não era uma prioridade, nem para essa parcela da população que precisava sobreviver, através do trabalho e muito menos para o governo republicano.

Nossa autora, Carolina Maria de Jesus, relata que em sua cidade natal, Sacramento, não teve acesso a uma instrução escolar pública, muito embora tenha estudado durante dois anos, em um educandário Kardecista, financiado por uma das patroas de sua mãe.

Quem insistiu com minha mãe para enviar - me a escola, foi a ilustríssima d. Maria Leite. Ela era branca. Eu pensava: e por causa de sua pele tão branca que se chama d. Maria Leite? Mas, ela, era tão carinhosa que deveria chamar d, Maria Santa. (...) o que eu admirava era a d. Maria Leite auxiliar somente pretos e dizia; nos que fomos escravocratas, temos os nossos compromissos morais com vocês. Quem sabe se agora que o Rui Barbosa nos aconselhou a educa-los vocês se ajustam no país? (LEVINE; MEIHY, 2015, p. 199).

Essa era uma situação comum, nas décadas iniciais do século XX, principalmente em cidades pequenas e principalmente quando quem deveria ser atendido era uma criança negra, pois na maioria das vezes tinha que trabalhar e não teria tempo e nem recursos para frequentar uma escola.

O ajustar-se ao país, presente na fala da patroa da mãe de Carolina era exatamente o que defendiam alguns “homens das ciências”, pois a nação precisava que os negros e negras se adaptassem ao modelo de sociedade pensado por eles.

Na década de 1930 no Brasil inicia-se um novo processo político, com a ascensão de outras elites ao poder central e nos estados, assim como uma nova organização das estruturas educacionais do país. Nesse mesmo ano foi criado pelo então presidente Getúlio Vargas, o Ministério da Educação e as secretarias estaduais de educação.

Nelson Piletti, em seu livro sobre a História da educação no Brasil, define três momentos importantes nessa década. A fundação do MEC, a constituição de 1934, que incluiu pela primeira vez um capítulo sobre a educação e o manifesto dos pioneiros da educação nova, assinado por 25 educadores. (PILETTI, 1990).

A constituição de 1934 foi a primeira a incluir um capítulo especial sobre a educação, estabelecendo alguns pontos importantes: a educação como direito de todos; a obrigatoriedade da escola primaria integral; a gratuidade do ensino primário; a assistência aos estudantes necessitados. (PILETTI, 1990, p.75).

Em 1932, com o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, o debate em torno da escola laica e gratuita para todos era o principal ponto de discordância entre seus debatedores.

Autores como Fernando de Azevedo, um dos defensores da reforma educacional e da laicidade da escola e no outro campo do debate, Alceu Amoroso Lima, que defendia o ensino religioso, definiam como seria o debate do modelo educacional a ser implementado nas décadas seguintes.

Contudo, existem outras interpretações que situam este período, entre aqueles que consideram alguns avanços no debate, mas ressaltam as permanências da estrutura anterior como base na implementação das políticas educacionais.

Entre os autores que defendem essa ideia, destacamos Ferreira Junior, que observa esse avanço, mas ressalta a permanência de uma estrutura pedagógica tradicional. Ao afirmar que,

[...] a transição autoritária que se operou entre a sociedade agrária e a urbano-industrial, a partir de 1930, impôs a necessidade econômica e social da escolarização dos filhos das classes populares, mesmo que de forma lenta e gradual. A expansão quantitativa da escola pública, portanto, realizou-se de forma ineficiente porque negligenciou o aspecto central da educação escolarizada: os conhecimentos clássicos acumulados historicamente pela humanidade. (FERREIRA JUNIOR, 2010, p. 38).

Os pioneiros da Escola Nova buscavam uma reflexão que garantisse uma educação laica e pública para os cidadãos da república, contribuindo para um avanço na reflexão sobre

o modelo pedagógico a ser desenvolvido e aplicado. Suas propostas pretendiam reformar o modelo educacional brasileiro, que representava uma mudança para os padrões da época, ainda que mantivesse um modelo de currículo baseado no modelo europeu.

O debate sobre o recorte racial no processo educacional teve seu lugar, ao longo do século XX, principalmente nos movimentos relacionados à luta dos negros no Brasil. Estes se organizaram, tanto do ponto de vista do embate político, através da Fundação da Frente Negra Brasileira, em 1931, como também no campo acadêmico.

A Frente Negra Brasileira não foi a primeira organização da sociedade civil que defendia os interesses dos negros, mas foi a primeira a ganhar uma estrutura nacional e com uma representação política mais atuante, nos debates políticos, e nos temas raciais.

Essa organização, pouco estudada nos currículos da Educação Básica, chegou a quase 100 mil filiados, se constituindo numa força política com grandes possibilidades de intervenção, tanto no processo político, como também na esfera educacional.

Sua fundação ocorre em um período da República brasileira de ascensão de novas forças políticas no governo central, com a Revolução de 1930. Tais forças políticas, ao longo das décadas seguintes iriam implementar medidas de centralização de mecanismos burocráticos, até então locais, que passariam a ter um comando nacional, como o próprio Ministério da Educação e Saúde, de 1930.

A Frente Negra Brasileira, que teve sua existência de 1931 a 1937, quando foi extinta pelo Estado Novo e se notabilizou por ser a precursora, ainda que de maneira pouco articulada,

[...] em tecer críticas quer à dimensão preconceituosa dos conteúdos escolares, quer à forma discriminatória como os professores e os estabelecimentos de ensino se relacionavam com os alunos negros. Mas não se deve cometer anacronismo: a questão de uma pedagogia interétnica e multirracial não estava colocada na década de 1930. (DOMINGUES, 2016. p. 521).

Em torno das tentativas em estabelecer uma política educacional central que difundisse um modelo de educação, de currículo e de identidade brasileira, a Frente Negra, participa dos embates, tanto políticos como pedagógicos, buscando desconstruir o discurso racial, através da criação de mecanismos pedagógicos de inserção dos negros, através da formação escolar.

A Frente Negra Brasileira, criada em São Paulo, em 1931 e o Teatro Experimental do Negro (TEM), em 1944, duas das mais importantes organizações do movimento

negro, na primeira metade do século XX, contavam com escolas em suas dependências para alfabetizar e instruir pessoas negras. (PEREIRA, 2012, p. 113).

O historiador Amílcar Pereira, em sua tese de doutorado, ao analisar a História do movimento negro e suas lutas contra o racismo, destaca a importância dos movimentos sociais, ao longo do século XX. No Brasil, destaca a importância da Frente Negra Brasileira, que defendia o protagonismo negro na luta contra as heranças da escravidão e por melhores condições de vida, no período pós abolição (PEREIRA, 2012).

Esse protagonismo negro, mencionado por Amílcar Pereira, foi invisibilizado, ao longo do século XX, pela ideia difundida da “Democracia Racial”. Essa abordagem estava fundamentada em uma convivência harmoniosa entre as raças, impedindo a reflexão sobre conflitos ou racismo, visto que se negava a existência deste no país, muito embora a realidade se mostrasse bem diferente da do discurso.

O mito da “democracia racial” nasce de uma leitura equivocada da obra “Casa Grande e Senzala”, de Gilberto Freire, na qual o autor positiva a ideia de “miscigenação”, até então vista como algo que motivou o atraso brasileiro e a deficiência da própria sociedade.

A defesa de preceitos sociológicos que justificam o conceito de “democracia racial” viria depois em outra obra de Gilberto Freire intitulada “O mundo que o Português criou?”, de 1940. Nela o autor defende a capacidade do português em assumir a condução do processo de colonização, com suas características criativas e afáveis, assumindo um papel de líder na integração das “raças e culturas”. (FREYRE, 1940).

A tese da “democracia racial”, portanto, está baseada no princípio da convivência entre as raças, de maneira que inexistiria qualquer racismo no Brasil, uma vez que todas as raças conviviam de maneira harmoniosa, sem conflitos.

Segundo Jerry D`Ávila, os educadores que começaram a implantar a universalização da escola pública, no Brasil, a partir dos anos 50 do século XX, apesar de críticas ao modelo tradicional da escola, ainda assim reproduziram um currículo eurocêntrico, no qual a história das culturas indígenas e africanas apareciam de forma periférica à europeia. (D`ÁVILA, 2006).

O mito da “democracia racial” foi difundido e reproduzido, tanto nos currículos escolares, da educação básica, como também nas práticas escolares cotidianas. Essa ideia trouxe malefícios para a luta contra o racismo, uma vez que se negava a importância destes na construção da sociedade brasileira.

Para o autor Kabengele Munanga, em seu livro que rediscute a mestiçagem no Brasil, contrapondo identidade nacional e identidade negra, afirma que,

O mito da democracia encobre os conflitos raciais, possibilitando a todos se reconhecerem como brasileiros e afastando das comunidades subalternas a tomada de consciência de suas características culturais que teriam contribuído para a construção e expressão de uma identidade própria. (MUNANGA, 1999, p. 80).

O autor considera que algumas das características culturais, vinculadas a estes grupos invisibilizados, são “expropriadas, dominadas e convertidas em símbolos nacionais pelas elites dirigentes”, ou seja constitui – se um todo que embora defendesse a fusão de diferentes culturas, por meio da nacionalidade e de seus signos, mantêm como parâmetro um padrão europeu na constituição da identidade nacional.

Os movimentos negros que se organizam, a partir da década de 1970, se insurgiram contra essa ideia da “democracia racial”, sendo ativos na luta contra a propagação dessa ideia, ainda tão presente no imaginário social.

Enquanto o Regime Militar (1964–1985) proibia qualquer menção à cor/raça, garantindo a perpetuação da ideia de inexistência de diferenças, os movimentos negros lutavam pela positivação da identidade negra, em várias instâncias, tanto políticas, como pedagógicas.

Um importante exemplo dessa luta específica foi a construção, realizada a partir de 1971, em torno do 20 de novembro (data da morte de Zumbi, principal liderança do quilombo dos Palmares, em 1695) como data a ser comemorada pela população negra no Brasil, em substituição ao 13 de maio (data da abolição da escravatura, em 1888). (PEREIRA, 2012, p. 112).

O movimento negro, segundo Amílcar Pereira, não pode ser caracterizado a partir de uma única organização e luta uniforme, pois em cada contexto histórico, as demandas políticas e sociais definiram sua trajetória.

A primeira fase tem como o auge da organização a fundação da Frente Negra Brasileira, em 1931 e sua extinção em 1937, pelo Estado Novo. Antes desta, existiam movimentos isolados em alguns estados, principalmente utilizando a imprensa como ferramenta de difusão das ideias antirracistas.

A segunda fase do movimento, ao contrário do período da Frente Negra tinha um caráter menos descentralizado, porém não menos atuante. Esse período teve como expoentes na luta, nomes como: Abdias Nascimento, que entre outras coisas foi o fundador do Teatro Experimental do Negro, em 1941, no Rio de Janeiro; Solano Trindade, criador do Teatro Popular Brasileiro, em São Paulo em 1943 e Correia Leite e outros militantes que fundaram a Associação do Negros Brasileiros, em 1945, em São Paulo. (PEREIRA, 2008).

O movimento negro, a partir dos anos 70, do século XX, toma um outro rumo, principalmente por conta do contexto interno, o país estava sob uma ditadura civil – militar, e externo, as influências das lutas pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos e nas lutas de libertação de países africanos.

Amílcar Pereira, ao analisar a configuração do movimento negro do Brasil, nos anos 70, defende que este não deve ser observado como um satélite dos movimentos externos, embora tenham se utilizado das informações externas, interpretando – as e as traduzindo para o contexto brasileiro.

Entretanto, as informações e referenciais que contribuíram e ainda contribuem para a luta do racismo no mundo inteiro, nunca estiveram numa “via de mão única”. Pelo contrário, podemos verificar nitidamente até os dias de hoje a circulação de pessoas, informações e ideias pelo chamado “Atlântico Negro”. (PEREIRA, 2013, p. 98).

Os escritos de Carolina, ainda que sejam lançados no início da década de 1960, revelam um incômodo com essa sociedade hierarquizada social e racialmente, na qual a “democracia racial” era uma ideia difundida, que ao ser confrontada com a realidade perdia consistência e legitimidade.

O livro autobiográfico de Carolina Maria de Jesus, o “Quarto de Despejo”, quando lançado em 1960, revelava uma realidade social que existia e crescia nas grandes cidades, a favela. Esta, como local de moradias precárias e condições insalubres, era constituída, em sua maioria por negros, que, sem condições de pagar por uma moradia, acabavam por construir seus casebres nestas regiões.

Carolina Maria de Jesus, como moradora da favela do Canindé, desde 1947, torna-se a principal narradora do cotidiano daquela comunidade. O relato feito a partir de uma de suas moradoras, ganha muito mais contundência, pois a realidade retratada por Carolina trazia à tona uma sociedade que não estava organizada a partir dos parâmetros da “democracia racial”.

Portanto, além de ser escrito por uma mulher, semialfabetizada, catadora de lixo, negra e moradora de favela, seu diário revela para uma sociedade anestesiada e/ou censurada, uma realidade que desconstruía o mito da “democracia racial”. A equidade entre as “raças” não existia, onde um grupo estava mais desprestigiado em termos de políticas públicas e oportunidades, os negros.

Ao longo do período militar no Brasil, os movimentos negros foram atuantes, tanto na luta contra a ditadura militar, instaurada desde 1964, como também na desconstrução da ideia da “democracia racial”.

Os embates, se davam no campo político, mas também nos espaços acadêmicos e escolares. O movimento negro, dos anos 1970, ao mesmo tempo que tinha na luta antirracista seu principal objetivo, também defendia a democracia num período de ditadura militar.

Portanto, a denúncia ao mito da “democracia racial” foi um elemento constituidor do movimento negro, dos anos 70, pois:

A tradição de luta contra o racismo, que contou com diferentes tipos de organizações políticas e culturais em vários setores da população negra brasileira, desde o final do século XIX, foi importante para o surgimento, em meio a um período de ditadura militar, do movimento negro contemporâneo no Brasil no início da década de 70. No entanto, podemos encontrar várias características específicas nesse movimento contemporâneo, como por exemplo o fato de que diferentemente de momentos anteriores a oposição ao chamado “mito da democracia racial” e a construção de identidades político- culturais negras foram o fundamento a partir do qual se articularam as primeiras organizações. (PEREIRA, 2013, p. 102).

Com a redemocratização, a partir dos anos 80 do século XX, foi possível passar das lutas políticas para o campo pedagógico de maneira mais efetiva. A luta se daria também nos embates em torno da produção de um currículo, no qual as pluralidades étnico-raciais estivessem presentes, na tentativa de substituir a ideia de identidade mestiça homogênea.

A autora Lorena dos Santos, ao analisar o ensino da História e a lei 10639 de 2003, destaca a criação da lei, como a culminância de um processo, de longo prazo, de lutas e embates para a positivação da identidade negra, nos currículos escolares.

A temática africana e afro-brasileira apresenta-se como conteúdo de fortes significações políticas e sociais, no âmbito da sociedade brasileira, e que sua abordagem nos currículos escolares, com ênfase para a perspectiva de reeducação das relações étnico-raciais, apresenta dilemas e desafios de ordem política, pedagógica, ética e epistemológica, entre outras dimensões. (SANTOS, 2011, p. 18).

A lei 10639/2003, resultado da luta de décadas dos movimentos sociais, ligados à questão racial, preconiza uma intervenção no currículo escolar que pretende desconstruir um modelo eurocêntrico, não só do ponto de vista do conteúdo, mas das abordagens e dos novos parâmetros a serem desenvolvidos.

Nilma Lino Gomes, em sua análise sobre a descolonização dos currículos, considera a lei 10639/2003 um avanço nessa proposta, pois não se limita a construir uma nova lista de conteúdos, mas repensar o currículo, além do aspecto temático, mas em seu caráter mais amplo, definindo novas abordagens, que preconizam um caráter mais plural das dinâmicas sociais.

Para a autora, é necessário estabelecer um diálogo entre escola, currículo e realidade social, investindo na necessidade de formar professores e professoras reflexivas sobre as culturas negadas e silenciadas nos currículos (GOMES, 2012).

A descolonização do currículo, portanto, implica em dialogar, mas também, em conflitos, confrontos e negociações, que vão gerar novas elaborações de conteúdo. O currículo é um instrumento que é o resultado de lutas políticas, e a lei 10639 tornou-se uma intervenção político pedagógica, na tentativa de discutir uma abordagem mais plural da história ensinada nas escolas.

Ainda sobre a importância da lei 10639/2003, a autora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva faz um balanço dos 10 anos da lei, refletindo sobre as conquistas e resistências à aplicação da lei e na reformulação do ensino das relações étnico raciais.

A autora defende que a lei, como referência das políticas públicas, desconstrói uma visão hegemônica sobre as relações raciais, pois considera que, através do processo pedagógico, desconstruímos o discurso hegemônico. Esta garantia de uma narrativa sustentada numa concepção monocultural, em que a sociedade brasileira se constituiu e unificou por uma língua única (SILVA, 2013).

A abordagem desses autores, sobre a lei 10639 e suas conquistas, no campo político pedagógico, se coaduna com proposta de pensar o ensino das relações étnico raciais e sociais, como forma de construir um currículo que esteja relacionado a outras formas identitárias, na sociedade republicana brasileira.

Com a introdução do debate em torno das relações étnico raciais, outros grupos puderam discutir e tornar visíveis suas identidades, sendo elas afrodescendentes, indígenas, entre outras, que estavam excluídas e puderam emergir e fazer parte dessa nova ressignificação da identidade nacional.

A lei 10639 de 2003 permitiu que houvesse uma intervenção no currículo, objeto onde as lutas políticas acabam por se expressar, através da abordagem e dos conteúdos contemplados. Assim, a afirmação dessas novas identidades étnicas e raciais deixa de estar, tão somente no campo dos movimentos políticos e se transfere, também para o pedagógico, possibilitando a introdução dessas temáticas na sala de aula.

Hebe Mattos e Martha Abreu, ao escrever sobre as diretrizes de implementação da lei, publicadas em 2004, ressaltam vários posicionamentos que devem ser considerados, e destacam a importância desta lei para trazer para a sala de aula a discussão sobre as relações raciais, no Brasil e sobre o racismo estruturante, debate esse que, durante anos ficou silenciado com a perspectiva da “democracia racial”. (ABREU e MATTOS, 2008).

2.2 Múltiplas identidades: o ensino das relações étnico raciais e sociais

[...] esse vai ser um negro, sim senhor! É que na África os negros são classificados assim: negro tú. Negro tururutú. É negro sim, sim senhor. Negro tú é o negro mais ou menos. Negro tururutú é o que não vale nada. E o negro Sim Senhor é o da alta sociedade. (JESUS, 1960, p. 55).

Carolina Maria de Jesus, ao relatar sua compreensão do que seria uma classificação para os negros, cria sua própria construção de identidade racial. A autora não entendia os negros dentro de uma única identidade, coesa e hegemônica, tal qual muitos autores a definiam.

A realidade na qual Carolina estava inserida lhe proporcionava uma compreensão que ia além de padrões estabelecidos. As identidades as quais a autora observava estavam imbuídas de outros valores e significados, que vão além da cor da pele.

Stuart Hall, em seus escritos sobre as identidades na pós-modernidade, define estas não mais do ponto de vista iluminista ou sociológico, que preconizavam identidades unificadas, completas e coerentes. Para o autor,

[...] à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar, ao menos temporariamente. (HALL, 2004, p. 190).

A própria Carolina aborda essa realidade em seus escritos, em que, assume diferentes identidades em sua vida, como: negra, mulher e favelada. O caráter contextual de cada uma dessas identidades é permeado pela vivência desta e das estratégias que a própria encontrou para se adequar e/ou transgredir à sociedade de seu tempo.

Seus escritos corroboram com essa constatação, uma vez que, através destes conseguimos realizar uma conexão entre o seu texto, a autobiografia, e o contexto em que foi construído, identificando suas influências intelectuais e de vida. (AURELL, 2014).

A denominada “escrita de si”, na forma da autobiografia nos proporciona um texto que pode revelar aspectos da construção intelectual e das vivências, de quem os escreve, frente às condições colocadas pelo seu tempo.

O exercício autobiográfico de Carolina, em seu livro “Quarto de Despejo” nos possibilita escapar de algumas armadilhas colocadas, quando a questão étnico racial é o centro

da discussão. Esse é um debate que está na ordem do dia, tanto nos movimentos sociais, como também no ambiente acadêmico, e que detona paixões e debates inflamados.

O debate implica muitas vezes na defesa de identidades coesas e que devem refletir uma certa homogeneidade de significados e valores, reconstruindo uma compreensão iluminista sobre tais identidades, descrito por Stuart Hall.

Essas definições, de forma predominante, representam um embate político em uma sociedade que precisa de definições, pois servirão para permear as diferentes políticas públicas, voltadas para estes grupos.

No entanto, o que já foi sinalizado por vários autores, entre eles Stuart Hall, é o risco de uma busca pela “essencialização” para legitimar tais identidades étnico raciais. Na tentativa em se constituir uma identidade, fundamentada nas origens, criam-se estratégias explicativas que desconsideram as especificidades de cada tempo e contexto.

Hebe Mattos e Marta Abreu, em seu texto de análise sobre as diretrizes para aplicação da lei 10639/2013, ressaltam que,

[...] uma crítica à “essencialização” dos grupos culturais, ou seja, a pensá-los como realidades fixas e imutáveis que precedem os processos sociais em que estão inseridos, se aprofundou. De fato, muitos críticos consideraram especialmente danosa essa tendência, que levaria a uma naturalização dos grupos étnico-raciais, com a possibilidade de tornar mais rígidas e tensas fronteiras étnico-raciais tradicionalmente bastante difusas na sociedade brasileira. (ABREU; MATTOS, 2008).

A crítica feita ao caráter “político” dado a este aspecto das diretrizes, está condicionado a uma perspectiva na qual as autoras defendem que as identidades culturais são construídas no processo histórico. Portanto, não existem antes ou além dele. Dependem, em cada caso, das formas históricas em que as fronteiras entre nós e os outros se constroem, se reproduzem ou se modificam.

Ao estudar o material biográfico produzido sobre Carolina Maria de Jesus, e seu texto autobiográfico, nos forneceu elementos para analisar de forma crítica a ideia de “essencialização” dos grupos afrodescendentes no Brasil. Pois, através dos textos desconstrói-se a ideia de uma única origem, como também de uma única forma de construir as relações com o seu tempo.

Stuart Hall, em seu texto que analisa a cultura e a representação, destaca os diferentes mecanismos de produção da representação, em diferentes instâncias e principalmente, entre os negros. Refere – se ao quanto a construção de estereótipos é adequada para constituir práticas de dominação, pois segundo ele:

[...] afirmamos que se trata de um determinado tipo de poder – uma forma de poder hegemônico e discursivo, que opera tanto por meio da cultura, da produção de conhecimento, das imagens e da representação, quanto por outros meios. Além disso, é circular: implica os “sujeitos” do poder, bem como aqueles que estão “submetidos” a ele. (HALL, 2016, p. 197).

Sendo assim, a “essencialização” pode ser um risco para a produção de estereótipos, visto que mesmo que positivando e valorizando o negro na sociedade brasileira, poderemos estar criando uma representação que atenda mais ao discurso dicotômico: de bom e mal, bonito e feio, sexuado e assexuado. Esse discurso, não estimula a diversidade e a diferença, mas acaba por criar uma outra forma de representação, que atenda a um outro grupo dominante.

A diversidade de ações e ressignificados estão presentes em seu cotidiano de negra, mulher, favelada e escritora, de Carolina Maria de Jesus. Sua vivência, que fica expressa em sua “escrita de si”, expressa elementos de diferentes identidades, frente às realidades enfrentadas.

O fato de ser uma mulher, negra, moradora de favela, mãe solteira, congrega em Carolina Maria de Jesus, uma diversidade de identidades, que não são expressas de forma a repetir um padrão, mas num processo dialético, que se ressignifica, à medida que a realidade vai apresentado seus desafios.

Stuart Hall, em seu ensaio sobre o que significa ser negro em uma cultura negra, afirma que:

[...] existe, é claro, um conjunto de experiências negras historicamente distintas que contribuem para os repertórios alternativos que mencionei anteriormente. Mas, é para a diversidade e não para a homogeneidade da experiência negra que devemos dirigir integralmente a nossa atenção criativa agora. (HALL, 2003, p. 20).

Portanto, ser negro não seria uma condição fixa e padronizada, mas vivenciada e ressignificada em cada contexto social. Do ponto de vista político, existe uma ação de combate à negatização do ser negro, visto que a identidade brasileira, constituída pelo mito da “democracia racial”, ao longo da segunda metade do século XX, inferiorizou os elementos de origem africana e afro brasileira.

Carolina e sua obra apresentam uma multiplicidade de identidades que formam a personalidade da própria autora e ainda retratam a realidade daquelas que ela relata. Além, de mulher e negra, o fato de viver em uma favela, também representa uma vivência que imprimia, em Carolina, uma outra Identidade.

A favela entra na vida de Carolina Maria de Jesus, a partir do final dos anos 40 como uma alternativa de sobrevivência e moradia sem aluguel, tanto para ela como para seus três filhos.

Ao mencionar a favela, no livro autobiográfico “Quarto de Despejo”, ela diz que: “ *o Palácio, é a sala de visita. A prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos*”. (JESUS, 1960).

A favela do Canindé, na qual Carolina vivia, dos anos 40, numa cidade como São Paulo, apesar de não ter o mesmo grau de violência ou dominação do tráfico de drogas da atualidade, ainda assim já era um lugar de exclusão social e racial.

Michel de Certeau, no texto em que desenvolve o conceito de invenção do cotidiano, aponta a diferença entre o lugar e o espaço. Para ele,

[...] o espaço é o lugar praticado, onde as vivências produzem signos e significados. A favela, para Carolina, além de se constituir num lugar de moradia, se transforma num espaço de sociabilidade, significados e ressignificados. (CERTEAU, 1984, p. 202).

A condição de moradora de favela para Carolina não lhe trazia conforto, apesar de servir para escrever seu material, dando um caráter de denúncia, das condições de vida dela e dos outros moradores do local. Sua escrita era um misto de revolta e de denúncia dessas condições, nas quais uma parcela da população vivia.

[...] aqui na favela quase todos lutam com dificuldades para viver. Mas quem manifesta o que sofre é só eu. E faço isto em prol dos outros. Muitos catam sapatos no lixo para calçar. Mas os sapatos já estão fracos e aturam só 6 dias. (JESUS, 1960, p. 33).

Em outra identidade, a de mulher, não teria como pensar numa consciência de gênero, sem fazer um recorte racial. Carolina Maria de Jesus, como muitas outras mulheres de seu tempo vivia sob a tutela de leis e práticas patriarcais e hierarquizantes.

Sua condição de mulher ainda era acrescida do fato de ser negra e morar em uma favela. Carolina não pode ser enquadrada em um sistema de análise no qual a consciência de gênero é construída a partir de atitudes políticas de militância organizada, como o que até então foi objeto de estudo, no caso do movimento feminista.

Claudia Pons Cardoso defende que é preciso pensar a história dessas mulheres negras, num contexto de embates e estratégias de sobrevivência, ou seja a consciência de gênero é resultado de um processo histórico, no qual existem “feminismos informais”, que não se enquadram em modelos ou padrões pré-estabelecidos. (CARDOSO, 2008).

Segundo a autora, esse processo histórico é constituído de diferentes

[...] feminismos, portanto representam diferentes experiências subjetivas historicamente construídas de diferentes mulheres, pensar os feminismos sob esta ótica, permite a existência da diferença e a coalizão para enfrentamentos mais amplos. (CARDOSO, 2008, p. 07).

As experiências descritas por Carolina Maria de Jesus, em seu texto autobiográfico apresentam uma mulher que optou por não casar, sustentar seus três filhos, assumindo um lugar de mãe solteira, além de negar a forma como a maioria das mulheres era tratada pelos maridos, na favela.

[...] preciso ser tolerante com os meus filhos. Eles não tem ninguém no mundo a não ser eu. Como é pungente a condição de mulher sozinha sem um homem no lar. Aqui, todos imprecam comigo. Dizem que falo muito bem. Que sei atrair homens (...) Quando fico nervosa não gosto de discutir. Prefiro escrever. Todos os dias eu escrevo. Sento no quintal e escrevo. (JESUS, 1960, p. 25).

A conduta autônoma e libertária de Carolina Maria de Jesus, diante do estabelecido, constituía os elementos necessários para construir sua consciência de gênero, e de se perceber como mulher, numa sociedade excludente, hierarquizada e machista.

Carolina Maria de Jesus, deve ser reconstituída a partir de suas diferentes identidades, que a definiam. Suas trajetórias, ao longo da vida foram expressas e resgatadas, nas biografias citadas, ainda no primeiro capítulo, que reconstituíram a história da personagem.

Mas, em se tratando de nossa autora, seus escritos também revelam muito de suas identidades e trajetórias de vida. Seus livros, entre eles o mais conhecido o “Quarto de Despejo” tem características autobiográficas, no que a autor/sujeito, o narrador e o personagem têm uma identidade, que se assemelham no campo do discurso, mas não na identidade destes. (ALBERTI, 1991).

Esse debate entre sujeito/autor e personagem no campo autobiográfico, é desenvolvido por vários autores, entre eles, a autora Verena Alberti, que em seu artigo sobre a literatura e autobiografia, ao pensar o sujeito na narrativa, defende que entre o autor, o narrador e o personagem existem semelhanças, pois têm o mesmo objeto a ser desenvolvido, mas sua percepção sobre o objeto é diferente, não havendo identidade entre elas.

E assim, torna se possível dizer que, apesar de não “concretizar” um imaginário, a autobiografia tampouco constitui “reflexo” do real, pois admite, senão um ângulo de refração” em que o sujeito se dissipa, ao menos um certo espaço de movência desse sujeito, na medida em que a relação entre “personagem” e autor é apenas de semelhança, e não identidade. (ALBERTI, 1991, p. 79).

Segundo Verena Alberti, o autor tem uma referência externa aos demais, pois sua escrita está condicionada aos inúmeros elementos de sociabilidade, que faz com que ocorra uma diferença entre escrever aquilo que é e aquilo que poderia ser. Dessa maneira, o autor da autobiografia pode imaginar se como um outro de si mesmo. (ALBERTI, 1991).

Carolina Maria de Jesus, ao escrever seus diários se constituía nestes três elementos da escrita autobiográfica, ela como personagem do vivido, narra sua trajetória de vida, mas como autora é permeada por outros elementos do contexto, que implica na seleção e criação daquilo que poderia ter acontecido.

O papel do sujeito/autor nas tramas autobiográficas, está longe de ser o de escritor de uma narrativa linear e monolítica, configurando o sujeito clássico, que seria capaz de construir uma trama completa e fiel a vida de um personagem.

Essa impossibilidade da autobiografia, é discutida por Elizabeth Duque Estrada, em seu texto “Devires Autobiográficos”, no qual discute que uma narrativa desta ordem, não se desenvolve mais, a partir de pressupostos oriundos da tradição, que levavam o autor a uma narrativa preconcebida com começo, meio e fim.

A desconstrução inclemente da noção clássica de sujeito tem como horizonte, independentemente das suas variadas formulações, a abertura para a compreensão de uma subjetividade sempre em devir, de processos de subjetivação que não atendem a nenhuma finalidade preconcebida, pois que elas só se processam no acontecer contínuo e aleatório da própria vida. (DUQUE ESTRADA, 2009, p. 39).

Essa abordagem sobre o sujeito/autor não pretende liquidá-lo – lo, segundo a autora, mas reinterpretá-lo, eliminando a concepção narrativa do sujeito clássico que pretendia narrar a vida, desconsiderando seu próprio contexto filosófico, social, político e cultural.

Nesse aspecto, as autobiografias, que no passado remetiam a uma narrativa em que o autor desconhecia, ou ainda não dava importância a outros elementos presentes em seu discurso, tais como: identidade, auto definição, auto existência, ou auto engano, revelam atualmente narrativas que estão impregnadas destes elementos.

Ainda sobre o autor/sujeito, podemos considerar a narrativa autobiográfica atual, sob outros pontos de vista, nos quais a escrita e a construção do texto autobiográfico estão vinculados, tanto a uma experiência pessoal e individual, como também a apropriação de outros elementos que servem para a construção de uma narrativa autobiográfica.

O modelo de narrativa autobiográfico é expandido para além do olhar no personagem, mas como esse personagem se relaciona com os espaços, o tempo e os objetos ao seu redor.

Essa premissa teórica, é defendida pela autora Leonor Arfuch, em seu texto “Memória y autobiografía: exploraciones em los limites”.

La narracion auto/biográfica – como toda narracion – parece invocar em primera instancia la temporalidade, esse arco existencial que se despliega – y tambien se pliega – desde algún punto imaginário de comienzo y recorre, de modod contingente, las estaciones obligadas de la vida em el vaiven entre diferencia y repeticion, entre lo que hace a la experiència comum y lo que distingue a cada trayectoria. (ARFUCH, 2010, p. 27).

A autora, define o olhar do personagem com relação ao tempo, ao lugar e os objetos, como definidores da singularidade em meio ao comum dentro de um contexto social.

Para Leonor Arfuch, o espaço, por exemplo carrega uma densidade afetiva, e que ao ser inserido na narrativa autobiográfica, torna se um *espacio biográfico, constituído* a partir do olhar do autor/sujeito e sua apropriação.

No livro “Quarto de Despejo”, Carolina Maria de Jesus apropria se do seu principal espaço biográfico, a favela, e a toma como um elemento de sua narrativa, na qual, além de constitui la a seu modo, estabelecendo sua relação de amor e ódio a este espaço, a autora revela sua afetividade pelos que ali vivem e comungam das mesmas dificuldades.

Portanto, a autobiografia se notabilizou no últimos anos por ser mais que, meramente uma vida escrita pelo próprio autor, ou seja por ele mesmo (DUQUE ESTRADA, 2009). Os estudos atuais, permitem que a narrativa autobiográfica, revele muito mais do que o conhecimento sobre o que teria sido a vida daquele personagem, mas nos permite perceber outras dimensões do contexto ao qual aquele personagem estava inserido.

3 PRÁTICAS E SABERES DOCENTES: PARA ENSINAR E APRENDER COM CAROLINA MARIA DE JESUS

3.1 Minhas práticas e meus saberes

Esse relato inicial será escrito “a duas mãos”, o que pode parecer estranho para a introdução de um capítulo de dissertação, mas a explicação está naquilo que denominei de um relato das minhas práticas e meus saberes.

Nestes últimos meses de pesquisa e construção do texto da dissertação, me deparei com a experiência de legitimar aquilo que era escrito, referenciando meu texto com autores que desenvolveram ideias e conclusões sobre o meu objeto de estudo.

Por isso, ao fazer uma escrita a “duas mãos”, ou seja um relato autobiográfico das minhas práticas pedagógicas, remeto-me às experiências que vivenciei em sala de aula, mas

principalmente, aquelas em que apliquei a Lei 10639, em turmas da Educação Básica, utilizando as biografias e o material escrito por Carolina Maria de Jesus.

Minha experiência docente desde minha formatura em 1999 tem sido na escola pública, e principalmente no Estado, em escolas localizadas na Baixada Fluminense, mais precisamente no município de Nova Iguaçu.

A maioria dos alunos dessa região do Estado do Rio de Janeiro tem um perfil socioeconômico muito semelhante, pois são oriundos de famílias com alta fragilidade econômica e social. Existe um grande número de alunos que não terminam o ciclo básico e, portanto, a educação para os que conseguem finalizar constitui-se em uma possibilidade de ascensão social.

A unidade escolar na qual iniciei a docência, no ano 2000, o CIEP 365 Asa Branca, localizado no Bairro Botafogo, em Nova Iguaçu, foi a mesma que em 2013, junto às professoras Elane Barreto e Vera Cristina, ambas de Língua Portuguesa, iniciamos um trabalho integrado com o objetivo de aplicar a Lei 10639/2003, que naquele ano completava 10 anos.

A aplicação da Lei 10639, até então era realizada de maneira individual, onde as disciplinas orientadas a aplica-la realizavam suas atividades, de forma isolada. Com a perspectiva de integrar nossas ações, passamos a trabalhar com a proposta de articular as áreas e realizar um projeto com um recorte étnico racial.

O recorte étnico racial era um objetivo atrelado a própria lei, mas trouxe para escola uma nova proposta de reflexão e de organização para os projetos. Estes já eram uma prática pedagógica na unidade escolar citada, que consistiam em desenvolver determinados temas, ao longo daquele ano letivo, tentando integrar as diferentes disciplinas, em torno de um assunto. Porém, a maioria destes não contemplava a temática étnico racial, que a lei 10639 preconizava.

Desde então, a integração através dos projetos ganhou um novo recorte, o étnico racial, que tinha como principal objetivo criar estratégias de aplicação da lei 10639, que integrasse tanto História, como Geografia, Língua Portuguesa e Literatura.

Para tanto, o grande desafio seria o de articular as disciplinas e seus conteúdos, como também criar estratégias pedagógicas que promovessem a aplicação da lei 10639, nas práticas escolares. Estas consistiam em atividades integradas entre as disciplinas envolvidas, como no desenvolvimento de debates sobre a temática racial, apresentação de vídeos, debates, elaboração de textos e dramatizações que ocorriam ao longo do ano, não se restringindo ao mês de novembro.

De acordo com o perfil socioeconômico e racial de nossos alunos, de maioria negra, avaliamos que a aplicação da lei era extremamente importante para o debate e a valorização da cultura africana e afro-brasileira e na construção de uma consciência histórica, tanto no corpo discente como no docente, que estimulasse a luta contra o racismo institucional, muitas vezes presente nas práticas e no discurso.

O projeto de integração entre as disciplinas, com um recorte étnico racial, fez uma opção metodológica para articular as diferentes áreas à lei 10639, desenvolvendo a temática por meio de personagens negros, tanto homens como mulheres, que tiveram uma representação em seu tempo, na luta pela afirmação dos negros, contra o racismo e pela valorização da cultura afro-brasileira.

A decisão em trabalhar personagens negros atendia a execução do projeto por todas as disciplinas, visto que funcionava como um tema transversal a todos os conteúdos, e também, porque tornava visível negros e negras, que de alguma forma, militantes ou não, tiveram uma participação na sociedade de seu tempo, mas que estavam invisibilizados.

A invisibilidade destes personagens não ocorreu por conta apenas do desconhecimento, mas para atender uma narrativa que se pretendia hegemônica, a qual defendia a predominância de personagens e valores cuja a origem era branca. Apesar das lutas empenhadas ao longo do século XX, por inúmeros movimentos ligados a causa negra, como também por estudiosos da academia, esta invisibilidade ainda prevalecia.

Portanto, para apresentar aos alunos outras identidades e tornar visível personagens negros, fomos apresentados pela professora Elane Barreto à escritora Carolina Maria de Jesus, desconhecida pela maioria dos professores envolvidos no projeto a ser desenvolvido na escola, naquele ano.

O desconhecimento por parte dos professores sobre a biografia de Carolina Maria de Jesus é um sintoma claro do quanto Carolina e outras personagens negras são desconhecidas de grande parte dos brasileiros, ainda que tenha ocorrido avanços nos últimos anos, com a republicação de obras da própria Carolina Maria de Jesus e a presença de outras personagens negras, como: a líder das trabalhadoras domésticas Laudelina Campo Melo, a escritora Conceição Evaristo, a sambista e compositora Ivone Lara, entre outras que marcaram presença, tanto nos espaços escolares, acadêmicos e na mídia.

A escolha de Carolina Maria de Jesus significou um desafio na construção de uma prática pedagógica que deveria tornar sua história conhecida e atraente aos alunos e ao mesmo tempo articulá-la à proposta de discutir as identidades étnico raciais e o racismo, na sociedade brasileira republicana.

Essa proposta de trabalho integrado inicialmente foi aplicada nas turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), do curso noturno e nas turmas de Ensino Médio, do diurno, com uma faixa etária que compreendia de 15 a 75 anos.

A prática na sala de aula foi desenvolvida através da apresentação de vídeos, cuja temática se remetia à biografia de Carolina Maria de Jesus, como também a leitura de textos da própria escritora, principalmente do “Quarto de Despejo” e outros textos sobre da escritora.

Esse material era apresentado e debatido durante as aulas de cada professor envolvido no projeto, como também em aulas integradas entre duas ou mais disciplinas, que buscavam, além de relacionar os conteúdos de suas áreas à discussão proposta, também mostrar aos alunos o quanto as disciplinas têm em comum, desconstruindo a ideia de conhecimento compartimentado e ressaltando que apesar das especificidades de cada área, existem possibilidades de integração e articulação.

No decorrer do ano, estas práticas pedagógicas geraram a produção do que podemos definir como “saber escolar”, este constituído a partir de um processo dialógico entre o saber específico do professor com o saber trazido e acumulado pelos alunos. Na prática pedagógica, integrava - se aquilo que os alunos traziam de informações, tanto pessoais como de ordem acadêmica, com a proposta da prática baseada na História de vida de Carolina Maria de Jesus

Carolina Maria de Jesus foi apresentada aos alunos, através do seu mais famoso livro, “O Quarto de Despejo”, livro publicado em 1960, no qual relata seu cotidiano na favela do Canindé, no Estado de São Paulo. Este livro foi escolhido, tanto por ter uma característica biográfica, possibilitando o conhecimento da autora e do contexto em que vivia, e ainda era a obra mais conhecida desta.

A dinâmica das aulas se dava por meio da leitura de trechos do livro, sucedida de debates e propostas de reflexão escrita e ou oral, objetivando a articulação desse material da autora a questões da vida cotidiana dos alunos e da sociedade brasileira, tais como: o racismo, a desigualdade social, a violência contra os pobres, contra as mulheres e o preconceito de origem.

Estas aulas tinham o eixo da identidade étnico racial e da discussão sobre o racismo sempre presente, inclusive articulando o texto de Carolina Maria de Jesus e um material

audiovisual ¹³, que também dava conta, tanto da trajetória de vida da autora, como também dos debates em torno dos eixos propostos.

Entre os inúmeros resultados desse projeto integrado de disciplinas, que com certeza nem todos seremos capazes de aferir, pois estão na ordem do emocional, os alunos reconheceram na trajetória de Carolina Maria de Jesus, suas próprias identidades étnicas e sociais, e ainda conseguiram compreender o quanto somos limitados no conhecimento dessas identidades e da História em torno da cultura afro-brasileira.

Dessa experiência bem-sucedida das práticas de sala de aula foi gerada a ideia para o projeto de mestrado, no ProfHistória. O caminho para o mestrado, portanto foi inverso, pois primeiro surgiu a ideia e esta foi aplicada na escola, mesmo que de maneira pouco sistematizada, mas que promoveu a construção de uma “prática pedagógica” e de um “saber escolar”.

A entrada para o ProfHistoria, em 2016, programa que valoriza as práticas pedagógicas, que foram ou serão aplicadas em sala da aula, significou repensar minhas próprias práticas, a partir de autores e debates que refletem sobre o “fazer escolar”.

Ao me deparar com a reflexão teórica proposta nas disciplinas do programa pude perceber o quanto essa prática era pertinente, mas que poderia ser melhorada, do ponto de vista metodológico e teórico, viabilizando uma ação pedagógica mais reflexiva e consistente.

Assim, o projeto construído ao longo das aulas de Seminário de pesquisa, com a professora Sonia Wanderley e com a orientação da Professora Marcia Gonçalves, ganhou um corpo teórico metodológico, que ampliava a reflexão sobre o uso do biográfico e do autobiográfico de Carolina Maria de Jesus.

O projeto que está fundamentado “nas muitas vidas de Carolina Maria de Jesus”, ou seja, em suas biografias e no seu material autobiográfico, principalmente o livro “Quarto de Despejo”, se originou de uma experiência coletiva e integrada de professores que se propuseram a aplicar a lei 10639, para discutir temas, até então preteridos pelos projetos daquela unidade escolar.

Essa decisão coletiva e integrada promoveu a reflexão sobre temas e a construção de uma prática pedagógica, que estimulou a alunos e professores a construírem novos saberes

¹³ Entre alguns dos materiais audiovisuais sobre Carolina Maria de Jesus podemos destacar: Carolina Maria de Jesus (1914 – 1977) – Heróis de todo o mundo - <https://www.youtube.com/watch?v=mLkJy86VU84> ; Carolina Maria de Jesus - <https://www.youtube.com/watch?v=Chl-lg87LVQ>; Carolina de Jesus, fenômeno editorial no início dos anos de 1960 - Jornal Futura - Canal Futura- Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PucTtvFtDBA>>. Acesso em: 16 set. 2018.

escolares, que possibilitaram a identificação de novos protagonistas e a reflexão do porquê de sua invisibilidade.

3.2 A sala de aula: lugar de debate e produção de saberes

O espaço da sala de aula vai muito além do espaço físico, de uma organização de cadeiras ou à disposição dos alunos distribuídos pelo local. Ao longo das últimas décadas, este espaço foi identificado pelos estudiosos de diferentes maneiras, desde um depósito de alunos que seriam meramente repetidores dos conteúdos ali repassados, como também um espaço onde ocorreriam ressignificações e a produção do “saber escolar”.

Esta última definição é defendida pelo historiador e professor Ilmar Rohloff de Mattos, em seu artigo que analisa aulas como texto e o ensino aprendizagem de História. Nele, o autor discute o quanto a sala de aula é um local de produção de saberes, tanto por parte do professor, como também do aluno.

Em seu texto, ao relatar a visão de Capistrano de Abreu sobre o significado do “saber escolar”, que defendia um saber não produzido na escola, mas na academia por intelectuais preparados, Ilmar Mattos apresenta a diferença entre o processo de ensino aprendizagem e a pesquisa.

Há mais de um século, que o processo de ensino – aprendizagem difere fundamentalmente do processo de pesquisa, porque se o movimento deste é animado por questões e problemas, como o que motivara a tese de Capistrano de Abreu, o movimento daquele é fruto da contradição entre o velho e o novo, propiciador de desequilibrações sucessivas. (MATTOS, 2006, p. 8).

A pesquisa e o processo de ensino aprendizagem devem estar associados, mas sem que um se sobreponha ao outro. Capistrano de Abreu, segundo Ilmar Mattos, acreditava que o texto acadêmico era o recurso suficiente para uma boa aula, visto que naquele momento a compreensão do processo não considerava o receptor, ou seja, o aluno e as diferentes possibilidades de apreensão daquele texto.

A abordagem atual do processo de ensino aprendizagem se difere daquela de Capistrano de Abreu, pois o aluno/leitor do texto está condicionado por seus valores e suas identidades, ou seja, elementos que determinam como será apreendido aquilo que está sendo ensinado.

De modo categórico, afirmamos ainda uma vez que, por meio de uma aula, também se conta uma história; que, ao se contar uma história por meio de aula, também se faz história; e somente ao se fazer história por meio de uma aula nos tornamos professores de História. (MATTOS, 2006, p. 11).

Sendo assim, os professores também são autores de uma aula – texto, que será construída não de maneira submissa ao texto acadêmico, mas de forma a ressignificá-lo, diante dos desafios da sala de aula.

As aulas texto, não devem ser entendidas como inferiores, mas como resultado de uma prática, que valoriza o conhecimento produzido pela pesquisa, mas que produz um novo significado ao dialogar com o conhecimento dos alunos. Estes não serão passivos diante do conhecimento, mas o apreenderão de forma a ressignificá-lo a partir de seus valores e identidades.

O saber escolar também é objeto de estudo da professora Ana Maria Monteiro, no seu texto que desenvolve o tema: “Professores, entre saberes e práticas”. A autora, condiciona a construção do saber escolar às categorias de “saber docente” e do “conhecimento escolar”, ou seja deste encontro dialógico é gerado o que podemos chamar de saber construído na escola. (MONTEIRO, 2001)

Sua abordagem do tema recupera diferentes autores que ao longo das décadas tiveram na construção desse saber seu principal objeto de pesquisa. Ana Monteiro, problematiza o conceito de “transposição didática” para avaliar o processo de ensino – aprendizagem, que ao longo das décadas era observado como mecanismo didático de responsabilidade de alguns poucos técnicos.

Entre os autores destacados pela autora, Chevallard¹⁴, que apesar de ainda incorrer em equívocos com relação à transposição didática, mantendo – a como premissa da academia, considera o professor do ensino básico como agente principal para o sucesso dessa transposição.

Nessa perspectiva, o conhecimento escolar, embora tenha origem no conhecimento científico ou em outros saberes ou materiais culturais disponíveis, não é mera simplificação, rarefação ou distorção deste conhecimento. É um conhecimento com lógica própria, que faz parte de um sistema – o sistema didático – que tem relação

¹⁴ Chevallard é um dos autores que desde a década de 1990 vem estudando sobre os processos de “transposição didática”, que corresponde a passagem de um saber científico, ao saber ensinado. Apesar de inovar ao considerar o professor como integrante essencial nessa transposição, ainda se mantém preso a uma lógica hierárquica, que delega a “técnicos” a função de preparar a transposição para que o professor a aplique. Adaptado do texto de MONTEIRO, Ana Maria. Professores: entre saberes e práticas. In: *Educação e Sociedade*, ano XXII, nº 74, abril/2001.

com o saber de referência que lhe dá origem e cuja constituição – processo e resultado da transposição didática – pode ser objeto de estudo científico, através de uma epistemologia própria. (CHEVALLARD, 1995, p. 14).

A escola e os professores, portanto, não seriam meros coadjuvantes nesse processo, que segundo o autor, têm um papel de destaque na transposição do conhecimento, que garante o sucesso do processo de ensino aprendizagem.

Contudo, Ana Monteiro ressalta, que apesar deste avanço, Chevallard ainda coloca o professor da escola básica, como um agente tutelado por um corpo técnico responsável por elaborar a transposição didática.

Os professores trabalham na transposição didática, não fazem a transposição didática. Quando o professor intervém para escrever a variante local do texto do saber que ele chama seu curso, a transposição didática já começou há muito tempo. (MONTEIRO, 2001, p. 126).

Ana Maria Monteiro, ao discutir em seu trabalho a transposição didática nos remete ao texto de Ilmar Rohloff, quando este exemplifica a sacralidade que Capistrano de Abreu concede ao saber, esquecendo do sujeito que vai ser ensinado, o estudante.

A autora, apesar de destacar a importância em se estudar questões sobre a aprendizagem, considera relevante restituir a importância ao saber que é ensinado, sem com isso defender a restauração de uma concepção tradicional deste, tal como pensavam Capistrano de Abreu e os seus pares da época.

Não queremos dizer aqui que as pesquisas sobre aprendizagem não são necessárias. Certamente elas precisam ser desenvolvidas e oferecem contribuições relevantes para a compreensão dos processos educativos. No entanto, defendemos que investigar a epistemologia do conhecimento escolar e da prática do professor é fundamental e estratégico para a compreensão dos processos em jogo. (2001, p. 137).

Com isso, a autora elege a transposição didática como uma ferramenta de análise do processo de construção do ensino aprendizagem, no qual o papel do professor é essencial, pois através dele ocorre uma reelaboração do conteúdo a ser ensinado, ou seja, o saber especializado do professor se constitui no chamado “conhecimento escolar”.

Esse conhecimento escolar resulta não apenas, de uma adaptação do conteúdo, mas da resignificação deste, mediante fatores curriculares formais e a realidade a qual o professor está inserido, ou seja os fatores axiológicos participam dessa reelaboração do conteúdo.

A discussão em torno do processo de ensino/aprendizagem apresenta outras teses e hipóteses, mas os autores citados aqui nos permitem relacionar o saber escolar ou o

conhecimento escolar, às práticas didático - pedagógicas que instrumentalizem os educadores a reelaborar ou ressignificar conteúdos, tendo como objetivo final o aprendizado, tanto no campo cognitivo como na construção e valorização de identidades étnico raciais e valores humanistas de respeito e tolerância.

A proposta, portanto, desse trabalho dissertativo é o de usar o biográfico no ensino das relações étnico raciais, em que a biografia e a obra de Carolina Maria de Jesus fossem recursos para viabilizar o ensino e a reflexão sobre estas questões, tanto no tempo em que Carolina Maria de Jesus viveu, como no tempo atual.

As histórias de vida nos possibilitam pensar, tanto no autor/sujeito e sua relação com o contexto, ou seja como ressignifica o mundo em que vive, mas também, a sociedade a qual está inserido. As biografias e autobiografias, guardando suas especificidades nos fornecem elementos que possibilitam a articulação entre a vida destes personagens e o contexto em que vivemos, nos auxiliando na reflexão sobre as relações étnico raciais e sociais, ao longo do tempo.

Para tanto, a elaboração de um recurso didático pedagógico, que fornecesse ao educador uma ferramenta na qual ele pudesse aplicar um conhecimento que permitisse efetuar essa proposta, se constituiu em um dos objetivos dessa dissertação.

O caderno de atividades, baseado nas biografias de Carolina Maria de Jesus e no seu livro autobiográfico, o “Quarto de Despejo” foi pensado tendo como objetivo fornecer aos docentes, de várias áreas, a possibilidade de ensinar e discutir sobre os desafios e o exercício dos direitos associados ao ensino/aprendizagem das relações étnico – raciais.

O objeto de estudo da dissertação e o caderno de atividades nasceram da prática pedagógica executada na própria escola a qual trabalhei por 17 anos, que estava baseada na execução da lei 10.639/2003, ampliada pela 11.645/2008.

De forma a torna-la mais que um conjunto de conteúdos a serem trabalhados em sala, resolvemos implementar a partir de estudo biográfico de Carolina Maria de Jesus, uma abordagem em que as relações étnico - raciais fossem discutidas e os alunos tivessem a possibilidade de aprender, refletir e se identificar com as temáticas étnico raciais.

As biografias escolhidas sobre a escritora são: a de CASTRO, Eliana de Moura; MACHADO, Marília Novais da Mata. Muito bem, Carolina!, a de SANTOS, Joel Rufino dos, Carolina Maria de Jesus: uma escritora improvável, a de LEVINE, Robert M.; MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Cinderela negra: a saga de Carolina Maria de Jesus, que resgatou alguns acervos da autora e restituiu Carolina Maria de Jesus ao lugar de escritora brasileira, em 1994.

Além das biografias, utilizamos seu livro mais famoso, o “Quarto de Despejo”, uma obra autobiográfica que nos permitiu ampliar o debate para outras esferas de sociabilidade, que se relacionam com as questões étnico raciais, tais como: a questão de gênero e de territorialidade.

Os conceitos de gênero e territorialidade fazem parte da história de vida de nossa autora, à medida que sua luta cotidiana se deparava com o fato de ser mulher, negra e favelada, identidades que a relacionavam com a exclusão social, tornando mais difícil sua constituição como cidadã brasileira, detentora de direitos civis, políticos e sociais.

Estas temáticas, ainda estão presentes na vida de muitas brasileiras e por isso funcionam como pontos de articulação, não somente por conta da história de Carolina, mas o quanto muitas dessas dificuldades estão presentes no cotidiano de muitas mulheres negras, que se não bastassem estes detonadores de exclusão social, ainda enfrentam preconceitos pelo fato de serem moradoras de favelas.

Nessa perspectiva, a biografia de Carolina Maria de Jesus e suas singularidades foram utilizadas para pensar sobre padrões de exclusão comuns as mulheres negras e moradoras de favela. A trajetória de Carolina, apesar de singular, ressalta o protagonismo de outras mulheres, destacando suas lutas contra o racismo e a exclusão social.

Carolina Maria de Jesus é uma personagem real que através de sua escrita, nos possibilita discutir o racismo na sociedade brasileira, com seus aspectos estruturantes, como também a agência das mulheres, ao longo das últimas décadas, ressaltando a luta destas, tanto no campo político formal, como no cotidiano.

Seu lugar de moradia se constituiu em seu território, a favela, pois está repleta de significados, que vão além do espacial. Para Carolina, a favela era sua vivência e de seus filhos, mas também seu material de observação, pois se tornou uma escritora reconhecida, por meio do relato de sua vida nesse lugar de significados e valores próprios.

Tornar – se uma escritora, também é uma identidade, mesmo que negada a maioria das pessoas de seu grupo social e “raça”. A autora, com sua visão singular daquela vivência, consegue imprimir um olhar incomum, principalmente para a época em que o livro foi lançado, que idealizava o “viver em favelas”.

Carolina Maria de Jesus rompe barreiras raciais e sociais, ao tornar-se uma escritora, que além de ser negra e pobre, inova ao descrever sobre um espaço até então idealizado e desconhecido por muitos. Ela se constituiu num sujeito/narrador de sua História, mas também do espaço em que vivia.

Sobre o quanto “Quarto de Despejo” foi significativo para desconstruir uma imagem idealizada sobre a favela, Joel Rufino dos Santos, na biografia que escreveu sobre Carolina, faz a seguinte análise:

Quarto de Despejo desfez estereótipos que temos – já nem tanto hoje – dos favelados: que são unidos, que não têm preconceitos raciais, que são solidários, talentosos sambistas, cordiais e infelizes. Carolina, nos apresenta outra favela no Canindé, onde os favelados são desunidos, preconceituosos, egoístas e nem sempre apreciam batuques, são agressivos e felizes. (SANTOS, 2009, p. 143).

Portanto, podemos constatar que as relações de sociabilidade são constituídas no fazer da História, em que cada temporalidade constrói seus valores, que possibilitam a formação de novas identidades. Portanto, refletir sobre o tempo em que Carolina escreveu sua obra, nos permite observar o quanto temos de permanências e de mudanças, no processo de construção destas sociabilidades.

Carolina Maria de Jesus, viveu em outro tempo e num outro Brasil, mas isso não impede que façamos, a partir de seus relatos e de sua vida relações e comparações, para identificar aquilo que ainda é comum aquele tempo, e o que passou por transformações, por meio das lutas e mobilizações, tanto formais como informais.

3.3 Uma proposta didático - pedagógica: caderno de atividades

A proposta didática pedagógica produzida para a dissertação busca atender a dois objetivos principais: criar uma ferramenta para aplicar a lei 10639 na sala de aula, que possibilite ampliar a discussão sobre o ensino das relações étnico raciais no Brasil, nas últimas décadas.

E ainda, através do uso do biográfico, tornar visível personagens que participaram das lutas contra o preconceito racial e/ou implementaram de forma singular estratégias de questionamento e rompimento da exclusão racial e social.

A proposta pedagógica se constituiu em um caderno de atividades, distribuídos em seis oficinas, onde cada uma delas tem seus objetivos específicos, mas tendo como viés

condutor as biografias e a autobiografia de Carolina Maria de Jesus, o livro “Quarto de Despejo”.

A primeira oficina, intitulada “Quem Somos” compreende o uso de imagens de personagens negros, que ao longo da História do Brasil, tiveram uma participação no processo de luta na construção das identidades étnico – raciais e da cidadania dos afrodescendentes.

Ao longo do tempo, muitos destes protagonizaram ações que tinham como objetivo garantir a liberdade para a construção e a vivência das identidades étnico raciais dos negros e negras no Brasil.

Na maioria das vezes essa luta não esteve visível na História do Brasil escrita e ensinada nas escolas, por conta das escolhas de cada tempo histórico e da escrita de uma História, que se constitui a partir do embate entre concepções de narrativa.

Essa oficina propõe resgatar alguns destes personagens invisibilizados e a partir destes problematizar as relações étnico raciais, através de suas biografias, trazendo outras narrativas para a construção de uma narrativa histórica da nação mais plural e dinâmica.

Entre os personagens, Carolina Maria de Jesus será nossa agente principal, pois através da sua biografia as demais oficinas vão continuar a problematizar as relações étnico raciais, como também outras identidades, no tempo de Carolina e nos dias atuais.

A segunda oficina recebeu o nome de “Quem foi Carolina Maria de Jesus?”, que pretende apresentar a escritora promovendo o conhecimento e o reconhecimento de sua trajetória antes e depois do sucesso editorial do livro autobiográfico, “Quarto de Despejo”.

Apresentar a autora é um objetivo importante no desenvolvimento das oficinas, pois as biografias de Carolina Maria de Jesus e seu material autobiográfico possibilitam o resgate da agência de nossa autora, em sua incursão na literatura autobiográfica.

O protagonismo de Carolina Maria de Jesus, na literatura, representou um divisor tanto na sua vida, como também na literatura do seu tempo. Além de sua origem racial e social, nossa autora se destacou como mulher produzindo uma literatura com um olhar feminino, num contexto de desigualdade social, racial e de machismo.

Para o desenvolvimento da oficina e sua aplicação, vamos utilizar trechos do cordel da autora Jarid Arraes, escritora pernambucana que produziu cordéis de 15 mulheres negras que lutaram por suas causas, em diferentes tempos, entre elas: Dandara, Maria Firmina dos Reis, Tia Ciata, Carolina Maria de Jesus entre outras. E ainda, trechos do primeiro livro de sucesso, o “Quarto de despejo”, publicado em 1960.

A terceira oficina, intitulada “Quantas Carolinas existem?” pretende problematizar a trajetória de outras mulheres negras, além de Carolina Maria de Jesus, e ressaltar a

importância da educação e do conhecimento como ferramentas de luta contra o racismo, contra a desigualdade racial e social e pela cidadania.

Ao longo da História, muitas mulheres, dentre elas muitas negras tiveram seu protagonismo em muitas lutas, mas que ficaram “invisíveis” para a maioria das pessoas, tanto no seu tempo como em nossa época.

Dentre estas, decidimos destacar duas outras, além de Carolina Maria de Jesus, a professora Diva Guimarães e a escritora Conceição Evaristo. Através de suas histórias de vida nos forneceram um aprendizado de dedicação e crença na educação, como também na construção de estratégias contra o racismo e pela valorização das identidades étnico raciais.

A quarta oficina recebeu o nome de “Mulher, negra, favelada e escritora: Carolina Maria de Jesus”, tem como proposta promover uma reflexão sobre as diferentes identidades que compõem a personalidade de Carolina Maria de Jesus. Com isso, fazer com que os alunos percebam as diferentes identidades de uma mesma pessoa.

As identidades que serão desenvolvidas na oficina foram desvalorizadas, ao longo de nossa História escrita e ensinada, ou seja não foram positivadas em seus contextos históricos, e quando eram tratadas a análise recebia um caráter secundário, em que a agência destas não ganhava o devido destaque.

Por meio das histórias de vida de Carolina Maria de Jesus propomos repensar o papel da mulher negra, que além de sofrer as consequências de um processo sócio – histórico onde o machismo determinava seu papel secundário nas relações sociais, nossa autora ainda precisou enfrentar o racismo estrutural da sociedade de sua época.

Ainda, como moradora de favela, território que ao longo do processo histórico sofreu transformações em sua estrutura de organização, mas que se manteve como espaço onde a desigualdade social e racial estavam presentes de forma mais proeminente.

Assim, como mulher, negra e favelada, Carolina Maria de Jesus construiu suas estratégias de sobrevivência, como centenas de milhares de mulheres em nosso país. Mas, mesmo diante de uma vida dura, tendo que catar lixo pra sustentar seus três filhos, nossa autora encontrou na leitura e na escrita suas ferramentas de superação pessoal e seu lugar no mundo.

A quinta oficina, “Por que ainda somos racistas?” pretende promover a reflexão sobre o preconceito racial que estrutura a sociedade brasileira, ao longo do tempo, destacando sua construção e reprodução, mas também suas transformações por meio das lutas empreendidas, de maneira individual, como também pelos movimentos sociais ligados a causa negra.

Através, da biografia de Carolina Maria de Jesus e de recursos audiovisuais, tais como vídeos que abordem as lutas dos movimentos negros propomos pensar o preconceito racial na sociedade brasileira e sua luta individual e coletiva. Estes movimentos devem ser analisados como construções sociais que não estão engessadas no tempo, pois sofrem transformações a partir das diferentes estratégias de lutas.

Na História escrita e ensinada, nem sempre as lutas dos grupos ligados a causa negra ganharam visibilidade, pois não era um tema que precisasse ser desenvolvido, como também pensar as relações étnico raciais, em um país cuja ideia da democracia racial estava consolidada e propagada.

A democracia racial, conceito que nasceu no final dos anos 30 do século XX, defendia uma narrativa na qual a sociedade brasileira vivia uma plena harmonia entre as “raças”, não havendo portanto, qualquer conflito por conta da miscigenação.

Essa ideia foi propagada, principalmente através da educação básica, por meio de livros didáticos e currículos, embora existissem narrativas contrárias, a que predominava era a da “democracia racial” impossibilitando o debate em torno das desigualdades raciais na sociedade brasileira, principalmente no período da ditadura civil militar, de 1964 a 1985.

Nos últimos anos, principalmente com a promulgação da lei 10.639 de 2003 e da 11645 de 2008, resultado de muitas lutas dos movimentos sociais ligados a causa negra, desconstruir a democracia racial, através da discussão e valorização do negro na sociedade brasileira passou a ser um objetivo a ser alcançado.

Portanto, Carolina Maria de Jesus e sua obra, nos fornecem elementos para pensar sobre a construção e a manutenção do racismo e ao mesmo tempo critica-lo, pois sua obra é de denúncia, contra a desigualdade racial e social, na sociedade brasileira de seu tempo e do nosso.

A última oficina recebeu o nome de “Muitas vidas e uma nova História” que pretende promover a reflexão sobre a importância de pensar sobre sua própria trajetória de vida, partindo do exemplo de Carolina Maria de Jesus, que ao relatar sobre sua própria história de vida, nos possibilitou a pensar sobre enfrentamento de obstáculos, valorização das identidades e luta contra a desigualdade racial e social.

Como nossa autora, que ao relatar sua trajetória, criando um livro de conteúdo autobiográfico, a oficina quer estimular os alunos (as) a criarem relações entre suas biografias e os temas que foram discutidos ao longo das oficinas, ou mesmo da própria experiência de contato com o texto de Carolina Maria de Jesus.

Esse recurso didático pedagógico descrito e analisado nesse capítulo será anexado ao final desse capítulo, possibilitando ao leitor o acesso ao material produzido e ao mesmo tempo verificar as diferentes possibilidades da aplicação do biográfico e do autobiográfico para o ensino e a reflexão das relações étnico raciais e sociais e das identidades decorrentes desse debate.

CONCLUSÕES

Os anos 90, do século XX fizeram emergir para um público ainda que restrito à academia, Carolina Maria de Jesus que desde o final dos anos 60 tinha sido colocada no ostracismo, depois de seu grande sucesso editorial, o “Quarto de Despejo”.

As identidades étnico raciais presentes no debate contemporâneo tiveram sua origem na luta pela afirmação dos negros e negras na sociedade brasileira, ao longo do século XX, que culminaram nas leis 10.639 e da 11645.

Embora, essa luta tenha sua origem desde o início do século XX, o ponto mais alto desta se deu com a redemocratização e a reconstrução de espaços de luta e formação, na tentativa de desconstruir a ideia consolidada de “democracia racial”, tanto do ponto de vista institucional, como também no campo da educação e do ensino.

A possibilidade de refletir sobre o ensino das relações étnico raciais, através da biografia de Carolina Maria de Jesus nos permitiu reconhecer na História de vida dessa escritora, a sociedade ao seu redor e relaciona-la às questões de nossa época.

Carolina Maria de Jesus e sua obra foram resgatadas, a partir dos anos 90 com as lutas de movimentos sociais ligados a causa negra e pela produção acadêmica, que defendiam a valorização da cultura afro-brasileira e das novas identidades geradas por ela.

Ao propor um recurso didático pedagógico para ser aplicado por professores nas escolas do ensino básico, objetivamos apresentar aos alunos, através da biografia de Carolina Maria de Jesus diferentes dimensões de sociabilidade, tanto ela como negra, mulher, catadora de lixo, mãe solteira, favelada e escritora.

Ensinar as relações étnico raciais de maneira reflexiva e participativa, nos permite repensar e reconstruir a História dos negros e negras no Brasil, como também desconstruir explicações que prezam pela uniformidade racial e identitária, em detrimento da pluralidade.

O uso do biográfico, portanto nos permitiu construir uma mediação entre a História e o ensino da História, pois possibilitou com a trajetória pessoal de Carolina Maria de Jesus estabelecer relações entre o passado e o presente, ampliando o debate em sala de aula sobre a construção do racismo, ao longo do tempo, permitindo aos alunos a percepção deste como um elemento que estrutura as relações sociais, no Brasil.

A experiência de refletir sobre uma prática pedagógica no mestrado, possibilitou o caminho de volta à sala de aula repleto de novas observações, abordagens e amparado em uma dinâmica mais consciente para cada uma das ações e seus objetivos.

Em 2018, em uma nova escola vivenciei a aplicação da prática pedagógica que tinha dado origem a meu objeto de pesquisa e, apesar de ser o mesmo tema, não foi como a outra, pois eu não era mais o mesmo professor, a minha compreensão daquela prática para a discussão do tema proposto também era outra, os alunos eram outros, tanto do ponto de vista do lugar, como também das expectativas.

As duas turmas de nono ano, do Colégio Estadual Arêa Leão, localizado em Nova Iguaçu, conheceram Carolina Maria de Jesus e foram levados a pensar sobre temas que até então não estavam presentes em seus debates, tais como o racismo, a desigualdade social, a

violência contra a mulher, mas também sobre a superação, do respeito à diversidade e as diferentes identidades étnicas e sociais.

Com a certeza que a prática pedagógica é mais do que um projeto escolar, o qual será aferido uma nota, mas a possibilidade de debater, conversar e de construir pontes utilizando Histórias de vida em que a luta contra o racismo e a intolerância estejam presentes e que promovam uma sociedade mais justa e igualitária.

Por isso, e por todos que lutaram e vão continuar lutando, Carolina Maria de Jesus, presente!

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. Em torno das Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana: uma conversa com historiadores. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, jan-jun/2008.

ALBERTI, Verena. Algumas estratégias para o ensino de história e cultura afro-brasileira. In: PEREIRA, Amilcar Araújo e MONTEIRO, Ana Maria (Org.). *Ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas*. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

_____. Proposta de material didático para a história das relações étnico-raciais. *Revista História Hoje*, v. 1, n° 1, p. 61-88 – 2012.

ANDREWS, George R. Democracia racial brasileira (1900 – 1990): um contraponto americano. *Estudos Avançados*, v. 11, n° 30, 1997.

ARFUCH, Leonor. *O Espaço Biográfico: Dilemas da Subjetividade Contemporânea*. Tradução: Paloma Vidal. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.

AURELL, Jaume. Textos autobiográficos como fontes historiográficas: relendo Fernand Braudel e Anne Kriegel. Wilton C. L. Silva (tradução). *História* (São Paulo) v.33, n° 1, p. 340-364, jan./jun. 2014.

AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões. In: *Revista Dimensões*, vol. 24, 2010, p. 157-172.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.) *Usos e Abusos da História Oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: Fundamentos e Métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação/Secad. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica*. 2004. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/>>. Acessado em janeiro de 2015.

_____. *Lei nº 10639 de 29 de janeiro de 2003*. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm Acesso em: 06 fev 2014.

CANAU, Joel. *Memória e identidade*. Tradução: Maria Leticia Ferreira – 1ª edição, 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014.

CANEN, Ana. Sentidos e Dilemas do Multiculturalismo: Desafios Curriculares para o novo milênio. IN: LOPES, Alice Casemiro; MACEDO, Elizabeth (Orgs.). *Currículo: debates contemporâneos* - 3ª ed - São Paulo: Cortez, 2010, pp.174-195

CARDOSO, Cláudia Pons. História das mulheres negras e pensamento feminista negro: algumas reflexões. *Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder*. Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008.

CASTRO, Eliana de Moura; MACHADO, Marília Novais da Mata. *Muito bem, Carolina! Biografia da Carolina Maria de Jesus*. Belo Horizonte: C/Arte, 2007. 136 p.

CARDOSO, Claudia Pons. História das mulheres negras e pensamentos feministas: algumas reflexões. *Fazendo gênero 8 – Corpo, violência e poder*, 2008.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura. Biografia, identidade e narrativa: elementos para uma análise hermenêutica. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, ano 9, n°19, p. 283 – 312, julho de 2003.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer*. Petrópolis: Vozes, 1984.

CHEVALLARD, Yves. *La transposición didáctica: Del saber sábio al saber esneñado*. Buenos Aires: Aique Grupo Editor, 1ª ed., 1995.

COSTA, Sérgio. *Dois Atlânticos: teoria social, anti – racismo, cosmopolitismo*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

COSTA, Suely. Conceito de gênero e ensino da história. X Encontro Regional de História. ANPUH- RJ. *História e Biografias*. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2002.

D`ÁVILA, Jerry. *Diploma de Brancura: política social e racial no Brasil: 1917-1945*. São Paulo: Editora UNESP, 2006

DEL PRIORI, Mary. Biografia: quando o indivíduo encontra a História. *Revista Topoi*, v. 10, n. 19, jul – dez, 2009, p. 7 – 16.

DE SOUZA, Adriana Barreto. Biografia e escrita da História: reflexões preliminares sobre relações sociais e de poder. In: *Revista Universidade Rural – Serie Ciências Humanas, Seropédica, RJ: EDUR*, v. 29, n. 1, p 27 – 36, jan – jul, 2007.

DOMINGUES, PETRÔNIO. Um "templo de luz": Frente Negra Brasileira e a questão da educação. In: FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya A. P. (Org.). *A história da educação dos negros no Brasil*. 1 ed. Niterói: EdUFF, 2016.

DUQUE – ESTRADA, Elizabeth Muylaert. *Devires autobiográficos: a atualidade da escrita de si*. Rio de Janeiro: PUC RJ, 2009.

FERREIRA Jr., Amarílio. *História da Educação brasileira: da Colônia ao século XX*. São Paulo: Editora Edufscar, 2010.

FREYRE, Gilberto. *O mundo que o português criou?* Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.
GABRIEL, Carmen Teresa; MONTEIRO, Ana Maria. *Currículo, ensino de história e narrativa*. Disponível em <<http://30reuniaio.anped.org.br/trabalhos/GT12-3145--Int.pdf>> Acesso em 28 de julho de 2015.

_____. GABRIEL, Carmen Teresa. O processo de produção dos saberes escolares no âmbito da disciplina de História: tensões e perspectivas. *Educação Básica Revista*, v. 3.2, 2017, p. 5-36.

GADOTTI. M. *História das Ideias Pedagógicas*. São Paulo: Ática, 1998, p. 230-266.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. *Currículo sem Fronteiras*, v. 12, p. 98-109, 2012.

GONÇALVES, Marcia de Almeida. História ou romance? A renovação da biografia, nas décadas de 1920 a 1940. *ArtCultura*, Uberlândia, v.13, n° 22, p. 119 – 135, jan – jul, 2011.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Revista Estudos Históricos*, v.1, n° 1, 1988.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Org. Liv Sovik; trad. Adelaine La Guardia Resende... [et al]. Belo Horizonte: editora UFMG, Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.

_____. *A identidade Cultural na pós – modernidade*; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro – 9 edição – RJ: DP& A, 2004.

_____. *Cultura e representação*. São Paulo: Editora da PUC, 2016, 264 p.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: editora Francisco Alves, 1960. 173 p.

LEVINE, Robert M.; MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Cinderela negra: a saga de Carolina Maria de Jesus*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994. 232 p.

LIMA, Mônica. A África na Sala de Aula. *Nossa História*, ano 1, n° 4, fevereiro de 2004

_____. Para que serve a História da África? *Revista História Viva*, n° 123, jan 2014.

_____. *África, um continente plural. Saberes e fazeres*, v.1: modos de ver / coordenação do projeto Ana Paula Brandão. - Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006 116p.: il. color. - (A cor da cultura).

MATTOS, Ilmar Rohloff. Mas não somente assim. Leitores, autores, aulas como texto e o ensino aprendizagem de história. *Revista Tempo*. Departamento de História da UFF. V.11, n.21. Rio de Janeiro. Julho, 2006.

MONTERO, Ana Maria e GABRIEL, Carmen Teresa. Currículo de História e Narrativa: Desafios Epistemológicos e Apostas Políticas. In: MONTEIRO, Ana Maria; GABRIEL, Carmen Teresa; ARAÚJO, Cinthia Monteiro de; COSTA, Warley da (Orgs.) *Pesquisa em Ensino de História: Entre Desafios Epistemológicos e Apostas Políticas*. - 1 ed. - Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2014.

- _____.MONTEIRO, Ana Maria. Professores: entre saberes e práticas. In: *Revista Educação e Sociedade*, ano XXII, nº 74, Abril/2001.
- MUNANGA, Kabengela. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: vozes, 1999.
- NORA, Pierre. *Entre memórias e História*. Projeto História. São Paulo. Dezembro, 1993.
- PEREIRA, Amilcar Araujo. *O mundo negro. Relações Raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas/Faperj, 2013.
- _____. Resistência também dentro da escola. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. nº101, fev/2014, p. 80.
- _____. Por uma autêntica democracia racial: os movimentos negros nas escolas e nos currículos de História. *Revista História Hoje*. vol. 1, nº 1, jun/2012, p.111-128.
- POLLACK, Michael, Memória e identidade. *Revista Estudos Históricos*. V. .05, nº 10, 1992, p. 200 – 212;
- RICOEUR, P. *O si-mesmo como um outro*. Tradução de Lucy Moreira Cesar. Campinas: Papirus, 1991.
- SANTOS, Joel Rufino dos. *Carolina Maria de Jesus: uma escritora improvável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 165 p.
- SANTOS, Lorena dos. Ensino de História e a lei 10639/2003: diálogos entre campos de conhecimento, diretrizes curriculares e desafios da prática. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v.12, nº 17, 2º semestre, 2011.
- SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia e Regimes de Historicidade. *MÉTIS: história & cultura – UCS*.v. 2, n. 3, p. 57-72, jan./jun. 2003
- _____. Benito Bisso. *Grafia da vida: reflexões sobre a narrativa biográfica*. In: *Revista Unisinos*, v.8, n. 10, jul – dez, p. 131 – 142.
- SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. “Educação das relações étnico - raciais no contexto dos 10 anos da lei 10.639/2003” . *Revista Interfaces de Saberes*. v. 13, nº 1, 2013.
- SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000 .
- TASCHNER, Suzana Pasternak. Favelas em São Paulo: censos, consensos e contra - sentidos. *Cadernos Metrópole*, 2001.
- TELLES, Edwardo. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. 3ª edição – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.

APÊNDICE - As muitas vidas e identidades de Carolina Maria de Jesus: o uso do biográfico no ensino das relações étnico-raciais na escola

Figura 1 – AS MUITAS VIDAS DE CAROLINA MARIA DE JESUS

AS MUITAS VIDAS DE
Carolina Maria de Jesus

**CADERNO DE ATIVIDADES SOBRE BIOGRAFIA
 E O ENSINO DAS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS**



AUTOR
 EDSON GUIMARÃES DE AZEREDO

ORIENTAÇÃO
 MÁRCIA DE ALMEIDA GONÇALVES




PROFHISTÓRIA
 MESTRADO PROFISSIONAL
 EM ENSINO DE HISTÓRIA


FAPERJ
 Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
 à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro


CAPES


UERJ
 UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Fonte: AZEREDO, 2018

INTRODUÇÃO

O caderno de atividades “As muitas vidas e identidades de Carolina Maria de Jesus: o uso do biográfico no ensino das relações étnico-raciais na escola” pretende atender a dois objetivos principais: oferecer um recurso didático-pedagógico aos professores da Educação Básica, tendo em vista aplicar a lei 10639/2003 na sala de aula e possibilitar a discussão sobre o ensino das relações étnico-raciais no Brasil, nas últimas quatro décadas.

Objetiva-se também, através do uso do biográfico, tornar visíveis personagens que participaram das lutas contra o preconceito racial e/ou implementaram, de forma singular, estratégias de questionamento e rompimento com a exclusão racial e social.

Nas propostas de trabalho desse caderno de atividades, constituído de seis oficinas divididas em várias atividades, a trajetória da escritora negra Carolina Maria de Jesus nos servirá como o fio condutor, valendo-se das biografias publicadas sobre a escritora e de texto autobiográfico de sua autoria, “Quarto de Despejo”.

Carolina Maria de Jesus nasceu em Sacramento, numa data provável, 14 de março de 1914. Naquele momento, o registro cartorial ainda era uma prática com um custo elevado e sem grande significado para a maior parte da população. O registro de batismo, realizado nas Igrejas católicas, ainda era a principal referência para demarcar o nascimento.

A cidade de Sacramento, localizada no triângulo mineiro, fundada em 1820, tornou-se, na segunda metade do século XIX, um importante centro de produção de plantio de café. Sua produção era escoada através de uma ponte, localizada acerca de 30 km da cidade, o que facilitava a viagem para a cidade de São Paulo, caminho esse percorrido por Carolina muitas vezes, segundo seus biógrafos.

A cidade de Sacramento, em 1914, não ultrapassava os 16 mil habitantes. Somente 4.000 residiam na área considerada urbana. Os mais pobres viviam em regiões periféricas, onde as moradias eram precárias e insalubres, construídas em terrenos que pertenceram à Igreja Católica, posteriormente arrestados pelo poder público local.

A maior parte da população era constituída por descendentes de escravos e indígenas. Essa informação consta de registro feito pelo viajante Auguste de Saint-Hilaire, em 1820, em seus diários de viagem. Segundo esse viajante, naquela região havia a existência de dois tipos de população local: “a dos mestiços de índios e quilombolas, segundo ele grosseiros, apáticos e rudes, e a migração recente de mineiros, inteligentes, polidos, ativos e hospitaleiros”.

Em Sacramento, a formação escolar da maioria era quase inexistente, uma vez que não existia obrigatoriedade no oferecimento, por parte do poder público, de instrução para a população. Essa não era todavia uma realidade somente deste município. A República, no alvorecer do século XX, não ofereceu, de imediato, a instrução pública para a maioria, sendo esse um debate que ocorreria, de maneira mais intensa, a partir dos anos de 1920.

Portanto, em Sacramento, as hierarquias sociais e raciais estavam bem demarcadas, enquanto os filhos dos grupos mais abastados saíam para estudar nos grandes centros ou no exterior, para a população pobre restava o trabalho nas fazendas dos coronéis, chefes políticos da região, ou então, nos trabalhos domésticos, nas casas das famílias de maior posse.

Em 1937, Carolina Maria de Jesus decidiu migrar para a cidade de São Paulo, depois de viver por mais de vinte anos em Sacramento. As razões para a migração foram muitas: as dificuldades em conseguir trabalho, uma saúde instável e por fim, e não menos determinante, uma grande insatisfação com sua própria vida. Carolina decidiu então tomar o rumo de uma cidade que era desejada e temida, mas que para Carolina poderia significar um recomeço.

Bitita, apelido que Carolina Maria de Jesus recebeu quando criança e que deu nome a um de seus livros, morreu em 1977, em quase anonimato. Seus livros editados após o sucesso de vendagem de “Quarto de Despejo”, em 1960, não alcançaram a mesma repercussão.

Sua trajetória, nos últimos anos de vida, tinha sido de afastamento da mídia, o que ocasionou certo esquecimento por parte do grande público. Nesses tempos, isolou-se em seu sítio, em Parelheiros, ao sul da cidade de São Paulo.

A trajetória de vida de Carolina Maria de Jesus foi objeto de pesquisa nas últimas décadas, e originou vários relatos biográficos que pretenderam organizar sínteses sobre a escritora, como também, o resgate de material produzido pela autora que não fora publicado em vida.

Sua obra é extensa e consiste em publicações que ocorreram antes e depois de sua morte. O primeiro lançamento foi o livro autobiográfico, o “Quarto de Despejo” (1960), que tornou Carolina uma das escritoras de maior vendagem, nos anos 1960, no Brasil, com grande repercussão internacional, sendo traduzida para 13 idiomas, nos anos decorrentes.

Existe ainda um material inédito deixado por Carolina de Jesus, em 58 cadernos que somam 5 000 páginas de textos: sete romances, 60 textos curtos e 100 poemas, além de quatro peças de teatro e de 12 letras para marchas de Carnaval. Esses textos inéditos estão sendo organizados pela professora Raffaella Andrea Fernandez, da Universidade Estadual de Campinas.

Esse material da escritora encontra-se custodiado por diversas instituições, entre elas: a Biblioteca Nacional (RJ), o Instituto Moreira Salles (RJ), o Museu Afro Brasil (SP), Arquivo Público Municipal de Sacramento e Acervo de Escritores Mineiros (UFMG).

As demais publicações da escritora de natureza autobiográfica foram: Casa de Alvenaria (1961); Pedações de Fome (1963) e Provérbios (1963). Estas obras foram publicadas em vida, mas não obtiveram o mesmo sucesso de vendagem e repercussão, sendo algumas editadas com recursos da própria autora.

As publicações póstumas foram: Diário de Bitita (1982); Meu Estranho Diário (1996); Antologia Pessoal (1996) e Onde estás felicidade? (2014). Ainda foram publicados na biografia da autora, escrita e editada por José Carlos Sebe Bom Meihy e Robert M. Levine, cuja primeira edição é de 1994, dois textos inéditos de Carolina: “Sócrates Africano” e “Minha vida”.

As biografias produzidas sobre Carolina Maria de Jesus estão disponíveis no mercado editorial e serviram de referência para o conhecimento da trajetória da escritora e das relações estabelecidas por ela com a sociedade de seu tempo.

Escolhemos três biografias para utilizar como material de análise e pesquisa. A primeira delas foi escrita pelas autoras Eliana de Moura Castro e Marília Novais da Mata Machado, “Muito

bem, Carolina !”, cuja primeira edição foi em 2007; a segunda teve como autor Joel Rufino dos Santos, “Carolina Maria de Jesus: uma escritora improvável”, com a primeira edição em 2009; e a terceira escrita por Robert M. Levine e José Carlos Sebe Bom Meihy, “Cinderela negra: a saga de Carolina Maria de Jesus”, com a primeira edição em 1994.

Os autores dessas biografias utilizaram metodologias diferentes para abordar a trajetória de Carolina e a sociedade na qual esteve inserida, dando destaque a aspectos diferentes da vida de nossa escritora.

Essa introdução tem como objetivo apresentar pontualmente aspectos da trajetória de Carolina Maria de Jesus, de modo que os professores possam conhecer um pouco da vida de nossa escritora, e com isso viabilizar uma melhor aplicação das oficinas propostas.

Que este seja um instrumento didático que possibilite a troca de informações e viabilize a reflexão sobre as relações étnico-raciais em nossa sociedade! Esperamos que o mesmo contribua para a formação de cidadãos mais críticos e conscientes do seu papel na construção de uma sociedade mais fraterna e igualitária.

Bom trabalho!!

As muitas vidas de

Carolina Maria de Jesus

Caderno de atividades sobre biografia e o ensino das relações étnico-raciais

OFICINA 1 – QUEM SOMOS?

Essa oficina compreende o uso de imagens de personagens negras, que, ao longo da História do Brasil, tiveram uma participação no processo de luta na construção das identidades étnico-raciais e da cidadania dos afrodescendentes.

Ao longo do tempo, muitos e muitas protagonizaram ações que tinham como objetivo garantir a liberdade para a construção e a vivência das identidades étnico-raciais dos negros e negras no Brasil.

Na maioria das vezes, essa luta não foi devidamente valorizada ou mesmo apresentada na História do Brasil escrita e ensinada nas escolas. Essa oficina propõe resgatar algumas destas personagens e problematizar as relações étnico-raciais através de suas biografias. Entre tais personagens, Carolina Maria de Jesus será nossa agente principal, pois através da sua biografia as demais oficinas vão continuar a problematizar estas relações em nossa sociedade, no tempo de vida de Carolina e nos dias atuais.

OBJETIVO GERAL:

A oficina é composta de duas atividades que pretendem motivar os alunos(as) a refletirem sobre as razões sócio-históricas que condicionaram a invisibilidade de determinadas personagens negras na História do Brasil, apresentando, em complementação, o protagonismo por elas exercido em suas ações sociais, políticas e culturais, em diferentes conjunturas históricas.

CONCEITOS:

Protagonismo, agência, invisibilidade e identidades étnico-raciais.

INTEGRAÇÃO:

A atividade promove um debate que compreende conteúdos relacionados à História e à Língua Portuguesa e Literaturas.

1ª ETAPA:

Atividade 1

MATERIAIS UTILIZADOS:

Imagens de personagens negros (10 imagens), que poderão ser apresentadas em cartões individuais e/ou projetadas, por meio de um data show.

Roteiro da atividade 1:

*Os personagens serão apresentados, através de imagens para que sejam definidas pelos alunos(as) a sua função/social (profissão) na sociedade do seu tempo.

*As imagens dos personagens virão acompanhadas de pequenas biografias, que, para o bom funcionamento da oficina, não deverão ser publicizadas antes do término da primeira etapa desta.

Figura 2 – NEGROS E NEGRAS DA HISTÓRIA

<p>1.</p>  <p>https://sites.google.com/site/heroisnegros706/herois-historicos/luis-gama</p>	<p>2.</p>  <p>https://oglobo.globo.com/cultura/livros/homenageado-da-flip-lima-barreto-sera-retratado-em-filme-21647342</p>
<p>3.</p>  <p>https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/escola-de-musica-da-ufrj-fara-homenagem-pixinguinha.html</p>	<p>4.</p>  <p>http://opiniaoenoticia.com.br/nesta-data/morre-joao-candido-o-almirante-negro/</p>
<p>5.</p>  <p>https://jornalgnn.com.br/noticia/mercedes-baptista-primeira-bailarina-negra-do-municipal-morre-aos-93-anos</p>	<p>6.</p>  <p>http://blogs.ne10.uol.com.br/social/2018/01/30/atriz-de-96-anos-volta-a-atuar-em-miniserie-da-globo/</p>

7.



<https://claudia.abril.com.br/indicacoes/conceicao-evaristo/>

8.



https://www.huffpostbrasil.com/2017/11/12/laudelina-campos-de-melo-a-heroina-negra-que-lutou-para-garantir-direitos-as-domesticas-no-brasil_a_23273765/

9.



<https://oglobo.globo.com/brasil/desempenho-de-joaquim-barbosa-melhor-entre-os-mais-ricos-mais-escolarizados-do-sudeste-22611817>

10.



<http://ociclorama.com/carolina-maria-de-jesus/>

Fonte: AZEREDO, 2018

INFORMAÇÕES BIOGRÁFICAS DOS PERSONAGENS DAS IMAGENS

1. Luiz Gama (1830 – 1882):

Poeta, advogado, jornalista e um dos mais combativos abolicionistas de nossa história, Luís Gonzaga Pinto da Gama era filho da africana livre, Luiza Mahin, com um nobre branco de origem portuguesa, de uma rica família baiana. Autodidata, Luís Gama tornou-se advogado e iniciou suas atividades contra a escravidão, conseguindo libertar mais de 500 escravos. (Texto adaptado do site <https://educacao.uol.com.br/biografias/luis-gama.htm?cmpid=copiaecola>)

2. Lima Barreto (1881 – 1922):

Afonso Henriques de Lima Barreto, filho de um tipógrafo e de uma professora, que morreu quando ele tinha apenas sete anos. Estudou no Colégio Pedro II e depois cursou engenharia na Escola Politécnica. Ainda estudante, começou a publicar seus textos em pequenos jornais e revistas estudantis. Seu primeiro romance, “Recordações do Escrivão Isaiás Caminha”, foi parcialmente publicado em 1907, na Revista Floreal, que ele mesmo havia fundado. Em 1911, Lima Barreto publicou um de seus melhores romances, “Triste Fim de Policarpo Quaresma”. Lima Barreto militou na imprensa durante este período, lutando contra as injustiças sociais e os preconceitos de raça, de que ele próprio fora vítima. (Texto adaptado do site

<https://educacao.uol.com.br/biografias/afonso-henriques-de-lima-barreto.htm?cmpid=copiaecola>

[uol.com.br/biografias/afonso-henriques-de-lima-](https://educacao.uol.com.br/biografias/afonso-henriques-de-lima-barreto.htm?cmpid=copiaecola)

3. Pixinguinha (1897 – 1973):

Pixinguinha foi um músico brasileiro, autor, entre outras, da música “Carinhoso”. Arranjador, instrumentista e compositor, é um dos maiores representantes do “choro” brasileiro. Alfredo da Rocha Viana Filho nasceu no Rio de Janeiro no dia 23 de abril de 1897. Com 13 anos compôs seu primeiro choro “Lata de Leite”, que revolucionou a música daquela época. Filho de um flautista recebeu uma flauta de presente e foi encaminhado para aulas de música. (Texto adaptado do site <https://www.ebiografia.com/pixinguinha/>).

4. João Cândido (1880 – 1969):

João Cândido Felisberto, conhecido como “Almirante Negro”, foi um marinheiro brasileiro notório por ter liderado a Revolta da Chibata. Em 22 de novembro de 1910 – 6 dias após a punição de 250 chibatadas infligida ao marujo Marcelino Menezes – explodiu a Revolta da Chibata, em que os marinheiros, sob liderança de João Cândido, protestaram contra as condições a que estavam relegados: os baixos salários e, sobretudo, contra o castigo de impor chibatadas naqueles que cometiam as menores falhas. A punição da chibatada era uma prática herdada da marinha portuguesa e os castigos eram realizados a vista dos demais marinheiros. (Texto adaptado do site <http://www.museuafrobrasil.org.br/pesquisa/hist%C3%B3ria-e-mem%C3%B3ria/historia-e-memoria/2014/07/17/jo%C3%A3o-c%C3%A2ndido>)

5. Mercedes Baptista (1921 – 2014):

Mercedes Ignácia da Silva Krieger foi bailarina e coreógrafa, considerada a maior precursora do Balé e da Dança Afro no Brasil. Nasceu no ano de 1921, em Campos dos Goytacazes. Em 1948, destacando-se na Escola do Teatro Municipal, Mercedes Baptista foi aprovada em concorrido concurso e tornou-se a primeira negra a fazer parte do corpo de baile do Teatro Municipal do Rio de Janeiro. No entanto, o fato de compor o referido grupo não amenizou o forte preconceito em relação a bailarinos negros existente no Brasil. Foram poucos os diretores do grupo que selecionaram Mercedes para compor o elenco dos espetáculos. (Texto adaptado do site <http://www.museuafrobrasil.org.br/pesquisa/hist%C3%B3ria-e-mem%C3%B3ria/historia-e-memoria/2014/07/17/mercedes-baptista>)

6. Ruth de Souza (1921):

Ruth de Souza é reconhecida como uma das principais atrizes brasileiras, de fama nacional e internacional, atuou em teatro, televisão e cinema. Sua carreira abriu caminhos para diversos atores negros que até então não tinham espaço, seja no teatro, na televisão ou no cinema brasileiro. Habitou-se a ouvir das pessoas que nunca alcançaria seu sonho de atuar em razão da sua cor de pele. Entre os inúmeros trabalhos em teatro, cinema e depois a televisão, em 1960, Ruth de Souza interpretou nos palcos a escritora brasileira Carolina Maria de Jesus, na peça “O Quarto de Despejo”, considerado pela própria atriz um dos trabalhos mais significantes da sua carreira, embora não tenha sido um sucesso de público. (Texto adaptado do site <http://www.museuafrobrasil.org.br/noticias/2014/07/17/ruth-de-souza>)

7. Conceição Evaristo (1946):

Nasceu em 29 de dezembro de 1946 numa favela da zona sul de Belo Horizonte, Minas Gerais. Filha de uma lavadeira que, assim como Carolina Maria de Jesus, matinha um diário onde anotava as dificuldades de um cotidiano sofrido, Conceição cresceu rodeada por palavras. Teve que conciliar os estudos com o trabalho como empregada doméstica, até concluir o Curso Normal, em 1971, já aos 25 anos. Uma das principais expoentes da Literatura Brasileira e Afro-brasileira atualmente, Conceição Evaristo tornou-se também uma escritora negra de projeção internacional, com livros traduzidos em outros idiomas. A poeta traz em sua literatura profundas reflexões acerca das questões de raça e de gênero, com o objetivo claro de revelar a desigualdade velada em nossa sociedade e de recuperar uma memória sofrida da população afro-brasileira em toda sua riqueza e sua potencialidade de ação. (Texto adaptado do site <http://www.palmares.gov.br/conceicao-evaristo>)

8. Laudelina Campos Mello (1904 – 1991):

Laudelina de Campos Mello nasceu em 12 de outubro de 1904, em Poços de Caldas, Minas Gerais. Perdeu o pai em um acidente de trabalho, aos 12 anos e teve que abandonar a escola ainda no primário, para cuidar dos cinco irmãos menores, além de auxiliar a mãe no preparo de doces caseiros que eram vendidos na cidade. Aos 20 anos de idade, foi trabalhar como empregada doméstica, em Santos, São Paulo, onde se casou e teve um filho. Em Santos, inicia sua vida como ativista política passando a integrar o Grupo da Frente Negra, que agregava várias entidades com propósitos de inclusão política e cultural para a população negra. Em 1936, cria a primeira associação em defesa dos direitos das empregadas domésticas. Em 1988, a associação transformou-se no sindicato das empregadas domésticas e continuou a lutar em favor do direito das empregadas domésticas. (Texto adaptado do site <https://casalaudelinadecamposmello.wordpress.com/quem-foi-a-lider-laudelina-de-campos-mello/>)

9. Joaquim Barbosa (1954):

É um advogado brasileiro e ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal. Em 2008 tornou-se vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral e, em novembro de 2012, tomou posse como presidente do Supremo Tribunal Federal. Primogênito de oito filhos, nasceu em Paracatu, Minas Gerais. Realizou os estudos primários na sua cidade natal e aos 16 anos foi sozinho para Brasília, arranjando emprego na gráfica do Correio Braziliense. Sempre estudando em colégio público, terminou o segundo grau na capital federal. Obteve seu bacharelado em Direito na Universidade de Brasília, onde, em seguida, conquistou seu mestrado em Direito do Estado. Prestou concurso público para procurador da república, e uma vez aprovado, atuou no Rio de Janeiro. Embora tenha sido amplamente divulgado que ele fosse o primeiro negro a se tornar ministro do STF, Barbosa é, na verdade, o terceiro, precedido por Hermenegildo de Barros (de 1919 a 1937) e Pedro Lessa (de 1907 a 1921). Barbosa ganhou enorme destaque na mídia devido à sua posição de relator do notório processo do mensalão. (Texto adaptado do site <https://www.infoescola.com/biografias/joaquim-barbosa/>)

10. Carolina Maria de Jesus (1914 – 1977):

Carolina Maria de Jesus foi uma escritora brasileira, considerada uma das primeiras e mais destacadas escritoras negras do país. Autora do livro autobiográfico “Quarto de Despejo: diário de uma favelada”. Carolina Maria de Jesus nasceu em Sacramento, no interior de Minas Gerais, no dia 14 de março de 1914. Neta de escravos e filha de uma lavadeira analfabeta, cresceu em uma família com mais sete irmãos. Migrou para São Paulo e veio morar na favela do Canindé, em 1948. Durante a noite trabalhava como catadora de papel e lia tudo que recolhia e guardava as revistas que encontrava no lixo. Em 1958, o repórter do jornal Folha da Noite, Audálio Dantas, foi designado para fazer uma reportagem sobre a favela do Canindé e, por acaso, uma das casas visitadas foi a de Carolina Maria de Jesus, que lhe mostrou seu diário, surpreendendo o repórter que ficou maravilhado com a sua história. No dia 19 de maio de 1958, Audálio publicou parte do texto, que recebeu vários elogios. Em 1959, a revista O Cruzeiro também publicou alguns trechos do diário. Mas foi em 1960 que foi finalmente publicado o livro autobiográfico “Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada”, em edição de Audálio Dantas. Com tiragem de dez mil exemplares, só na noite de autógrafos foram vendidos 600 livros. Com o sucesso das vendas, Carolina deixou a favela e pouco depois comprou uma casa no Alto de Santana. Recebeu homenagem da Academia Paulista de Letras e da Academia de Letras da Faculdade de Direito de São Paulo. Em 1961 viajou para a Argentina onde foi agraciada com a “Orden Caballero Del Tornillo”. (https://www.ebiografia.com/carolina_maria_de_jesus/)

2ª ETAPA

Atividade 1

A primeira atividade dessa etapa compreende o cruzamento das respostas dos alunos para cada imagem e as informações corretas sobre cada uma delas, retiradas dos dados biográficos fornecidos. Nessa etapa, será importante que o professor, ao trazer as informações sobre cada personagem, mobilize a turma para um debate, que deverá ser motivado pela questão: por que estas personagens são desconhecidas pela maioria da população brasileira?

Atividade 2

Nessa atividade, a partir dos conhecimentos adquiridos, através das atividades anteriores e o debate que elas proporcionaram, elabore um texto, de no mínimo 5 linhas, explicando a razão para que a maioria dessas personagens esteja “invisível” na História do Brasil, entre elas Carolina Maria de Jesus. O resultado dessa atividade poderá ser compartilhado pelos alunos na turma, abrindo possibilidade para um novo debate.

OFICINA 2 – QUEM FOI CAROLINA MARIA DE JESUS?

Essa oficina pretende apresentar a escritora Carolina Maria de Jesus promovendo o conhecimento e o reconhecimento de sua trajetória antes e depois do sucesso editorial do livro

“Quarto de Despejo”. Apresentar a autora é um objetivo importante no desenvolvimento das oficinas, pois as biografias de Carolina Maria de Jesus e seu texto autobiográfico possibilitam o resgate da agência de nossa autora, em sua incursão como escritora.

O protagonismo de Carolina Maria de Jesus, na literatura, representou um divisor tanto na sua vida, como também na literatura do seu tempo. Além de sua origem racial e social, nossa autora se destacou como mulher produzindo uma literatura com um olhar feminino, num contexto de desigualdade e machismo.

Para o desenvolvimento da oficina, vamos utilizar trechos do cordel da autora Jarid Arraes, como também trechos do primeiro livro de sucesso de Carolina, o “Quarto de Despejo”.

OBJETIVO GERAL:

A oficina é composta de duas atividades, que pretendem apresentar a autora Carolina Maria de Jesus e sua trajetória, destacando sua vida antes e depois do lançamento do “Quarto de Despejo”.

CONCEITOS:

Protagonismo feminino, agência, literatura, identidades étnico-raciais.

INTEGRAÇÃO:

A atividade promove um debate que compreende conteúdos relacionados à História, Artes Plásticas, Língua Portuguesa e Literaturas, Sociologia, Geografia e Filosofia.

ETAPA 1

Atividade 1

Texto1 - Adaptado do cordel sobre Carolina Maria de Jesus da autora Jarid Arraes¹⁵

Falo aqui duma escritora/muitas vezes esquecida/o nome seu nome, Carolina/por completo conhecida/Tal Maria de Jesus/Não foi muito enternecida.

Sua história verdadeira/começou em Sacramento/De rural comunidade/Foi de Minas um rebento/Era o ano de quatorze/Inda de mil novecentos.

(...) No ano de trinta e sete/Carolina então mudou/Para a capital de São Paulo/Onde muito batalhou/e morando num barraco/na favela enraizou.

Na favela Canindé/Sua vida foi sofrida/A maior luta diária/Era a busca por comida/Era vida esfomeada/sempe muito deprimida.

¹⁵. Nascida em Juazeiro do Norte, na região do Cariri (CE), em 12 de Fevereiro de 1991, Jarid Arraes é escritora, cordelista, poeta e autora dos livros “As Lendas de Dandara” e “Heroínas Negras Brasileiras”. Em Junho de 2017, Jarid lançou o livro “Heroínas Negras Brasileiras em 15 cordéis” pela Pólen Livros e realizou eventos de lançamento em São Paulo e no Rio de Janeiro, ambos recorde de vendas da Blooks Livraria com exemplares totalmente esgotados. (<http://jaridarraes.com/>)

(...) O que mais ela gostava / era ler, era escrever / Sendo maior passatempo / E registro do viver / Nas palavras mergulhava/ para assim sobreviver.

Sendo ela catadora/no lixo sempre encontrava/o papel e o caderno/que por fim utilizava/Como o famoso Diário/ Onde tudo registrava.

(...) Num tal dia por acaso/Um jornalista apareceu/na favela onde morava/Carolina e filhos seus/Ele ouviu a confusão/E a escritora conheceu.

(...) Então soube dos cadernos/que Carolina escrevia/ficou impressionada/com o valor que ali continha/e depois de muita espera/o seu livro aparecia.

Foi o “ Quarto de Despejo ”/ o primeiro publicado/um sucesso monstruoso/mui vendido e aclamado/Carolina fez dinheiro/pelo ato registrado.

(...) Recomendo que pesquise/muito mais dessa escritora/que era mãe, era poeta, era forte inspiradora/E ainda era uma artista/com talento de cantora.

Por racismo e elitismo/pouco dela hoje se fala/mas tamanho preconceito/seu legado jamais cala/é por isso que eu lembro/e meu grito não entala.

Carolina é um tesouro/para o povo brasileiro/é orgulho pras mulheres/para o povo negro inteiro/referência como exemplo/de valor testamentário.

- a) A partir de trechos desse relato biográfico, o cordel sobre Carolina Maria de Jesus, preencha o quadro abaixo:

Tabela 1 – CONHECER PARA RECONHECER

Carolina Maria de Jesus	Conhecer /Reconhecer
1. Quando nasceu?	
2. Onde nasceu?	
3. Quando migrou?	
4. Para onde migrou?	
5. Em busca de que migrou?	
6. Qual lugar foi morar que serviu de base para seu livro?	
7. Qual o nome do seu livro mais importante?	
8. Qual o principal tema do livro?	

Atividade 2

Texto 2 - “Quarto de Despejo” – Carolina Maria de Jesus

13/05/1958 - Hoje amanheceu chovendo. É um dia simpático para mim. É o dia da abolição. Dia que comemoramos a libertação dos escravos. Continua chovendo. E eu tenho só feijão e sal. A chuva está forte. Mesmo assim, mandei os meninos para a escola. Estou escrevendo até passar a chuva, pra eu ir lá no senhor Manuel vender os ferros. Com o dinheiro dos ferros vou comprar arroz e linguiça. A chuva passou um pouco. Vou sair. ... Eu tenho dó dos meus filhos. Quando eles vê as coisas de comer eles brada: - Viva a mamãe!

(...) E assim, no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual – a fome.

22/05/1958 – Eu hoje estou triste. Estou nervosa. Não sei se choro ou saio correndo sem parar até cair inconsciente. É que hoje amanheceu chovendo. E eu não saí para arranjar dinheiro. Passei o dia escrevendo, sobrou macarrão, eu vou esquentar para os meninos. Cosinhei as batatas, eles comeram. Tem uns metais e um pouco de ferro que vou vender no seu Manuel. (...) Os meninos come muito pão. Eles gostam de pão mole. Mas, quando não tem eles comem pão duro. Duro é o pão que nós comemos. Dura é a cama que dormimos. Dura é a vida do favelado.

Responda as questões a seguir, a partir dos textos do diário escrito por Carolina Maria de Jesus e publicado em forma de livro em 1960:

- a) Identifique algumas dificuldades enfrentadas por Carolina Maria de Jesus.
- b) Como Carolina Maria de Jesus fazia para superar os momentos difíceis de sua vida?
- c) Identifique e transcreva o trecho onde Carolina Maria de Jesus faz um relato sobre a desigualdade social existente na favela.
- d) Essa desigualdade relatada por Carolina, ainda persiste em nossa sociedade 50 anos depois? Elabore um argumento para defender sua resposta.

ETAPA 2

Atividade 1

Figura 3 – AS MUITAS VIDAS DE CAROLINA MARIA DE JESUS



<https://www.letraria.net/carolina-maria-de-jesus-onde-estaes-felicidade/>



<https://revistacult.uol.com.br/home/carolina-maria-de-jesus-obra-e-legado/>



<https://revistacult.uol.com.br/home/carolina-maria-de-jesus-textos-ineditos/>



<https://educacao.uol.com.br/biografias/carolina-maria-de-jesus.htm>



<https://revistacult.uol.com.br/home/escritor-e-acusado-de-racismo-por-trecho-em-biografia-de-clarice-lispector/>

Fonte: AZEREDO, 2018

1) As imagens retratam a trajetória de Carolina Maria de Jesus, desde seus tempos de moradora da favela do Canindé até seu reconhecimento com o lançamento do livro “Quarto de Despejo”, em 1960. Com estas imagens você poderá elaborar qualquer das propostas de atividade abaixo:

a)Elabore uma pequena biografia (história da vida de Carolina Maria de Jesus), de no mínimo 8 linhas, utilizando as imagens. Lembre-se que as imagens estão em ordem cronológica, de acordo com o que está retratado, o que poderá auxiliar na sua produção.

b)Elabore uma história em quadrinhos sobre a vida de Carolina Maria de Jesus, baseada nas imagens acima anteriores. Lembre-se de que você poderá criar diálogos e outras imagens em seus quadrinhos, mas respeitando aquilo que já conhece sobre a história de nossa escritora.

Atividade 2

Texto 1. (...) O que é notável na saga de Carolina é que apenas quinze anos depois de sua morte (1977), três décadas depois da publicação e do barulho feito em torno de “Quarto de Despejo”, uma nova geração pouco ou nada sabe da escritora negra. Seus livros desapareceram das livrarias depois do golpe militar (1964) e agora voltam timidamente. É, neste sentido, quase incompreensível como houve um apagamento de sua memória no Brasil, particularmente nos níveis escolares. (MEIHY e LEVINE, 2015)

Texto 2. “O livro “Quarto de Despejo - diário de uma favelada”, de Carolina Maria de Jesus, está entre as novidades dos próximos vestibulares da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). No ano em que a morte da escritora completa 40 anos, a obra resgatada está indisponível em algumas livrarias, mas a editora responsável pela impressão garante reposição e, à espera de alta na demanda, considera hipótese de elevar tiragem”. (<https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/livro-de-carolina-maria-de-jesus-e-resgatado-em-vestibulares-da-ufrgs-e-unicamp-40-anos-apos-morte-de-escritora.ghtml>)

Os textos apresentam momentos diferentes de nossa escritora. Enquanto o primeiro relata o esquecimento da obra de Carolina Maria de Jesus, ao longo dos anos 70, 80 e 90 do século XX. O segundo apresenta nossa autora sendo resgatada pelas universidades e alunos, no Brasil, a partir dos anos 90, e culminando em nossos dias, com grande repercussão sobre sua obra.

a)Pesquise entre seus familiares e/ou amigos e vizinhos pessoas que foram conhecidas e depois esquecidas. Depois faça uma relação entre a história deles e a de Carolina Maria de Jesus, destacando as razões para o reconhecimento público e depois para o esquecimento. Essa atividade poderá ser compartilhada pelos alunos na turma, realizando apresentações dessas pesquisas e conclusões.

Tabela 2 – MEMÓRIA E RECONHECIMENTO

RECONHECIDOS	RECONHECIMENTO	ESQUECIMENTO
Entrevistado 1		
Entrevistado 2		
CAROLINA MARIA DE JESUS		

Fonte: AZEREDO, 2018

OFICINA 3 – QUANTAS CAROLINAS EXISTEM?

Essa oficina pretende problematizar a trajetória de outras mulheres negras, além de Carolina Maria de Jesus, e ressaltar a importância da educação e do conhecimento como ferramentas de luta contra o racismo, contra a desigualdade racial e social, na busca pela cidadania plena de direitos.

Ao longo da História, muitas mulheres, entre elas muitas negras, tiveram seu protagonismo em muitas lutas, no entanto tornaram-se “invisíveis” para a maioria das pessoas, tanto no seu tempo como em nossa época.

Entre estas, decidimos destacar duas outras, além de Carolina Maria de Jesus, que através de suas histórias de vida nos forneceram um aprendizado de dedicação à educação, como também na construção de estratégias contra o racismo e pela valorização e reconhecimento das identidades étnico-raciais.

OBJETIVO GERAL:

A oficina pretende problematizar, através da história de três mulheres negras, do século XX, o quanto a participação feminina esteve presente nas lutas contra o racismo e pela educação e valorização das identidades étnico-raciais.

CONCEITOS:

Protagonismo feminino, educação, biografias, relações étnico-raciais.

INTEGRAÇÃO:

A atividade promove um debate que compreende conteúdos relacionados à História, às Artes, Língua Portuguesa e Literaturas, Sociologia, Geografia e Filosofia.

Atividade 1

Roteiro da atividade:

Para o melhor desenvolvimento da oficina, cada vídeo poderá ser projetado por vez e após sua exibição ocorrer um debate. Esse debate poderá ser estimulado pelas perguntas abaixo de cada vídeo. As perguntas também poderão ser respondidas por escrito, sendo uma outra opção de atividade.

Vídeo 1 - www.youtube.com/watch?v=5fB84PoNrGw (Diva Guimaraes)

- Considerando o que assistiu no vídeo :

1. Qual o nome da personagem principal do vídeo?
2. Qual a origem social e racial da personagem do vídeo?
3. Qual(ais) a(s) dificuldade(s) enfrentada(s), ao longo de sua vida?
4. Qual o caminho escolhido pela personagem para superar as dificuldades?

Vídeo 2 - www.youtube.com/watch?v=dHAaZQPIF8I (Conceição Evaristo)

- Considerando o que assistiu no vídeo :

1. Qual o nome da personagem principal do vídeo?
2. Qual a origem social e racial da personagem do vídeo?
3. Qual (ais) a (s) dificuldade (s) enfrentada (s), ao longo de sua vida?
4. Qual o caminho escolhido pela personagem para superar as dificuldades?

Vídeo 3 - <https://www.youtube.com/watch?v=mLkJy86VU84> (Carolina Maria de Jesus)

- Considerando o que assistiu no vídeo :

1. Qual o nome da personagem principal do vídeo?
2. Qual a origem social e racial da personagem do vídeo?
3. Qual (ais) a (s) dificuldade (s) enfrentada (s), ao longo de sua vida?
4. Qual o caminho escolhido pela personagem para superar as dificuldades?

Atividade 2

Ao assistir os três vídeos conseguimos identificar pontos semelhantes e diferentes nas histórias de vida dessas três mulheres negras.

- a) Identifique pontos semelhantes nas histórias dessas três mulheres.
- b) Identifique pontos diferentes nas histórias dessas três mulheres.
- c) Ao assistir os vídeos pudemos constatar as inúmeras dificuldades destas três mulheres em ter acesso à educação e ao conhecimento, através da escola. Podemos afirmar que a educação e a aquisição do conhecimento foram ferramentas de ascensão social e de luta contra o racismo enfrentados por estas três mulheres? Identifique em um dos vídeos um argumento que comprove sua resposta.

OFICINA 4 – MULHER, NEGRA, FAVELADA E ESCRITORA: CAROLINA MARIA DE JESUS

Essa oficina tem como proposta promover uma reflexão sobre as diferentes identidades que compõem a personalidade de Carolina Maria de Jesus. Com isso, fazer com que os alunos percebam as diferentes identidades de uma mesma pessoa.

As identidades que serão problematizadas na oficina foram desvalorizadas, ao longo da História escrita e ensinada, ou seja, não foram positivadas em seus contextos históricos e, quando eram tratadas, a análise recebia um caráter secundário, em que o valor dessas identidades não ganhava o devido destaque.

Por meio das histórias de vida de Carolina Maria de Jesus, propomos repensar o papel da mulher negra, que além de sofrer as consequências de um processo sócio-histórico, onde o machismo determinava seu papel secundário nas relações sociais, nossa autora ainda precisou enfrentar o racismo estrutural da sociedade de sua época.

Como moradora de favela, território que ao longo do processo histórico sofreu transformações em sua estrutura de organização, mas que se manteve como espaço onde a desigualdade social e racial estavam presentes de forma mais proeminente, Carolina viveu experiências marcantes narradas em seu “Quarto de Despejo”.

Como mulher, negra e favelada, Carolina Maria de Jesus construiu suas estratégias de sobrevivência, como centenas de milhares de mulheres em nosso país. Mas, mesmo diante de uma vida dura, tendo que catar lixo para sustentar seus três filhos, nossa autora encontrou na leitura e na escrita suas ferramentas de superação pessoal e seu lugar no mundo.

OBJETIVO GERAL:

A oficina tem por objetivo refletir sobre as diferentes identidades que compõem a vida de Carolina Maria de Jesus: mulher negra, favelada e escritora, analisando como tais identidades se constituíram.

CONCEITOS:

Identidades, protagonismo feminino, territorialidade, relações étnico-raciais.

INTEGRAÇÃO:

A atividade promove um debate que compreende conteúdos relacionados à História, à Língua Portuguesa e Literaturas e à Geografia.

Atividade 1 – Viver em favelas

Figura 4 – VIVER EM FAVELAS PELO MUNDO



FAVELA DE MANGUINHOS –
RIO DE JANEIRO (https://www.archdaily.com.br/br/01-76186/autoridades-do-rio-de-janeiro-dao-nome-as-ruas-de-favelas-ocupadas-por-autoridades-de-seguranca/76186_76188)

Fonte: AZEREDO, 2018

Figura 5 – VIVER EM FAVELAS PELO MUNDO



FAVELA DE LUANDA – ANGOLA
(<https://pt.globalvoices.org/2015/07/02/luanda-e-a-cidade-mais-cara-do-mundo/>)



FAVELA DE MEDELLIN – BOGOTÁ
– COLÔMBIA (<https://omensageiro77.wordpress.com/2015/10/31/colombia-a-terra-em-transe/>)

FAVELA DE MUMBAI – INDIA
(<http://furrydiagrams.ga/crurduri/free-dating-site-in-mumbai-without-payment4214.php>)



FAVELA DE CIGANOS - PARIS
– FRANÇA (https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/25/internacional/1511631226_017741.html)



a) A partir das imagens da página anterior, preencha as informações no quadro abaixo:

Tabela 3 – VIVER EM FAVELAS: DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS

Localização/ País - Continente	Pontos de semelhança	Pontos de diferença
Imagem 1 –		
Imagem 2 –		
Imagem 3 –		
Imagem 4 –		
Imagem 5 –		

Fonte: AZEREDO, 2018

b) A partir da observação das imagens sobre as favelas de várias partes do mundo e do quadro comparativo retendo semelhanças e diferenças entre elas, podemos afirmar que independentemente do local, a vida nas favelas é a mesma? Por quê?

Atividade 2 – A Favela de ontem e hoje

Texto 1

O significado do substantivo favela é demarcado no tempo e no espaço, mas neste período (anos 1940 do século XX) relaciona-se a uma situação precária de moradia e qualidade de vida, sem a influência do tráfico de drogas e de armas, notada a partir dos anos 80 do século XX. A favela do Canindé (SP) foi construída na administração do governador Ademar de Barros (1901–1969) que, para “limpar” o centro da cidade, ordenou retirar moradores de rua e de cortiços e colocá-los, em qualquer lugar. (SANTOS, 2009). A configuração social e étnica dessa favela, formada às margens do rio Tietê, em 1950, era de migrantes de vários estados - cearenses, baianos, alagoanos, paulistas, mineiros - e também de imigrantes - italianos, polacos, alemães e turcos. A favela era um lugar social no qual grupos das camadas mais pobres da sociedade buscavam para morar, uma vez que o acesso às moradias tinha um custo alto e não existia um programa de moradia público. Ao longo do tempo, a

favela, torna-se um adjetivo, que passou a servir para qualificar um local e as pessoas que ali vivem de maneira pejorativa. (AZEREDO, Edson Guimarães de. As muitas vidas e identidades de Carolina Maria de Jesus: o uso do biográfico e do autobiográfico no ensino das relações étnico raciais. 2018, 102 f.)

- a) Podemos afirmar que a favela de ontem e a de hoje se diferenciam por vários pontos, mas qual o ponto destacado que o texto menciona?
- b) As favelas de ontem e hoje foram sendo construídas por qual razão?
- c) Como você definiria o lugar chamado favela?
- d) No relato de Carolina Maria de Jesus, ela descreve o seu cotidiano e dos moradores na favela do Canindé, na década de 1950, destacando a presença de moradores de várias origens. Realize uma pesquisa sobre a origem racial dos moradores de favelas, em nosso tempo.

ATIVIDADE 3 – O mundo do “Quarto de Despejo”

Figura 6 – CAROLINA MARIA DE JESUS NA FAVELA DO CANINDÉ(SP)



Carolina Maria de Jesus, na favela do Canindé (SP) – (<http://www.blogletras.com/2017/11/carolina-maria-de-jesus-escritora-que.html>)

Fonte:

Texto 1

(...) Aqui na favela quase todos lutam com dificuldades para viver. Mas quem manifesta o que sofre é só eu. E faço isto em prol dos outros. E faço isto em prol dos outros. Muitos catam sapatos no lixo para calçar. Mas os sapatos já estão fraco e aturam só 6 dias. Antigamente, isto é de 1950 até 1956, os favelados cantavam. Faziam batucadas. 1957, 1958, a vida foi ficando causticante. (JESUS, 1960, p.43)

- a) A favela do Canindé retratada na imagem e no texto, foi removida nos anos 60 do século XX. O texto de Carolina Maria de Jesus eternizou as condições de vida daqueles moradores. Podemos considerar que as condições de vida na favela descrita por Carolina deixaram de existir? Argumente por meio de um exemplo.
- b) O viver em favelas garantiu a muitos artistas e escritores o material para sua arte e também, um aprendizado para a vida. Carolina Maria de Jesus, se tornou famosa ao

escrever o “Quarto de Despejo”, que retratava o seu cotidiano e dos familiares, como também de outros moradores da favela. Realize uma pesquisa sobre outros escritores, artistas e músicos, da atualidade ou não, que tenham vivido em favelas e se tornaram famosos por sua arte.

Parte 2 – O mundo de Carolina Maria de Jesus

fora do “quarto de despejo”

Texto 1

11.05.1959 - Levantei e fui carregar água. Depois fui fazer compras. Troquei os filhos, eles foram para a escola. Eu não queria sair, mas estou com pouco dinheiro. Precisei sair. Quando circulava pelas ruas o povo abordava-me para dizer que havia me visto no O Cruzeiro.

13.06.1959 – E saí. Fui catar um pouco de papel. Ouço várias pessoas dizer: É aquela que está no O Cruzeiro ! - Mas, como está suja !

Conversei com os operários. Desfiz as caixas de papelão, ensaquei outros papeis. Ganhei 100 cruzeiros. As moças do depósito começaram a cantar: Carolina, hum, hum, hum. O Leon disse: - Ela saiu no O Cruzeiro. Como ela agora é mais cruzeiro. – Eles te pagaram? – Vão dar me uma casa. – Vai esperando! ... fiquei pensando num preto que é meu vizinho. O senhor Euclides. Ele disse-me: - Dona Carolina, eu gosto muito da senhora. A senhora quer escrever muitos livros? – Oh, se quero! – Mas, a senhora não tem quem dê nada. Precisa trabalhar.

- Eu preciso trabalhar e escrevo nas horas vagas. (JESUS, 1960, p. 56)

a) Podemos considerar que o livro “Quarto de Despejo” foi importante para o conhecimento da vida dos moradores da favela do Canindé e da própria Carolina? Argumente usando um trecho do texto que você considera que responda a essa questão.

Figura 7 – A VIDA DE CAROLINA MARIA DE JESUS COMO ESCRITORA



Carolina Maria de Jesus como escritora reconhecida, autografando seu livro mais famoso o "Quarto de Despejo". (<http://www.livrosepessoas.com/tag/carolina-maria-de-jesus/>)



Carolina Maria de Jesus sendo prestigiada pela escritora Clarice Lispector, no lançamento do livro "Quarto de Despejo," em 1960.

Fonte: AZEREDO,2018

b) Observando as imagens acima, quais as impressões sobre as mudanças na vida de Carolina Maria de Jesus podemos destacar?

c) A condição social de Carolina Maria de Jesus se modificou imediatamente com seu reconhecimento como escritora? Por quê?

OFICINA 5 - POR QUE AINDA SOMOS RACISTAS?

Essa oficina pretende promover a reflexão sobre o preconceito racial que estrutura a sociedade brasileira ao longo do tempo, destacando sua construção e reprodução, mas também suas transformações por meio das lutas empreendidas, de maneira individual, como também pelos movimentos sociais ligados à causa negra.

Através da biografia de Carolina Maria de Jesus e de outros recursos audiovisuais propomos pensar o preconceito racial na sociedade brasileira e as lutas protagonizadas por indivíduos e grupos, como construções sociais que não estão congeladas no tempo, pois sofreram transformações a partir das diferentes estratégias de lutas.

Nos últimos anos, principalmente com a aplicação da lei 10.639¹⁶ de 2003, promoveu-se a crítica do mito da democracia racial, através da discussão e valorização do protagonismo negro na sociedade brasileira. Carolina Maria de Jesus e sua obra nos fornecem elementos para pensar o racismo e ao mesmo tempo criticá-lo, pois sua obra é de denúncia, contra a desigualdade racial e social, na sociedade brasileira de seu tempo, desigualdade ainda presente na atualidade.

OBJETIVO GERAL:

Essa oficina tem por objetivo refletir sobre o preconceito racial na sociedade brasileira republicana e sobre as lutas empreendidas por movimentos sociais negros contra o racismo e pela valorização das identidades étnico-raciais.

CONCEITOS:

Identidades, movimentos sociais negros, protagonismo negro e relações étnico-raciais.

INTEGRAÇÃO:

A atividade promove um debate que compreende conteúdos relacionados à História, à Língua Portuguesa e Literaturas, à Sociologia e à Filosofia.

Vídeo “ Quando o crioulo dança” (1988) https://www.youtube.com/watch?v=JSuh_Rcm_o0

Documentário sobre o racismo no Brasil, centenário de abolição da escravidão no Brasil, realizado pelos movimentos negros em 1988. Ao apresentar depoimentos e entrevistas com a população e ativistas dos movimentos, nas ruas do Rio de Janeiro, o vídeo questiona a ideia de democracia racial no Brasil, desvelando as diversas formas de manifestação do racismo estrutural que ainda assolam a população negra do país. Entre os depoimentos e cenas dos protestos trechos ficcionais nos quais a dança de um homem negro remete às violentas situações de discriminação onde o negro “se dá mal”. Realizado no período da redemocratização brasileira, quando Dilma Lóes participava ativamente da construção do SOS Cidadania e Racismo no Instituto de Pesquisas das Culturas Negras do Rio de Janeiro. (Texto adaptado do <http://site.videobrasil.org.br/acervo/obras/obra/179412>)

Atividade 1

Propor uma reflexão sobre o vídeo, através de um debate, e solicitar aos alunos que respondam às seguintes questões sobre o vídeo:

I. Por que o título do vídeo é “Quando o crioulo dança”?

¹⁶ O objetivo principal para a criação da lei 10639/2003 foi o de divulgar e produzir conhecimentos, bem como atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir objetivos comuns que garantam respeito aos direitos legais e valorização de identidade cultural brasileira e africana, como outras que direta ou indiretamente contribuíram (contribuem) para a formação da identidade cultural brasileira. A lei 10639/03 visa fazer um resgate histórico para que as pessoas negras afro-brasileiras conheçam um pouco mais o Brasil e melhor a sua própria história. Desse modo, prevê ainda trabalhar o conhecimento da História e cultura da África a partir do processo de escravidão, bem como conceitos sócio-político-históricos baseados no estudo da mesma como produtora de temáticas diversas: filosofia, medicina, matemática, dentre outras. Texto adaptado retirado do site <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/a-historia-e-cultura-afro-brasileira-e-a-lei-10639-03/12150>

2. Ao longo do vídeo observamos mobilizações de entidades ligadas à causa negra. Quais as razões motivaram negros e negras a se organizarem para lutar?
3. Qual(ais) o(s) principal(ais) tema(s)/assunto(s) do vídeo?
4. Ao assistir o vídeo, você considera que a luta empreendida pelos negros e negras era necessária? Por quê?

Atividade 2

Texto

Maria Cândida, pediu a minha mãe que eu deveria ir todas as manhãs auxiliá-la na limpeza de casa.

Minha mãe consentiu. Que bom! Quanto será que ela vai me pagar?

Mas, a d. Maria Cândida disse-me: sabe, Carolina, você vem trabalhar para mim, e, quando eu for a Uberaba eu trago um vestido novo para você, vou comprar um remédio para você ficar branca, arranjar outro remédio para o seu cabelo ficar corrido. Depois, vou arranjar um doutor para afilar o seu nariz. Pensei: então estes homens que trabalham aqui já foram pretos. E... Eles não gostam dos pretos, e fazem os negros ficarem brancos. E a fazendeira vai na cidade só pra comprar o remédio pra mim. E quando eu ficar branca, com os cabelos corridos e o meu nariz afilado quero ir pra Sacramento para os meus parentes me ver. Será que eu vou ficar bonita? (LEVINE e MEIHY, 2015, p. 76)

1. Podemos identificar racismo na relação entre Carolina Maria de Jesus e sua patroa? Destaque um trecho do texto onde isso fica mais definido.
2. Como o racismo se apresenta na relação entre Carolina e sua patroa?
3. Explique a relação entre o assunto abordado no vídeo, “Quando o crioulo dança” e o texto acima retirado da biografia sobre Carolina Maria de Jesus, escrita por Meihe e Levine “Cinderela Negra”.

Atividade 3

Propor que os alunos realizem entrevistas com homens e mulheres negras (pelo menos 6 pessoas), com idades diferentes, mais velhos e jovens, para avaliar o quanto o preconceito racial é percebido ou não pela população afrodescendente, ao longo do tempo.

Propostas de perguntas:

* Nome/idade

* Local em que vive

1. Você já sofreu preconceito racial?
2. Você conhece outras pessoas que sofreram com o preconceito racial?
3. Você considera a sociedade brasileira racista? Por que?
4. Você considera que a lei que criminaliza o racismo no Brasil, é importante para lutar e eliminá-lo? Por quê?

O resultado dessas entrevistas poderá ser compartilhado com a turma e gerar um debate em torno da permanência de práticas racistas e das mudanças então ocorridas, a partir das leis que criminalizam o racismo no Brasil e das ações realizadas pelo processo educacional.

OFICINA 6 – MUITAS VIDAS E UMA NOVA HISTÓRIA

Essa oficina pretende promover a reflexão sobre a importância de pensar sobre sua própria trajetória de vida, partindo de Carolina Maria de Jesus, que, ao relatar sobre sua própria história de vida, nos possibilitou pensar sobre o enfrentamento de obstáculos, a valorização das identidades e da luta contra a desigualdade racial e social.

Como nossa autora, que ao relatar sua trajetória, criando um livro de conteúdo autobiográfico, a oficina quer estimular os alunos (as) a criarem relações entre suas biografias e os temas que foram discutidos ao longo das oficinas, ou mesmo da própria experiência de contato com o texto de Carolina Maria de Jesus.

OBJETIVO GERAL:

A oficina pretende promover a reflexão sobre a importância de pensar sua própria trajetória de vida, situando suas identidades e relacionando-as ao contexto social e racial em que cada um está inserido.

CONCEITOS:

Identidades étnico-raciais, biografias e relações étnico-raciais.

INTEGRAÇÃO:

A atividade promove um debate que compreende conteúdos relacionados à História, à Língua Portuguesa e Literaturas, à Sociologia e à Filosofia.

Atividade 1

Figura 8 – CAPA ORIGINAL DE “QUARTO DE DESPEJO”



Capa original da primeira edição, de 1960 do livro “Quarto de Despejo” (<https://criticaconsciente.wordpress.com/2012/03/22/quarto-de-despejo-diario-de-uma-favelada/>)

Fonte: AZEREDO, 2018

Texto do livro:

“Tem pessoas aqui na favela que diz que eu quero ser muita coisa porque não bebo pinga. Eu sou sozinha. Tenho três filhos. Se eu viciar no álcool os meus filhos não irá respeitar-me. Escrevendo isto estou cometendo uma tolice. Eu não tenho que dar satisfações a ninguém. Para concluir, eu não bebo porque não gosto, e acabou-se. Eu prefiro empregar o meu dinheiro em livros do que no álcool. Se você achar que estou agindo acertadamente, peço te para dizer: - Muito bem, Carolina!” (JESUS, 1960, p. 55)

a) Propor a construção de um texto autobiográfico, ou a “escrita de si”, no qual esteja presente no registro a trajetória de vida do (a) aluno (a), tais como: sua origem social, racial, familiar, seus medos e sonhos.

Atividade 2

A segunda atividade consiste em ser complementar a anterior, pois propõem a criação de um suporte para o diário produzido pelos alunos. Esse poderá ser um FANZINE, ou seja uma publicação não profissional e não oficial, que visa divulgar diferentes assuntos, utilizando textos e imagens.

CONFECÇÃO DO FANZINE

(<https://jucienebertoldo.files.wordpress.com/2017/06/como-fazer-um-fanzine.pdf>)

(<https://www.youtube.com/watch?v=yIZJb0ATPR8>)

BIBLIOGRAFIA DO CADERNO

1. ALBERTI, Verena. Proposta de material didático para a história das relações étnico-raciais. In: *Revista Historia Hoje*. v.1, n.1, p.61 – 88, 2012.
2. ARRAES, Jarid. *As Heroínas Negras brasileiras em 15 cordéis*. São Paulo: Pólen, 2015.

3. BISSO, Benito. *Grafia da vida: reflexões sobre a narrativa biográfica*. In: *Revista Unisinos*, v.8, n. 10, jul – dez, p. 131 – 142.
4. BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta M. (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.2015.
5. CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. Tradução: Maria Leticia Ferreira – 1ª edição, 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014.
6. CASTRO, Eliana de Moura; MACHADO, Marília Novais da Mata. *Muito bem, Carolina! Biografia da Carolina Maria de Jesus*. Belo Horizonte: C/Arte, 2007. 136 p.
7. GABRIEL, Carmen Teresa. O processo de produção dos saberes escolares no âmbito da disciplina de História: tensões e perspectivas. In: *Educação Básica Revista*, v. 3.2, 2017, p. 5-36.
8. GONÇALVES, Marcia de Almeida. História ou romance? A renovação da biografia, nas décadas de 1920 a 1940. In: *ArtCultura*, Uberlândia, v.13, n.22, p. 119 – 135, jan – jul, 2011.
9. JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: editora Francisco Alves, 1960. 173 p.
10. LEVINE, Robert M.; MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Cinderela negra: a saga de Carolina Maria de Jesus*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994. 232 p.
11. MONTEIRO, Ana Maria. Professores: entre saberes e práticas. In: *Revista Educação e Sociedade*, ano XXII, nº 74, Abril/2001.
12. NORA, Pierre. *Entre memórias e História*. Projeto História. São Paulo. Dezembro, 1993.
13. PEREIRA, Amílcar Araújo. *O mundo negro. Relações Raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas/Faperj, 2013.
14. SANTOS, Joel Rufino dos. *Carolina Maria de Jesus: uma escritora improvável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 165 p.
15. VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. 3ª edição – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.